



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

RODOLFO SOARES MOIMAZ

BREVE CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE O NOVO
DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

Campinas
2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

RODOLFO SOARES MOIMAZ

BREVE CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE O NOVO
DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

ORIENTADOR: Profa. Dra. ELIDE RUGAI BASTOS.

Dissertação apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas para obtenção do
Título de Mestre em Sociologia

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO RODOLFO
SOARES MOIMAZ, E ORIENTADA PELA
PROFa. Dra. ELIDE RUGAI BASTOS.
CPG, ___/___/___

CAMPINAS
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M727b Moimaz, Rodolfo Soares, 1988-
Breve contribuição ao debate sobre o novo desenvolvimentismo no Brasil /
Rodolfo Soares Moimaz. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Elide Rugai Bastos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Classes sociais - Brasil. I. Bastos, Elide
Rugai, 1937-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Brief contribution to the debate on the new developmentalism on
Brazil

Palavras-chave em inglês:

Economic development

Social classes - Brazil

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Elide Rugai Bastos [Orientador]

Sávio Machado Cavalcante

Giovanni Antonio Pinto Alves

Data de defesa: 26-06-2015

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 26 de junho de 2015, considerou o candidato RODOLFO SOARES MOIMAZ aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Élide Rugai Bastos

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante

Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves

RESUMO

Neste trabalho serão discutidas algumas abordagens realizadas acerca do neodesenvolvimentismo brasileiro. O texto é dividido em duas partes: na primeira, é feito um levantamento bibliográfico acerca das correntes de autores que caracterizam, sob diferentes óticas, que o Brasil vive um momento de novo desenvolvimentismo, destacando suas semelhanças e diferenças. Na segunda parte, é centrado foco na análise crítica de uma interpretação específica do neodesenvolvimentismo, a protagonizada por Aloizio Mercadante Oliva; a partir da discussão que Oliva faz das relações sociais no campo no neodesenvolvimentismo, serão trazidos autores que colocam em questão as possibilidades concretas de convivência pacífica entre classes sociais antagônicas no campo. Além disso, serão discutidos autores que questionam este projeto de desenvolvimento, relativamente autônomo, com a manutenção das estruturas sociais e econômicas do país.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo, pensamento social brasileiro

ABSTRACT

In this thesis some approaches made on the Brazilian new developmentism will be discussed. The text is divided in two parts: in the first one a literature review is made concerning the lines of thought of authors who characterize, by different perspectives, that Brazil lives a moment of new developmentism, highlighting their similarities and differences. In the second part, the focus is centered on the critical analysis of one specific interpretation of the new developmentism, starred by Aloizio Mercadante Oliva; from the discussion made by Oliva pertaining the social relations in the countryside in the new developmentism, authors that question the concrete possibilities of pacific coexistence between socially antagonistic classes in the countryside will be brought to light. In addition to that, authors that question that project of development, relatively autonomous, with the maintenance of the social and economic structures of the country will be discussed.

Key-words: new developmentism, Brazilian social thought.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo I: Breve sistematização das correntes neodesenvolvimentistas no Brasil.....	8
A. Semelhanças e divergências entre autores neodesenvolvimentistas.....	9
A-I. Pontos de convergência.....	9
1) O pensamento sobre um novo projeto de desenvolvimento no atual contexto de globalização.....	9
2) A relação entre Estado e mercado: a importância da existência de um Estado forte, e de um mercado também fortalecido.....	14
3) Estado e igualdade social: a necessidade do combate às desigualdades em um projeto de desenvolvimento.....	23
4) A visão crítica das políticas econômicas brasileiras dos anos 1990.....	29
A-II. Pontos de divergência.....	38
B. Análises que destacam as relações entre classes sociais.....	48
B-I. Armando Boito Jr.	48
B-II. Giovanni Alves.....	56
Capítulo II: A questão agrária e o conflito social.....	69
1. Apresentação do quadro político e econômico no campo a partir da análise de Aloizio Mercadante Oliva.....	73
2. Outras abordagens sobre a questão do campo no Brasil do Século XXI.....	83
3. O conflito e a integração social.....	87
4. O neodesenvolvimentismo e a manutenção da situação de dependência.....	105

Considerações Finais.....	121
Anexo I.....	127
Referências Bibliográficas.....	133

AGRADECIMENTOS

É necessário, no fim de mais um ciclo, lembrar de pessoas que foram essenciais para a realização deste trabalho, seja para suscitar questões que ajudassem no processo de produção escrita, seja para acalantar o peito em momentos de maiores angústias.

Primeiramente, neste processo de formação e transformação contínuo, agradeço à minha mãe, meu pai e minha irmã (Elce, José Roberto, Juliana) pelo apoio incondicional às mais diversas empreitadas nas quais decidi me meter, com carinho, paciência, respeito e o auxílio material necessário, principalmente nos primeiros anos da vida fora de casa. Devo isto tudo a vocês.

Também, brevemente, uma saudação cheia de saudades àqueles e àquelas que me receberam na “cidade grande”, e que por muitos anos dividiram moradia, contas, problemas, experiências, teorias, práticas, prazeres, alegrias e tristezas comigo. O problema de citar nomes é que, por acaso, alguns ficam pra trás – e que não são, em hipótese alguma, menos importantes –; mas, mesmo assim, vale o esforço: Vovô, Goiás, Vini, Renatão, Léo, Celso, Róida, Shu, Eli, Lilis, Ota, Digdim, Lumis, João, Liniker, Flávio, Barbinha, Japa, Miri, Isa, Mairinha, Marcus, Fabinho, Uru, Lelê, Brunão, Bruninho...

Àqueles e àquelas que, desde as atividades de movimento estudantil, fizeram parte dessa construção.

Agradeço também à professora Elide Rugai Bastos pelo período de orientação, que com toda sua experiência, mantém uma pontaria enorme para a discussão de temáticas que, de fato, têm centralidade na batalha pela compreensão desta sociedade e seus conflitos.

Fica o agradecimento ao professor Fernando Antonio Lourenço, meu primeiro orientador da graduação, e que foi um excelente comentador desta dissertação de mestrado, fazendo apontamentos importantíssimos durante o exame de qualificação. Aqui também registro o agradecimento à professora Mariana Miggiolaro Chaguri, que tive oportunidade de conhecer muito antes de se tornar uma professora da Unicamp, nos tempos de Ceres, e que desde sempre mostrou seu esforço e competência na produção sociológica; e que não

poupou esforço para me auxiliar nesse processo, nos debates do projeto, no exame de qualificação, no apoio para a formação da banca.

Aos professores Giovanni Antonio Pinto Alves e Sávio Machado Cavalcanti (de quem fui aluno), agradeço a participação na banca. Dois respeitáveis autores da sociologia brasileira contemporânea, que fizeram uma leitura cuidadosa, atenta, repleta de seriedade, com críticas e contribuições honestas, que me fazem pensar que não havia melhor banca a ser montada.

Aos professores e professoras da rede pública do Estado de São Paulo, meus colegas de trabalho com quem dividi, por milhões de vezes, as alegrias e angústias de compor uma categoria tão fundamental e, ao mesmo tempo, tão atacada e desprestigiada. Com estes professores e professoras, tive uma das maiores experiências da minha vida: participei, neste 2015, da maior greve da história do Estado de São Paulo, 92 dias de luta em defesa da educação pública, de apoio popular, de resistência, para ficar na história. Neste mesmo sentido, agradeço também aos meus alunos, que, com suas dúvidas, questões, críticas etc., apoiaram ativamente a luta de seus professores, com atos de rua, cestas básicas, manifestações nas escolas etc.

À Capes, pelo financiamento da pesquisa.

INTRODUÇÃO

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais e as probabilidades que eles encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história. (FERNANDES, 2006, p. 261)

Este é um momento de grande importância na história brasileira. Após anos de desacordo sobre se, de fato, os efeitos da crise econômica internacional iniciada em 2007/8 haviam atingido o Brasil, vive-se um período no qual a economia do país explicita fragilidade¹, e são cada vez mais evidentes a aplicação de medidas de austeridade, por parte do governo federal reeleito em 2014, do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, que atingem parcela considerável da população². Ainda é cedo para uma análise acabada do

-
- 1 Pode-se citar, por exemplo, notícias como: “FMI reduz para 0,3% previsão de crescimento do PIB brasileiro”, de 07/10/2014, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141004_fmi_pib_reduz_ac_hb; “FMI corta previsão e PIB do Brasil deve crescer muito abaixo da média.”, de 07/10/2014, disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3725274/fmi-corta-previsao-e-pib-do-brasil-deve-crescer-muito-abaixo-da-media>; “Produção e emprego na indústria fecham 2014 em queda, diz CNI”, de 27/01/2015, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/producao-e-emprego-na-industria-fecham-2014-em-queda-diz-cni.html>; “IPC-S acumula alta de 6,87% em 2014, ante 5,63% em 2013, mostra FGV”, de 05/01/2015, disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3843824/ipc-s-acumula-alta-de-687-em-2014-ante-563-em-2013-mostra-fgv> > etc.
 - 2 Dentre as medidas que têm gerado mais polêmica, destacam-se: “Carência para seguro-desemprego sobre de 6 para 18 meses no 1º pedido”, de 29/12/2014, disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3839246/carencia-para-seguro-desemprego-sobe-de-6-para-18-meses-no-1>; “Governo muda benefícios como pensão por morte e seguro-desemprego”, de 29/12/2014, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1568439-governo-muda-regra-de-pagamento-de-beneficios-como-seguro-desemprego.shtml>

governo reeleito, tendo em vista que o presente trabalho é finalizado no início de 2015. Porém, a atual conjuntura fornece elementos para discussões complexas e, não raro, apaixonadas acerca do futuro próximo que espera o Brasil.

Dentre os temas que estão em debate neste momento, está presente a discussão do *novo desenvolvimentismo*, ou *neodesenvolvimentismo*, com diálogos diversos, que passam desde o questionamento se, de fato, seu projeto foi efetivamente colocado em prática, se já está esgotado, ou mesmo acerca de sua existência³. Assim, como se pode perceber, este é um momento oportuno para a formulação de trabalhos que também discutam esta temática, e, junto com ela, a realidade brasileira.

O debate do neodesenvolvimentismo é relativamente recente, e tem sido realizado por diferentes autores, de distintas áreas do conhecimento, que discutem e disputam o significado desse conceito, o que torna o cercamento de um recorte para estudo um difícil exercício – dificuldades acentuadas pelo momento de incertezas políticas, econômicas e sociais vivido no país.

Pode-se iniciar este debate tendo como ponto de partida diferentes áreas do conhecimento. Aqui analisamos algumas correntes que consideramos importantes ao debate no Brasil. Uma das justificativas para o estudo desta temática pode ser relacionada à discussão feita por Celso Furtado acerca dos debates sobre o *desenvolvimento*⁴

A reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria do poder, constituiu-se como um ponto de convergência das distintas ciências sociais. As primeiras idéias sobre *desenvolvimento econômico*, definido como um aumento do fluxo de bens e serviços mais rápido que a expansão demográfica, foram progressivamente substituídas por outras referidas a transformações do conjunto de uma sociedade às quais um sistema de valores empresta coerência e sentido. (...)

3 Entre diversos textos produzidos, pode-se citar, por exemplo, “Ajuste fiscal e de ideias”, de João Sicsú, de 23/01/2015, disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/ajuste-fiscal-e-de-ideias-9837.html>>; “A crise do neodesenvolvimentismo”, de Tatiana Berringer, de 20/01/2015, disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/a-crise-do-neodesenvolvimentismo-9056.html>>

4 Não se pretende afirmar aqui, como será discutido ao longo deste trabalho, que o pensamento *desenvolvimentista* e *neodesenvolvimentista* fundam-se sobre as mesmas bases, mas somente que, para sua compreensão, é fundamental uma abordagem interdisciplinar.

Ao caráter interdisciplinar da reflexão sobre o desenvolvimento deve-se, seguramente, sua fecundidade. De todos modos, os horizontes por ela abertos contribuíram para aprofundar a consciência crítica do homem contemporâneo. (FURTADO, 1980, p. 26-7)

Outro ponto que acentua as dificuldades presentes para a realização de um estudo sobre o neodesenvolvimentismo é que, sendo uma discussão tão atual, seus autores, que têm pontos de partida distintos, podem, obviamente, mudar suas posições e interpretações, conforme ocorrem os eventos históricos. Afinal, os conceitos são históricos, e, assim, o neodesenvolvimentismo também vai sendo construído, a partir das contradições, das disputas, dos acontecimentos históricos.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, serão descritas algumas das principais correntes de autores que discutem o neodesenvolvimentismo no Brasil. Estrutura-se em três partes principais: na primeira, serão discutidos pontos convergentes entre os estudos que apontam as características do neodesenvolvimentismo, pontos de semelhança presentes em diferentes autores e grupos de pesquisa. Na segunda parte do capítulo, serão analisados os pontos de divergência presentes entre estas correntes, os diferentes enfoques dados pelos seus autores a partir de uma determinada análise política, econômica e social do Brasil, com suas distintas propostas e diagnósticos.

A terceira parte do capítulo procura destacar alguns autores que, mesmo avaliando que o Brasil passa por um novo desenvolvimento, mudarão o foco da interpretação do fenômeno. São autores que procuram compreender o novo desenvolvimento destacando a importância da relação entre as classes e frações de classes como ponto central para a compreensão das políticas adotadas pelos governos pós-neoliberais; isto é, como, desde 2003, conformaram-se as classes e como os governos relacionaram-se com elas e suas demandas, bem como suas possibilidades de atuação política no *bloco de poder* que constitui o governo brasileiro.

No segundo capítulo, será retratada, especificamente, uma das correntes neodesenvolvimentistas: a protagonizada por Aloizio Mercadante Oliva. A escolha desta

corrente não significa que ela é hegemônica, ou a que apresenta mais pontos de convergência com as demais correntes, mas se dá por conta da importância política que esta interpretação do Brasil carrega consigo.

Para debater as proposições deste autor, serão levantados, no capítulo, contribuições de outros autores que, mesmo sem discutir necessariamente a temática do neodesenvolvimentismo, fornecem importantes elementos para a compreensão do atual momento histórico. Será elencada, então, para a presente discussão, a interpretação que Oliva faz das relações sociais presentes, a partir dos governos de 2003, acerca das relações econômicas e sociais no campo. Para debater esta questão, serão trazidos estudos que colocam em questão as possibilidades concretas de convivência pacífica entre classes sociais antagônicas no campo. Isto é, análises que, através de exemplos históricos e dados recentes, oferecem interpretações distintas da precisada por Oliva, que, em seu estudo, acaba englobando os distintos agentes sociais do campo como partes de um só conjunto, como componentes de um mesmo projeto comum, com os mesmos interesses estratégicos.

Por fim, a partir da contribuição de autores contemporâneos e clássicos da história brasileira, serão levantadas algumas questões acerca das possibilidades concretas da realização deste projeto de desenvolvimento, presente na compreensão de Oliva, um desenvolvimento relativamente autônomo, mesmo mantendo algumas estruturas sociais e econômicas do país – como a dependência dos saldos do agronegócio, a influência do capital financeiro e a presença das desigualdades sociais –, como se a vontade política do governo fosse capaz de mudar a situação brasileira no cenário mundial – e, assim, o de toda sua população.

*

Sobre o Capítulo I, diversos autores destacam que, no Brasil, a partir de 2003, no início do governo Lula, o país passou a viver – ou a caminhar em direção a – um novo momento político, econômico e social: o *novo desenvolvimentismo*. Este seria um ponto chave que marcaria o abandono – com maior ou menor intensidade, de acordo com a linha interpretativa – das diretrizes neoliberais, norteadoras do Estado brasileiro nos governos anteriores, destacadamente em Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Com criticidade variável, autores que avaliam que o Brasil vive um período neodesenvolvimentista afirmam que este seria um momento marcado pela centralidade das políticas sociais do governo federal, bem como haveria maior possibilidade de desenvolvimento de determinado capital nacional; o espaço aberto ao empresariado nacional haveria permitido que este começasse a participar ativamente da tomada das decisões políticas do país. Estas medidas teriam possibilitado, inclusive, que o Brasil sobrevivesse economicamente ao processo de crise econômica internacional, que se arrasta desde 2007/8.

Nestas correntes, é comum perceber como, em maior ou menor grau, o Estado aparece como *ator* social, e como suas medidas podem equilibrar, por exemplo, sua relação com o mercado, ou como pode, a partir dos seus instrumentos de regulação, centralizar suas forças em medidas de tino prioritariamente *social*, principalmente no que tange ao debate do fortalecimento do *mercado*, desde que submetido às possibilidades de geração de um aparato estatal sugira a criação de um “Estado de bem-estar social”.

Sobre o Capítulo II, Oliva, um dos grandes quadros forjados no Partido dos Trabalhadores, sintetizou, em sua tese de doutorado, *As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula*, de 2010, os pontos que considera principais para a classificação do momento vivido pelo Brasil como de um novo desenvolvimentismo. Desde 2003, o autor, que já havia sido deputado federal, foi vencedor nas eleições para Senador, por São Paulo, e, após 2010, assumiu, no governo Dilma, cargos ministeriais. Sua localização estratégica no governo federal e no Partido dos Trabalhadores permitiu que reunisse, para sua tese, uma grande quantidade de argumentos em defesa do novo desenvolvimentismo, aproximando, inclusive, sua argumentação das arguições do próprio Partido dos Trabalhadores, bem como de organizações da classe trabalhadora que serviram de base de apoio para a eleição do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, em 2002.

Assim, o debate com este autor é, além de um debate teórico, uma discussão política acerca da caracterização que se faz do Brasil do século XXI, especialmente após

2003, início dos governos PT⁵.

Como já explicado anteriormente, para estabelecer a relação entre as reflexões da corrente neodesenvolvimentista protagonizada por Oliva, e alguns elementos críticos levantados por outros autores, serão trazidos, neste dissertação, os pontos argumentados pelo autor acerca das atuais relações sociais do campo no país. A discussão sobre as relações sociais no campo é central na história brasileira, mantendo, atualmente, centralidade para a compreensão da reprodução do capitalismo e da conformação das classes sociais no Brasil. A produção agropecuária do país, voltada para a exportação, teria, de acordo com o autor, importância capital para o projeto neodesenvolvimentista brasileiro, pois garantiria, através de seus saldos comerciais positivos, desde a estabilidade da economia até a realização das políticas sociais pelo governo federal. Dessa forma, o meio rural, que, anteriormente, fora palco de terríveis conflitos sociais, por trabalho e terra, entre proprietários e trabalhadores rurais, neste novo Brasil não teria como principal

5 Na visão do autor desta dissertação, há, ainda, muitas lacunas a serem preenchidas na formulação do pensamento neodesenvolvimentista. Considera-se os questionamentos de autores como Sampaio Jr. como de grande relevância, mas que, infelizmente, nos limites desta dissertação, não poderão ser devidamente aprofundados. Tocando brevemente algumas destas questões, pode-se citar: as propostas neodesenvolvimentistas – enquanto projeto econômico, político e social –, não apresentam rompimentos profundos e reais com o receituário neoliberal, mantendo, por exemplo o “tripé” macroeconômico, e, junto a esta, a estrutura de subdesenvolvimento – dependência externa e segregação social. Nesse sentido, não considerariam a fundo, também, a relação antagonica entre classes sociais, diminuindo o papel da luta de classes, e, assim, na centralidade que determinação que esta possui na história.

Além disso, por mais que algumas propostas neodesenvolvimentistas cite os possíveis conflitos com interesses externos, não consideram, de fato, central a relação de dominação do imperialismo na determinação dos limites das economias periféricas, excedendo as expectativas nas medidas internas dos governos do país – considerando, por exemplo, que é possível a construção de um projeto que selecione o que há de positivo tanto no projeto desenvolvimentista quanto no projeto neoliberal (Sampaio Jr, 2012).

Por fim, a origem social do Partido dos Trabalhadores, enquanto um projeto construído pela maior parte das organizações de trabalhadores e trabalhadoras, um partido surgido do seio da classe trabalhadora e apoiado por esta, não é um motivo suficiente para comprovar o rompimento com o neoliberalismo. Isto é, os governos, a partir de 2003, do Partido dos Trabalhadores e aliados, contou com apoio dos movimentos sociais mais massivos do país, como CUT e MST – apoio que blindou, e ainda protege, estes governos contra mobilizações populares (ainda que, não é necessário lembrar, esta blindagem não é inexorável: há diversos conflitos, processos de organização e reorganização da classe trabalhadora, dentre outros processos que surgem historicamente e que precisam ser mais cuidadosamente avaliados, como os levantes iniciados em junho de 2013). É real a presença de representantes destes movimentos sociais, e de outros, nas instâncias de governo, porém este fato não é suficiente para mostrar que houve rompimentos com o neoliberalismo. Em resumo, a sustentação dos interesses do capital financeiro, da burguesia agrária, da burguesia industrial (internas e externas) significa a subjugação dos interesses dos trabalhadores, com o Estado assumindo roupagem mais ou menos democrática.

característica a permanência destes conflitos, mas, ao contrário, seria exemplo da unidade de interesses de setores que, anteriormente, pareciam antagônicos.

Evidentemente, estes pontos, brevemente descritos, serão aprofundados no decorrer da dissertação.

CAPÍTULO I - BREVE SISTEMATIZAÇÃO DAS CORRENTES NEODESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL

São muitos os estudiosos que se envolvem nas discussões e contribuições para a construção do projeto teórico e político do novo desenvolvimentismo. Contando com a participação de especialistas de diferentes áreas do conhecimento, é compreensível que, nesta construção, surjam abordagens distintas, que perpassem diferentes temáticas. Por outro lado, dentre as diferentes contribuições, pode-se perceber também alguns pontos de inflexão entre os autores. Dessa forma, este texto se divide em duas partes: na primeira (A), serão descritas semelhanças e diferenças entre as correntes que avaliam o neodesenvolvimentismo no Brasil, destacando, principalmente, a relação entre Estado e economia, e como os diferentes enfoques e diretrizes do Estado podem trazer, ao conjunto da sociedade, um processo de mudanças profundas – “estruturais”, apontam alguns.

A segunda parte do texto (B) trará à discussão autores que afirmam a existência de um novo desenvolvimento no Brasil, destacando as relações entre classes e frações de classes nas determinações das linhas políticas adotadas pelo Estado.

É importante destacar aqui que, obviamente, não foram classificados todos os autores que discutem a existência e as características do neodesenvolvimentismo brasileiro; foram trazidas para o debate algumas das principais correntes e intelectuais com atuação pública mais visível que caracterizam o neodesenvolvimentismo, analisando que o Brasil ou já vive essa fase, ou caminha nesse sentido. Deve-se recordar também que os autores aqui descritos, ao interpretarem um momento histórico que ainda não está encerrado, podem mudar suas posições conforme os acontecimentos históricos, de modo que, em pouco tempo, pode ser que este texto precise passar por uma atualização⁶.

6 Um dos exemplos que pode ser citado sobre as reformulações teóricas sobre a temática é o próprio Bresser-Pereira, considerado “pai” do neodesenvolvimentismo, e a centralidade que, com o decorrer dos debates, a questão social ganhou em suas formulações. Para maiores detalhes acerca das diferentes abordagens teóricas de Bresser-Pereira, ver Fonseca (2007).

A. Semelhanças e divergências entre autores neodesenvolvimentistas

A-I. Pontos de Convergência

Com fins expositivos, os pontos de convergência na discussão do novo desenvolvimentismo serão descritos em forma de tópicos. É importante destacar que o texto apresenta uma tentativa de sistematização; assim, a argumentação elaborada pelos autores não se constrói da mesma forma ou na mesma ordem que a trazida aqui. Esclarecido isto, destacam-se, entre pontos que unificam os mais distintos autores em torno do novo desenvolvimentismo:

1) O pensamento sobre um novo projeto de desenvolvimento no atual contexto de globalização.

2) A relação entre Estado e mercado: a importância da existência de um Estado forte, e de um mercado também fortalecido.

3) Estado e igualdade social: a necessidade do combate às desigualdades em um projeto de desenvolvimento.

4) A visão crítica das políticas econômicas brasileiras dos anos 1990.

A partir dos pontos destacados, serão debatidos, abaixo, alguns dos argumentos que fundamentam a divisão apresentada.

*

1) O pensamento sobre um novo projeto de desenvolvimento no contexto de globalização.

Autores que discutem o novo desenvolvimentismo fazem o debate a partir de uma análise histórica da atualidade: as necessidades que os Estados nacionais precisam responder, hoje, são diferentes daquelas presentes no período de gestação das ideias

nacional-desenvolvimentistas. Seja por conta das mudanças ocorridas nos próprios Estados, seja por mudanças na dinâmica política e econômica mundial, sob o signo da globalização, pensar um projeto de desenvolvimento significa refletir, necessariamente, sobre as características atuais dos Estados e de sua inserção no mercado mundial, bem como a situação de vida de suas populações.

Países que, anteriormente, tinham economia basicamente primária, e que buscavam projetos para geração da indústria, com população majoritariamente empobrecida, agora precisariam responder a outras demandas. Por isso, para Bresser-Pereira e Gala, as mudanças propostas pelo novo desenvolvimentismo não se constituem enquanto uma *crítica* ao nacional desenvolvimentismo, mas afirmam que o “antigo nacional desenvolvimentismo se tratava de uma estratégia de desenvolvimento que se aplicavam a países pobres, enquanto o novo desenvolvimentismo, por sua vez, surge como estratégia de desenvolvimento a países de renda média.” (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 679)

Partindo do atual estágio da globalização, Eli Diniz (2011) localiza o debate do novo desenvolvimentismo a partir das tarefas presentes para os governos destes Estados, e, neste contexto, indaga quais suas funções, quais as possibilidades e limites de suas ações. Pode-se compreender que, nesta análise, é contraditória a proposição de um Estado que seja, ao mesmo tempo, *mínimo* (conforme previsto pelas ideias liberais) e, ao mesmo tempo, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social.

Para Diniz (2011), nas teorias do Estado *mínimo*, está presente a concepção de que o Estado é ineficaz em suas ações, uma vez que a burocracia estatal agiria visando o próprio favorecimento. Assim, a esfera estatal um solo propício para a corrupção; nesta abordagem, a solução política encontrada para sanar os problemas gerados pelo Estado seria sua redução ao máximo, passando a responsabilidade das questões sociais para a sociedade civil.

Em um momento histórico de globalização das economias, frisa a autora, deve-se perceber as diferentes formas de inserção das economias nacionais no mercado mundial; tal inserção exige a adoção de diferentes estratégias para o desenvolvimento. Nesse quadro,

as formas de atuação e participação do Estado também passam a ser rediscutidas, de modo que, afirma Diniz (2011), o debate do novo desenvolvimentismo se opõe aos “manuais”, isto é, conjuntos de fórmulas que serviriam genericamente à qualquer país que vise atingir o desenvolvimento nacional.

O foco na adoção de novas estratégias de desenvolvimento, a ponto de fazer, destas estratégias, um ponto central na definição da agenda econômica e política do Estado, construída a partir das necessidades manifestadas internamente ao país, pode significar, na prática, o enfrentamento de interesses privados, prejudiciais, mas que, por conta de sua influência, podem exercer grande pressão contra os novos projetos. Para Diniz (2011), um Estado que seja capaz de assumir a responsabilidade de equilibrar economia e sociedade, aumentando a competitividade das empresas nacionais, ao mesmo tempo em que seja ativo no combate às desigualdades, inevitavelmente, deve assumir o questionamento - e até mesmo retirada - do monopólio das decisões políticas, econômicas e sociais das mãos das elites locais.

Frente ao antigo nacional-desenvolvimentismo, o novo desenvolvimento apresentaria um conjunto de inovações. As mudanças apresentadas por essa nova diretriz, para Cepêda (2012), podem ser percebidas pelos distintos objetivos buscados por cada projeto: o velho desenvolvimentismo teria como objetivo fundamental a elaboração de um sistema industrial complexo e maduro, e, então, em segundo plano, como consequência deste projeto, estaria a distribuição do produto e a elevação bem-estar social - exatamente o oposto do previsto no novo desenvolvimentismo. O antigo desenvolvimentismo, de maneira resumida, trabalharia sob tais signos:

- 1) entendimento da economia enquanto um sistema nacional integrado, uma totalidade que não pode ser reduzida a setores produtivos, regiões ou atores;
- 2) crítica aos automatismos de mercado e, conseqüentemente, afastamento das matrizes do liberalismo econômico; valorização de mecanismos de regulação estatal e de políticas de estímulo/desentrave da produção, anelando economia e política, com função de transformação social profunda;
- 3) preponderância dos interesses industriais como fator propulsor da cadeia dinâmica da economia (neste caso aceitando o argumento da

economia do lado da oferta); 4) oposição externo *versus* interno, apoiando-se em uma tese de antagonismo entre interesses mundiais e nacionais, fortalecendo barreiras protecionistas e investimentos pesados nos segmentos mais vitais da economia doméstica; 5) superação do paradigma de especialização liberal (vantagens competitivas) e esforço de desenvolvimento de um aparelhamento econômico diversificado, autônomo e completo, especialmente nos segmentos estratégicos (infra-estrutura, indústria de base, setores tecnológicos e qualificação profissional); 6) protagonismo diretivo do Estado via planejamento e o uso da ideia de nação como base desse pacto social.” (CEPÊDA, 2012, p. 9)

Afirma Vera Cepêda (2012) que, no novo desenvolvimentismo, o objetivo prioritário das ações do Estado não seria a complexificação da produção industrial, mas a redistribuição e a equidade, de modo que o processo de inclusão social seria colocado, então, como prioridade da agenda de Estado. Assim, ao invés de as políticas sociais ocuparem o lugar de acompanhante das políticas industriais, no novo desenvolvimentismo, as políticas de crescimento e de distribuição estariam combinadas, porém com o centro das políticas sendo as voltadas às questões sociais, que estariam acompanhadas por projetos de estímulo à produção.

Quanto às diretrizes da política econômica, as mudanças apresentadas também seriam significativas. Bresser-Pereira e Gala avaliam que, dentre as alterações propostas entre velho e novo desenvolvimentismo, pode-se destacar, na política industrial – caríssima ao antigo desenvolvimentismo –, a mudança de uma política de *substituição de importações* para uma *industrialização orientada para as exportações*. Para o novo desenvolvimentismo, o modelo de *substituição de exportações* estaria superado, uma vez que, em seu projeto,

O novodesenvolvimentismo defende o modelo exportador e considera o modelo substituidor de importações superado. No modelo exportador, os países em desenvolvimento tem a possibilidade de usar duas grandes vantagens — mão-de-obra barata e possibilidade de comprar ou copiar tecnologia disponível. Por outro lado, se o país adota essa estratégia, as autoridades econômicas, que estão fazendo política industrial em favor de suas empresas, passam a ter um critério de eficiência em que se basear:

só as empresas eficientes o bastante para exportar serão beneficiadas pela política industrial. (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 679)

Assim, afirmam que novo desenvolvimentismo e nacional-desenvolvimentismo apresentam grandes diferenças de objetivos, uma vez que surgem em momentos históricos distintos, atendendo, então, a diferentes necessidades; se, por um lado, o “nacional desenvolvimentismo o Estado tinha como tarefa completar a acumulação primitiva de capital e promover a revolução industrial” (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 679), no novo desenvolvimentismo o Estado não teria mais tal função, diminuindo – mas não extinguindo – seu papel de atuação na economia, aumentando também as funções do mercado.

Gonçalves (2012) descreve que, dentre os autores que acreditam na possibilidade da gestação e realização deste projeto, ganha espaço a questão do “crescimento sustentado com equidade social”, da subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e maior peso do Estado. Em quadro registrado por Gonçalves (2012), a partir de Bresser-Pereira, algumas das características do novo desenvolvimentismo podem ser assim colocadas:

Novo desenvolvimentismo: Diretrizes de estratégia e política
Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte
Estado: criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas
Estado: papel moderado no investimento e na política industrial; grande papel na redistribuição
Reformas para fortalecer o Estado e regular os mercados
Política industrial: subsidiária
Padrões fiscais centrais: déficit orçamentário e poupança pública
Déficits fiscais: rejeição
Inflação: sem complacência
Banco central, metas obrigatórias: inflação, taxa de câmbio e emprego
Taxa de juros de curto prazo: exógena e pode ser moderada
Taxa de câmbio: flutuante e administrada
Banco central: comprar reservas ou impor controles sobre o ingresso de capitais para administrar a taxa de câmbio
Taxa de câmbio flutuante porém administrada para neutralizar sua tendência à sobrevalorização

Em um breve resumo, algumas características do novo desenvolvimentismo, de acordo com Oreiro (2012), podem ser descritas como

um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam alcançar o nível de renda *per capita* dos países desenvolvidos. Essa estratégia de “alcançamento” baseia-se explicitamente na adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led*, no qual a promoção de exportações de produtos manufaturados induz a aceleração do ritmo de acumulação de capital e de introdução de progresso tecnológico na economia. A implantação dessa estratégia requer a adoção de uma *política cambial ativa*, que mantenha a taxa real de câmbio num nível competitivo nos médio e longo prazos, combinada com uma *política fiscal responsável* que elimine o déficit público, ao mesmo tempo em que permite o aumento sustentável do investimento público. (OREIRO, 2012, p. 29)

É importante destacar, mais uma vez, que a gestação deste projeto se dá em um momento histórico específico. A América Latina viveu, na década de 2000, períodos de grande efervescência social: o desgaste dos planos neoliberais resultou, na região, em uma série de revoltas populares de grande profundidade – a derrubada de cinco presidentes em menos de duas semanas na Argentina em 2001, a derrubada do presidente do Equador, Mahuad, em 2000 por conta das manifestações de grupos populares indígenas, as convulsões na Venezuela contra o golpe que atacou Chávez etc. Para os autores do novo desenvolvimentismo, a representação de tal desgaste nas urnas teria se dado com a eleição de presidentes de caráter popular, com discurso anti-neoliberal. Afirma Diniz (2011) que

A ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda em países como Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Uruguai e Chile, não foi fruto do acaso, senão que o reflexo da frustração generalizada diante dos fracos resultados da execução da agenda neoliberal. A despeito de sua heterogeneidade e de suas especificidades históricas e culturais, a emergência de tais governos expressou uma aspiração por mudança em busca de estratégias menos excludentes e mais igualitárias. Embora a grande imprensa, e mesmo diversos autores da área acadêmica insistam na utilização da já tão desgastada categoria de populismo para classificar os líderes desses

movimentos, é inegável que a emergência dos novos governos deflagrou um debate em torno da necessidade de redefinição de prioridades da agenda pública para além da estabilização e da rigidez fiscal. Ascendem ao primeiro plano temas antes relativamente relegados. Entre tais temas, cabe destacar: a redução da exclusão social, o inconformismo diante de uma posição periférica na ordem internacional, a aspiração por transformações na geopolítica mundial, pela busca de autonomia e pelo reforço da integração regional, pela diversificação de parcerias e alianças, pela revitalização do debate sobre as reformas sociais, ou, ainda, pela defesa de novas formas de inserção no mercado internacional. (DINIZ, 2011, p. 502)

Assim, coloca Diniz (2011), para economistas como Joao Sicsú, Luiz Fernando de Paula, Renault Michel etc., para que Estados consigam atingir o desenvolvimento, em um contexto histórico como o citado acima, seria fundamental que os governos sejam capazes de compreender e saber aproveitar as oportunidades abertas no momento vivido. Ricardo Bielschowsky frisa, neste sentido, que, neste momento, é necessário o esforço de formulação de uma “terceira via”, entre o neoliberalismo e o nacional-desenvolvimentismo. Trata-se de uma noção marcante presente no ideário do novo desenvolvimentismo: a de que este se constrói enquanto uma “terceira via”, diferentemente dos modelos apresentados em outros períodos, ainda que carregue traços característicos destes. Dessa forma, estaria mantida a ideia de que o Estado é agente fundamental na determinação do funcionamento da economia, sem diminuir a função do mercado e dos agentes privados no estabelecimento da relação entre crescimento econômico e distribuição de renda.

Cepêda (2012) recorre aos estudos realizados durante o seminário ocorrido na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, entre os dias 24 e 25 de maio de 2010- com financiamento da Fundação Ford –, que visava, a partir da contribuição de diversos estudiosos, recolher traços comuns que possibilitariam delimitar o que seria o novo desenvolvimentismo. O documento resultante desta reunião, *Ten theses on new developmentalism*⁷, elenca dez pontos fundamentais para a classificação deste projeto,

7 Documento original disponível em: < <http://www.tentheseesonnewdevelopmentalism.org/> >, acesso em

resumido por Diniz (2011) da seguinte forma:

O desenvolvimento econômico é um processo estrutural, cujo objetivo central é promover o pleno emprego; o mercado é o locus privilegiado desse processo, mas o Estado desempenha um papel estratégico em prover o arcabouço institucional que sustente esse processo estrutural; no contexto da globalização, o desenvolvimento econômico requer uma estratégia nacional de desenvolvimento; os maiores gargalos para o crescimento situam-se no lado da demanda; nos países em desenvolvimento, existem adicionalmente duas tendências estruturais que limitam a demanda e o investimento: a tendência para os salários crescerem abaixo da taxa de crescimento da produtividade e a tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio real e/ou nominal; a *doença holandesa* pode ser caracterizada como uma permanente sobrevalorização da moeda doméstica; o desenvolvimento econômico deve ser financiado primordialmente com poupança doméstica; a necessidade do governo assegurar uma relação de longo prazo estável entre dívida pública e o PIB e uma taxa real de câmbio que busque neutralizar os efeitos adversos da doença holandesa sobre o setor manufatureiro doméstico e, finalmente, para atingir o desenvolvimento econômico de longo prazo, deve-se priorizar o pleno emprego, garantindo-se ao mesmo tempo a estabilidade de preços e financeira. (DINIZ, 2011, p. 516)

2) A relação entre Estado e mercado: a importância da existência de um Estado forte e de um mercado também fortalecido.

As propostas de mudança nas ações do Estado, a partir de ações políticas e econômicas que divergem tanto do nacional-desenvolvimentismo – no que tange à política econômica e na priorização das políticas sociais –, quanto do ideário neoliberal – na divergência sobre o discurso da diminuição absoluta da esfera estatal –, implicam na necessidade de proposição de medidas que tornem possíveis as alterações visadas. Neste ponto, será visto como autores registram estas propostas, a partir de uma estratégia de desenvolvimento que, segundo eles, fortaleça, concomitantemente, Estado e mercado.

Para iniciar o debate das medidas a serem tomadas para a realização do novo desenvolvimentismo, Diniz (2011) toma por referência algumas das contribuições de Bresser-Pereira, no que tange a avaliação de que, no antigo desenvolvimentismo, o Estado tinha como meta a realização da poupança forçada, com uma política econômica protecionista, visando a expansão industrial, bem como tinha como característica da falta de rigidez no controle da inflação e do déficit público, sob justificativa da garantia das taxas de crescimento econômico. Para um Estado que adotasse o novo desenvolvimentismo, tais características seriam substituídas: segundo esse pensamento, o rigor na política fiscal fortalece, ao mesmo tempo, as exportações, sem prejuízo da indústria nacional.

Bresser-Pereira e Gala (2010) colocam que, se, no antigo desenvolvimentismo, a política industrial era central, no novo desenvolvimentismo ela segue sendo fundamental, porém com outro caráter: deve-se voltar para setores específicos, estratégicos, para empresas com capacidade de competição internacional. Destacam, porém, que o novo desenvolvimentismo não deve adotar o protecionismo, mas uma taxa de câmbio competitiva, que visa o equilíbrio industrial. Isto porque, afirmam esses autores que países como o Brasil, de desenvolvimento médio, que ultrapassaram o estágio da *indústria infante* ainda tem o problema da *doença holandesa*⁸ para enfrentar.

8 “A doença holandesa é uma falha de mercado que sobreaprecia de forma permanente a taxa de câmbio, mas é consistente com o equilíbrio intertemporal da conta corrente. (...) Ainda que Celso Furtado tenha chegado perto do conceito de doença holandesa ao estudar a economia venezuelana, este obstáculo maior à industrialização dos países em desenvolvimento não foi considerado pela teoria econômica do desenvolvimento e pela teoria estruturalista latino-americana. Mas essa falha de mercado era percebida de forma intuitiva. As tarifas de importação que o estruturalismo latino-americano advogava não foram, afinal, principalmente protecionistas, mas uma forma efetiva de neutralização dessa doença do lado das importações. Por outro lado, aqueles países que subsidiaram a exportações de bens industriais nos anos 1970 (como o Brasil e o México) estavam também neutralizando a doença holandesa do lado das exportações sem que isto estivesse claro para eles. A tarifa de um lado e o subsídio do outro, do qual eram excluídas as commodities que davam origem a doença holandesa, acabavam por ser, na prática, equivalentes a um imposto sobre essas commodities — e esse imposto é a forma correta de neutralizá-la. A doença holandesa ou maldição dos recursos naturais pode ser definida como a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio de um país causada por rendas ricardianas que o país obtém ao explorar recursos abundantes e baratos, cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio de equilíbrio corrente claramente mais apreciada do que a taxa de câmbio de equilíbrio industrial — a taxa que viabiliza os demais setores econômicos produtores de bens comercializáveis que utilizam tecnologia no estado da arte mundial. Definida nestes termos, a doença holandesa é uma falha de mercado que, ao inviabilizar setores econômicos de bens comercializáveis eficientes e tecnologicamente sofisticados, impede a mudança estrutural — a diversificação industrial do país — que

Para os autores,

A neutralização da doença holandesa não implica protecionismo, mas a administração da taxa de cambio através, principalmente, da imposição de um imposto sobre as *commodities* que dão origem a ela. (...) Ou, se se tratar de exportação, e se o preço internacional for dado, os produtores só estarão dispostos a produzir se a taxa de cambio se depreciar no valor correspondente ao imposto, dessa forma deslocando a taxa de cambio do equilíbrio corrente para o equilíbrio industrial — e, assim, manter a commodity lucrativa ao mesmo tempo em que viabiliza o restante da indústria que usa tecnologia competitiva internacionalmente. (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 680)

No mesmo sentido, Mattei (2011) registra algumas das características que surgem no novo desenvolvimentismo, acerca da política econômica, que divergem das apresentadas no nacional-desenvolvimentismo. Se, no antigo desenvolvimentismo, o Estado era o principal *empresário*, o grande investidor e motor da economia; no novo desenvolvimentismo, o poder estatal deve:

a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda. (MATTEI, 2011, p. 11)

É importante recordar que, além destas medidas, é necessário que o Estado assuma, como prioridade, a ação direta no combate às desigualdades sociais.

Além das diferenças destacadas frente ao nacional-desenvolvimentismo, o novo desenvolvimentismo apresenta diferenças em relação à *ortodoxia convencional*. Como afirma Mattei (2011), o novo desenvolvimentismo teria, prioritariamente, uma distinta política macroeconômica: se, na política econômica ortodoxa, o ajuste fiscal teria como finalidade principal a garantia do superávit primário, no novo desenvolvimentismo, o ajuste

caracteriza o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 671)

fiscal teria que garantir, além do superávit primário, uma poupança pública positiva, além da redução da taxa de juros, junto à redução das despesas correntes; assim, o Banco Central não conteria a inflação a partir do instrumento do aumento da taxa de juros, mas também da *taxa de cambio* (contra a flutuação cambial, característica da ortodoxia). O Banco Central também teria condições de controlar o nível de emprego, a partir do controle da compra e das reservas de capitais.

Para Diniz (2011), enquanto a ortodoxia, a partir de suas propostas, prioriza o fortalecimento do mercado, minando projetos a longo prazo para o Estado, o novo desenvolvimentismo teria como medida de ação o fortalecimento do Estado e do mercado: “Atribui papel relevante ao Estado no investimento e na política industrial, visa alcançar o crescimento com investimento e poupança interna, valoriza o mercado interno e as exportações, refutando fortemente a prática de financiar investimento com poupança externa típica da ortodoxia convencional” (DINIZ, 2011, p. 512). Assim, para a autora, “A ênfase se desloca para a importância da coordenação estatal para administrar de maneira equilibrada o aumento do crescimento e da competitividade das economias nacionais no contexto atual do capitalismo crescentemente globalizado.” (DINIZ, 2011, p. 506).

Apresentadas tais diferenças, Diniz argumenta que o novo desenvolvimentismo pode ser pensado como um segundo momento da teoria estruturalista latino-americana, uma vez que preservaria a ideia do desenvolvimento econômico enquanto um processo de mudança estrutural, uma vez que seria pressuposto daquele modelo de desenvolvimento a atenção e melhoria das condições de vida dos setores explorados, com aumento de presença de trabalhadores empregados em ocupações com maiores salários médios.

A autora frisa que o sucesso desta estratégia depende da capacidade de um país em superar a chamada *doença holandesa*; isto é, tomando o exemplo do caso brasileiro, a baixa competitividade das empresas brasileiras nos mercados externos, bem como o crescimento dos salários ser inferior à produtividade, colocaria em xeque a demanda que tem origem no mercado interno. “Em síntese, enquanto o tripé ortodoxo está constituído por taxa de juros elevada, taxa de câmbio sobreapreciada e Estado mínimo, o tripé novo-desenvolvimentista baseia-se em taxa de juros baixa, taxa de câmbio de equilíbrio de forma

a garantir competitividade às empresas industriais de alta tecnologia e papel estratégico para o Estado.” (DINIZ, 2011, p. 512)

Coloca Diniz que é posição comum entre os autores neodesenvolvimentistas a oposição a visões que priorizem excessivamente o mercado, bem como àquelas que dão excessivo foco no Estado. Assim, pensam em medidas para fortalecer equilibradamente mercado e Estado, sendo esta uma condição para a conquista de altas taxas de crescimento sustentado, fundamental para medidas que visem a diminuição da desigualdade social. Para tais autores, o fortalecimento do Estado liga-se à necessidade de um governo ter a margem de ação suficiente para a aplicação de políticas econômicas que possibilitem este crescimento, como políticas defensivas (reduzindo as chances de estabelecimento de crises cambiais) ou expansionistas (como a realização de políticas de pleno emprego, em especial em contextos de recessão), a partir da estratégia adotada.

Assim, seria necessária, para a efetivação do projeto neodesenvolvimentista, uma política industrial e comercial que sirvam para aumentar a competitividade das indústrias nacionais, fortalecendo a posição do país no mercado internacional. Ou seja, num contexto de globalização, surge a necessidade de uma abertura externa da economia, desde que seja preservado, prioritariamente, o *interesse nacional*. Segundo Diniz (2011), “Haveria, portanto, uma estreita articulação entre Estado forte, mercado forte e redução da vulnerabilidade externa. Em contraposição ao antigo nacional-desenvolvimentismo, o novo desenvolvimentismo não admite o Estado-empresário, nem a utilização indiscriminada e incondicional do protecionismo do mercado interno nos moldes do passado.” (DINIZ, 2011, p. 514) Estaria mantida, então, a ideia de que o Estado é agente fundamental na determinação do funcionamento da economia, sem diminuir a função daquele no estabelecimento da relação entre crescimento econômico e distribuição de renda.

Para Cepêda (2012), há duas ferramentas que podem ajudar na compreensão do que são políticas neodesenvolvimentistas, no que tange à atuação da esfera estatal. A primeira ferramenta é a noção de que o Estado novo desenvolvimentista mantém ainda grande importância na economia, mas que sua intervenção deve ser “mais pontual e menos direta, com menor nível de estatização” (CEPÊDA, 2012, p. 13), com predomínio de

políticas regulatórias, com menor intervenção direta – isto é, um Estado que seja capaz de, sem assumir papel de protagonismo e de grande investidor, garantir o funcionamento do mercado.

Um exemplo dessa forma de atuação pode ser trazido na contribuição de Oreiro (2012), que, propondo uma diretriz para a política cambial, destaca que “A política cambial deverá ser executada pela autoridade monetária com base na utilização de instrumentos de natureza regulatória, entre os quais se destacam os controles de capitais. Esses controles podem se dar na forma de taxação sobre a entrada de capitais externos ou ainda na forma de restrições de caráter administrativo ao ingresso de tipos específicos de capitais externos.” (OREIRO, 2012, p. 37)

Outro exemplo que pode ser elencado, sobre a proposta da relação entre Estado e mercado, e como tal relação poderia favorecer o conjunto da sociedade, é o descrito pelos pesquisadores da “Rede D”, ou “Rede Desenvolvimentista”⁹, que consiste em, nas ações do

9 Serão feitas, ao longo do texto, algumas referências à chamada Rede Desenvolvimentista. Isto porque, no debate do neodesenvolvimentismo brasileiro, as contribuições deste agrupamento são fundamentais, pois reúne alguns dos mais importantes autores e autoras presentes neste debate. Nas palavras da própria “Rede D”, este é um grupo formado a partir da “retomada recente do crescimento econômico no Brasil, após mais de duas décadas de semi-estagnação criou a necessidade da discussão da natureza, determinantes e limites desse crescimento e, sobretudo das políticas econômicas necessárias para dar-lhe um caráter duradouro. A Rede Desenvolvimentista se propõe a ser um espaço para esse debate congregando economistas e outros cientistas sociais interessados nessa problemática.

A sua pauta de discussão vai além dos aspectos conjunturais, privilegiando dimensões de natureza estratégica que podem vir a se constituir, no futuro, em obstáculos para o desenvolvimento do país. A preocupação com o desenvolvimento brasileiro se desdobra para outros temas associados como o do desenvolvimento latino-americano, a integração regional, as relações Sul-Sul e os BRICS.

A rede é resultado de uma parceria de três instituições: o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) da UNICAMP, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do MCTI e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Essas três instituições estarão em estreita colaboração para formar uma rede constituída de pesquisadores dedicados aos temas propostos, promover os debates relevantes por meio deste site, realizar seminários periódicos e publicar em meios variados os resultados de suas atividades.” (ver: www.reded.net.br). Dentre os autores que contribuem com este grupo – como coordenadores, conselho consultivo, ou pesquisadores associados –, pode-se citar: Pedro Cezar Dutra Fonseca, Ricardo Bielschowsky, Ricardo Carneiro, André Singer, Carlos Lessa, Claudio Dedecca, David Kupfer, José Luiz Fiori, José Viegas Filho, Luciano Coutinho, [Luiz Carlos Bresser-Pereira](#), [Luiz Gonzaga Belluzzo](#), [Marcio Pochmann](#), [Maria da Conceição Tavares](#), [Mariano Laplane](#), [Paul Singer](#), [Tania Bacelar](#), [Wilson Cano](#), [Eduardo Fagnani](#), [Eduardo Mariutti](#), [Francisco Lopreato](#), [Walter Belik](#), [Pedro Ramos etc.](#)

poder público, estabelecer um projeto econômico e social capaz de inter-relacionar

a agroindústria, a indústria extrativa, a petroindústria, o biocombustível, seja o biodiesel a partir do complexo soja, seja o etanol produzido pelo complexo sucro-alcooleiro, todos voltados para a elevação da competitividade externa do País. Mas a contrapartida envolveria a medição do inter-relacionamento de todas as atividades voltadas principalmente para o mercado doméstico: hidroelectricidade, construção civil e pesada (execução de obras públicas), indústria de transformação, e a servindústria: o relacionamento dos serviços de transporte, telecomunicações, tecnologia de informações, sistema financeiro, etc., com a indústria de transformação. (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 35-6)

A segunda ferramenta, elencada por Cepêda (2012), está na compreensão de que o Estado do novo desenvolvimentismo tem menor autonomia de ação, estando, então, submetido ao controle social. Este controle, segundo a autora, se daria em duas frentes: “gestão e controle social (participação deliberativa, *accountability*, administração gerencial) e o de finalidade de sua ação (via inclusão e distribuição).” (CEPÊDA, 2012, p. 13). Assim, afirma, a partir destas duas características, o Estado passa a agir sob a noção de eficácia, com destaque ao papel corretivo da esfera estatal, enquanto que, concomitantemente, tornam-se mais eficazes os mecanismos de controle sobre o próprio Estado, seja pelo aparato jurídico, pelo político-institucional, ou pela via eleitoral.

Um esquema que descreveria, brevemente, um sistema econômico condizente, então, com o novo desenvolvimentismo, segundo Oreiro (2012), seria o seguinte:

Tabela 1 – Descrição dos componentes de um regime ideal de política macroeconômica

Tipo de política	Objetivos	Metas operacionais	Instrumentos
Política monetária	Inflação baixa e estável no médio e longo prazos. Crescimento robusto e sustentável do produto real.	Meta de inflação. Meta de crescimento do produto real compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos.	Taxa de juros de curto prazo. Depósito compulsório. Requerimento de capital próprio.
Política fiscal	Estabilização do nível de atividade econômica. Dívida pública como proporção do PIB baixa e estável nos médio e longo prazos.	Meta de déficit fiscal ciclicamente ajustado igual ou próximo de zero. Meta de crescimento do produto real compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos.	Estabilizadores automáticos. Gastos discricionários com investimento público em obras de infraestrutura.
Política salarial	Estabilidade da participação dos salários na renda nacional. Inflação baixa e estável nos médio e longo prazos.	Meta de variação do custo unitário do trabalho igual à meta de inflação.	Fixação da taxa de variação dos salários nominais numa magnitude igual à soma entre meta de inflação e taxa de crescimento da produtividade do trabalho.
Política cambial	Competitividade das exportações de manufaturados nos mercados internacionais.	Meta de taxa real de câmbio competitiva nos médio e longo prazos.	Controles a entrada de capitais.

Fonte: Oreiro (2012)

3) Estado e igualdade social: a necessidade do combate às desigualdades em um projeto de desenvolvimento.

Se, no ponto visto acima, para os autores do novo desenvolvimentismo, é fundamental o fortalecimento das esferas do Estado e mercado, não é menor a atenção voltada ao desenvolvimento social, isto é, da relação entre as políticas econômicas e sociais, de modo a reduzir as desigualdades sociais existentes.

Afirma Cepêda (2012) que, elencando algumas das diferenças que enxerga entre velho e novo desenvolvimentismo, neste o objetivo prioritário das ações do Estado

não é a complexificação da produção industrial, mas a redistribuição e a equidade, num processo de inclusão social, estão postas como prioridade. Assim, ao invés de as políticas sociais ocuparem o lugar de acompanhante das políticas industriais, no novo desenvolvimentismo, as políticas de crescimento e de distribuição estariam combinadas: políticas voltadas às questões sociais, acompanhadas por projetos de estímulo à produção.

Sintetizando colocações de economistas neodesenvolvimentistas, Diniz (2011) registra que é necessária a efetivação de medidas para fortalecer mercado e Estado, sendo esta uma condição para a conquista de altas taxas de crescimento sustentado, fundamental para medidas que visem a diminuição da desigualdade social. Tais medidas poderiam ser traduzidas, por exemplo, na implementação de um sistema tributário progressivo, medida que possibilitaria reduzir a extrema concentração de renda.

Este exemplo merece um destaque especial. De acordo com Diniz, a implementação de um sistema tributário progressivo teria papel importante na redução das desigualdades sociais. Porém, o destaque a ser colocado aqui vem de outra consideração da autora: esta reforma pode existir, perfeitamente, nos limites de uma economia de mercado. Assim, pode-se compreender que as reformas das políticas sociais propostas podem caminhar até os limites fixados pela economia de mercado. Outra medida elencada por Diniz, possível ao Estado novo desenvolvimentista, nos limites estabelecidos da economia de mercado, e que seria eficaz ao desenvolvimento do “capital humano”, e beneficiaria o país em um grande prisma de aspectos, seria o fortalecimento da educação pública.

A ligação das políticas sociais à economia de mercado torna-se mais cristalina conforme os autores que formulam sobre o novo desenvolvimentismo fazem propostas sobre quais as medidas tomadas por um Estado estariam próximas a este projeto. Por exemplo, para autores que contribuem com a Rede D, é necessário que se tenha atenção em relação ao modelo de crescimento econômico que se calque na ampliação do consumo interno. Isto porque, se, por um lado, é uma forma de crescimento econômico possível para economias periféricas, “requer um perfil de política econômica que recupere o papel do investimento autônomo como fonte primordial do crescimento.” (REDE D, 2012, p. 3) Assim, é necessária a adoção de políticas que sirvam para a ampliação da infraestrutura, por

um lado, e, por outro, que atendam à necessidade da diferenciação da estrutura produtiva, de modo a focar aqueles setores mais avançados tecnologicamente. Dessa forma, os autores colocam como essencial os mecanismo de financiamento doméstico a longo prazo, mas, também, “a mudança de qualidade no consumo popular por meio da incorporação mais efetiva da sua dimensão pública com a ampliação da oferta de bens públicos como saúde, educação, habitação de interesse social, mobilidade urbana e proteção do meio ambiente, dentre outros.” (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 3-4).

Nesse sentido, afirmam

O acesso à infraestrutura é trazido como um debate importante, porque “Se observados de um segundo ângulo, o da promoção do desenvolvimento com inclusão social, os investimentos infraestruturais - particularmente os sócio-urbanos - podem concorrer para a redução das desigualdades socioespaciais. De forma especial, as externalidades derivadas do binômio energia/logística são responsáveis pela redução ponderável de custos e conformam patamares mais elevados da produtividade geral da economia e da qualidade de vida dos habitantes. A infraestrutura tomada em seu todo desdobra-se, assim, em elos articuladores/estruturadores da economia, não só da nacional, mas também das conexões dessa com a economia mundial.” (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 19)

Ou seja, sendo o mercado interno parte importante do novo projeto de desenvolvimentismo, é necessário que a população do país tenha acesso a bens públicos que já lhe são assegurados constitucionalmente, elevando, assim, a qualidade do seu consumo, trazendo melhores condições de vida à população e melhores condições de reprodução do mercado.

Conforme registra Oreiro (2012), a distribuição da renda é parte fundamental do projeto novo-desenvolvimentista. A reforma institucional prevista por este projeto, bem como o impulsionamento da economia trazido pelas exportações, junto a uma política cambial que garanta a competitividade das empresas nacionais, somado a uma política fiscal responsável, são fatores que possibilitariam o aumento do investimento público nas

áreas sociais sem que isso representasse aumento no déficit público. A política salarial, por sua vez, precisaria ser realizada a partir da produtividade do trabalho – o que pode garantir tanto aumento real dos salários quanto o controle da inflação. Coloca o autor que

A manutenção da taxa real de câmbio num patamar competitivo nos médio e longo prazos exige não só a adoção de uma política cambial ativa, como também uma política salarial que promova a moderação salarial ao vincular o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho, garantindo assim a *estabilidade da distribuição funcional da renda no longo prazo*. A combinação entre política fiscal responsável e moderação salarial se encarregaria de manter a inflação a um nível baixo e estável, permitindo assim que a política monetária seja utilizada para a estabilização do nível de atividade econômica, ao mesmo tempo que viabiliza uma redução forte e permanente da taxa real de juros.” (Oreiro, 2012, p. 29)

Explica o autor que a distribuição de renda precisa se fundar nas exportações, e não nos gastos do governo, para tornar esta política social uma política sustentável para uma economia “em desenvolvimento”.

Dada a distribuição funcional de renda, a taxa de crescimento de longo prazo numa economia em desenvolvimento, que não dispõe de uma moeda aceita como reserva de valor internacional, é determinada pela taxa de crescimento das exportações. Isso porque se a taxa de crescimento dos gastos do governo for maior do que a taxa de crescimento das exportações, então o produto e a renda doméstica irão crescer mais rapidamente do que as exportações. Se a elasticidade renda das importações for maior do que um (como é usual em economias em desenvolvimento), então as importações irão crescer mais do que as exportações, gerando um déficit comercial crescente e, provavelmente, insustentável no longo prazo. Dessa forma, um crescimento sustentável do ponto de vista do balanço de pagamentos tem que ser necessariamente impulsionado pelas exportações. (Oreiro, 2012, p. 32)

A importância dada aqui para uma política salarial consciente, que sirva para o combate à inflação, por um lado, e, por outro, seja mecanismo de distribuição de renda, é central na determinação dos rumos da economia nacional. Para Oreiro (2012), a

distribuição efetiva da renda, via política salarial, é *condição necessária* para o aumento da competitividade do país a nível internacional, com crescimento das exportações;

A política salarial deve ser compatível com a estabilidade da distribuição funcional da renda no longo prazo. Isso porque a estabilidade da distribuição funcional da renda é condição necessária para a manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva ao longo do tempo e, portanto, para o crescimento robusto das exportações. Se a taxa de crescimento dos salários reais for superior à taxa de crescimento da produtividade do trabalho, a participação dos salários na renda irá aumentar de forma cumulativa ao longo do tempo, gerando uma tendência a apreciação da taxa real de câmbio. Por sua vez, se os salários reais crescerem a uma taxa inferior à da produtividade do trabalho, haverá uma redistribuição de renda dos trabalhadores para os capitalistas, a qual irá resultar numa redução da taxa de crescimento dos gastos de consumo. Nesse caso, a taxa de crescimento da demanda efetiva será inferior à taxa de crescimento da demanda agregada autônoma, impondo assim uma redução do ritmo de crescimento do produto real no longo prazo. (OREIRO, 2012, p. 37)

Autores que contribuem com a Rede D avaliam que, a partir de 2003, com ênfase em 2006, e, com maior intensidade, a partir de 2011, a economia brasileira assume caráter mais desenvolvimentista. “Num primeiro momento, entre 2003 e 2006, preserva-se a ortodoxia macroeconômica e o perfil herdado das políticas setoriais modifica-se localizadamente por meio de ações dos bancos públicos e de alguns ministérios enquanto se intensificam as políticas distributivas. Após 2006, e até 2010, as políticas setoriais são redefinidas num contexto de recuperação da ação coordenadora do Estado. Desde 2011 é perceptível uma inflexão da política macroeconômica no sentido de estabelecer preços macroeconômicos – taxas de câmbio e de juros – mais compatíveis com o desenvolvimento.” (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 4)

As consequências de tais diretrizes são analisadas de modo positivo e otimista pelos economistas da Rede Desenvolvimentista, registrando que, no mercado de trabalho, pode-se notar uma série de diferenças:

A partir de 2004 o mercado de trabalho brasileiro apresentou expressivas melhorias, que foram se acentuando à medida que o

crescimento econômico ganhou mais fôlego no segundo mandato do Governo Lula. O emprego formal cresceu num ritmo muito significativo, tanto no setor privado como no setor público, refletindo não somente os impactos positivos do crescimento, mas também a importância das políticas de regulação do trabalho, especialmente do sistema de fiscalização. O desemprego foi reduzido expressivamente, com impactos positivos em todos os segmentos: homens, mulheres, população com mais de 50 anos, principais responsáveis pela família, jovens, outros membros da família. Houve também uma profunda redução na proporção de trabalhadores não remunerados. A melhoria da estrutura ocupacional contribuiu fortemente para o aumento da renda, para o acesso ao crédito, a elevação do consumo e a melhoria de vida da grande maioria das famílias brasileiras. E, nesse processo, foi importante a redução da inflação, a política de valorização do salário mínimo, os ganhos reais nas negociações coletivas, os programas de reestruturação de carreiras e de recuperação das remunerações dos servidores públicos, a indexação ao valor do salário mínimo dos benefícios da seguridade social e os programas de combate a pobreza - especialmente o Bolsa Família. Houve um aumento expressivo da renda média do trabalho, que foi acompanhado por redução das diferenças relativas dos rendimentos dos trabalhadores. O salário mínimo e os ganhos reais nos reajustes decorrentes das negociações coletivas tiveram um papel fundamental nesse resultado, confirmando a importância dos mesmos como instrumentos de regulação da renda do trabalho no País” (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 31-2)

Dentre as questões trazidas à tona para a discussão das condições de vida da população, estes autores destacam que

A maior densidade de empregos por família, a melhor renda por eles propiciada pela elevação do salário mínimo e o aumento do rendimento da política social, em um contexto de crescimento populacional da ordem de 1,1% a.a., implicaram um aumento de renda dos estratos mais pobres da população que se traduziu em redução da desigualdade de renda corrente da população. Os ganhos de bem-estar da população de menor renda foram amplificados pelo acesso ao crédito e a valorização cambial, que possibilitaram acesso e barateamento rápidos aos bens de consumo duráveis, mesmo que comprados a uma taxa de juros estratosférica. (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 33)

4) A visão crítica das políticas econômicas brasileiras dos anos 1990

Pode-se destacar que, em geral, nos grupos formuladores do novo desenvolvimentismo, nota-se um tom crítico ao projeto político e econômico efetuado no Brasil na década de 1990, em especial nos governos FHC. O afastamento destes grupos de uma política econômica ortodoxa pode implicar numa aproximação maior ou menor aos governos PT, conforme será visto em alguns trechos destacados a seguir.

A avaliação crítica em relação aos governos PSDB parte de uma análise histórica na qual, de acordo com a Rede D, depois da crise econômica dos anos de 1980, a hegemonização da política neoliberal na década de 1990 teria freado a dinâmica da economia brasileira, que teria sido, conforme coloca o grupo, *nacional-desenvolvimentista* entre 1930-80. Um dos marcos deste final teria sido o fim da capacidade de intervenção e regulação do Estado. “Nos anos 1990, a concretização da perda do núcleo dinâmico, isto é, do investimento autônomo, que era produto das variadas formas de intervenção do Estado desenvolvimentista, combinada com o setor privado, numa estrutura produtiva diversificada, acentuou-se por conta das políticas econômicas de corte liberal.” (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 2)

Para Chauí, foi durante os governos de Fernando Henrique Cardoso que o modelo neoliberal teria se tornado hegemônico. Isto seria se dado

ao realizar a chamada reforma e modernização do Estado, isto é, a adoção do neoliberalismo como princípio definidor da política estatal da ação estatal (privatização dos direitos sociais, convertidos em serviços vendidos e comprados no mercado, privatização das empresas públicas, direcionamento do fundo público para o capital financeiro etc.). Para legitimar essa decisão política, foram mobilizadas as duas grandes ideologias contemporâneas: a da competência e a da racionalidade do mercado. (CHAUÍ, 2013, p. 127).

Segundo os pesquisadores da Rede D, a política econômica de abertura comercial, com apreciação da moeda, teria resultado em prejuízo para os setores mais desenvolvidos tecnologicamente, bem como para as indústrias de máquinas e equipamentos

– uma *especialização regressiva das forças produtivas*. O prejuízo da indústria nacional, bem como da economia, foi acentuado pelo processo de internacionalização da economia, feita sem regulação do investimento direto estrangeiro, em um país sem empresas com possibilidade de competição internacional. A este cenário se somam as privatizações, que, visando a redução dos gastos públicos, levaram a escassez de investimentos e à decadência da infraestrutura.

Conforme Sader (2010), alguns dos elementos críticos em relação aos governos PSDB localizam-se na

prioridade do ajuste fiscal, as correspondentes quebras da economia e as cartas de intenção do FMI, que desembocaram na profunda e prolongada recessão que o governo Lula herdou. Na estrutura social, o desemprego, a precarização das relações de trabalho, a exclusão social e o aumento da desigualdade deram a tônica. Já a política foi reduzida a complemento da ditadura da economia, assim como o Estado foi reduzido a Estado mínimo, com a centralidade do mercado. No plano internacional, viu-se a subordinação absoluta dos desígnios da política externa dos Estados Unidos. Na cultura o Estado renunciou ao seu fomento e promoveu a mercantilização.” (Sader, 2013 a, p. 3)

Frente a este cenário de crise, a avaliação exposta pela Rede D coloca uma avaliação positiva em relação às medidas econômicas adotadas no governo PT, principalmente a partir de 2004.

A retomada, iniciada em 2004 e traduzida em taxas médias de crescimento em torno de 4,4% ao ano, tem algumas peculiaridades à luz da trajetória histórica da economia brasileira. Ela se inicia pelo impulso dado à economia pelas exportações líquidas, decorrentes em grande medida do ciclo de preços das commodities. Como é comum ocorrer na economia brasileira, rapidamente a demanda externa perde o seu protagonismo, sendo substituída pela demanda doméstica, embora o saldo comercial positivo tenha sido a marca de todo o período. O fator crucial do crescimento recente foi, de fato, o consumo das famílias, tanto o autônomo resultante da ampliação substancial do acesso popular ao crédito, ou da melhora da distribuição da renda, quanto o induzido pelo aumento da massa salarial.” (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 3)

Os resultados destacados como positivos, no Brasil, não teriam sido resultado do desempenho da indústria nacional, mas foram impulsionados a partir do consumo interno, pelo consumo das famílias, bem como

as exportações e o investimento por eles induzidos. Apesar do significativo crescimento da produção industrial, sua estrutura pouco se diversificou, tendo sido observado elevação significativa do coeficiente importado, mormente nos segmentos de maior intensidade tecnológica. Uma espécie de social-desenvolvimentismo foi a marca do período que contou também com contexto internacional benigno tanto do ponto de vista do comércio quanto do financiamento externo, o que facilitou a sua implementação.” (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 3)

Assim, a diferença entre as políticas econômicas implementadas pelos governos PSDB e PT é grande o bastante para se dizer que, entre eles, há uma *ruptura política*, como resultado de um momento histórico de tensões por conta das crises financeiras e cambiais do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Conforme já descrito acima, neste processo, governos foram fragilizados e até derrubados¹⁰ e acordos comerciais ligados ao projeto neoliberal, como a ALCA, foram renegados. Assim, os autores percebem que frente ao projeto do Consenso de Washington, começa a surgir, regionalmente, pela América Latina, respostas que vão focar a solução dos problemas numa maior soberania dos Estados, frente à extrema liberalização.

A aplicação da política neoliberal nos anos 1990, especialmente, no Brasil, nos governos FHC, traz consequências para um grande prisma de fatores, diretamente ligados à produção industrial ou não. Tomando, por exemplo, a questão da infraestrutura, tem-se diversos serviços prestados, como energia, transportes, logística etc.; tais serviços são de fundamental importância no aumento da capacidade de produção, e, por consequência, no

10 Dentre diversos exemplos, cabe destacar, por exemplo, a derrubada de cinco presidentes em 10 dias, na Argentina (ver detalhes em: “2001: 5 presidentes em 10 días”, <http://edant.clarin.com/suplementos/especiales/2003/12/10/1-00505.htm>); ou o levante indígena no Equador (“Ecuador tiene nuevo presidente”, <http://www.bbc.co.uk/spanish/news/news000122ecuador2.shtml>).

aumento do emprego, renda e demanda. Para os pesquisadores da Rede D, as tomadas de posições dos governos PT e PSDB em relação ao tema foram bastante diferentes; o acesso universal a tais serviços públicos esteve praticamente estagnado, desde a crise da dívida externa, nos anos 1980, até a década de 2000, pela insuficiência de investimentos públicos e/ou privados. E, assim, concluem que, nos governos FHC

Com efeito, as opções de política econômica então tomadas privilegiaram a privatização dos serviços públicos. Mais especificamente, e de efeitos muito sérios para os investimentos infraestruturais, reduziram o setor de bens de capital e minaram as atividades da engenharia pesada e de formulação de projetos. A segunda gestão Lula revitalizou a ação do poder público a favor de um novo ciclo de investimentos. Para tal, entre outros, retomou instrumentos de planejamento e políticas de crescimento, promovendo inclusive alterações na política orçamentária; impulsionou o financiamento público do investimento infraestrutural; buscou desencadear alterações na estrutura produtiva; incentivou iniciativas conjuntas no plano da integração física e energética sulamericana, etc. (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 20)

As críticas ao modelo político e econômico adotado pelos governos PSDB são estendidas, inclusive, à política econômica voltada ao mercado financeiro. A grande instabilidade financeira, ocorrida no país até 2004, levava os investidores a enfocarem os investimentos de curto prazo, pela falta de garantias de manutenção das condições iniciais do investimento em uma aplicação de longo prazo.

Na política de investimento tecnológico e de diretrizes de governo, o governo PSDB também é alvo de críticas, pois, conforme a Rede D, é no governo PT que se

Afasta a dicotomia entre Estado e Mercado, mas reconhece-se a importância da regulação via políticas públicas, estabelecendo de maneira dinâmica certa hierarquização do inter-relacionamento dos diversos mercados (...) O desenvolvimento não se estabelece de maneira autárquica. Não se trata de um Estado Nacional isolar a economia e a sociedade, via protecionismo, mas sim de atuar, diplomaticamente, de maneira pró ativa na Governança Internacional. Os desenvolvimentistas afastam, então, outro falso

dilema entre dirigir o desenvolvimento “para fora” (mercado externo) ou “para dentro” (mercado interno): nem será apenas Export Led, nem unicamente Domestic Led (ou Wage Led). São movimentos complementares e não excludentes, embora se reconheça que, dado o grau de abertura da economia brasileira, a diversificação da sua estrutura produtiva, disponibilidade de recursos naturais (terra agricultável, água, minérios, etc.) e humanos, o mercado interno tem peso significativamente superior. (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 35)

As formas de atuação das empresas e instituições estatais também são referência de comparação entre os governos PT e PSDB. Isto porque, se, para este, tais ferramentas teriam sido deixadas de lado – ou sido privatizadas –, durante os governos PT tais instrumentos mostraram ser de grande utilidade;

Por sua vez, é nítida a importância histórica de instituições de pesquisa tecnológica no Brasil, que foram questionadas na era neoliberal: Embrapa/IAC na produtividade da agroindústria brasileira; Embraer/ITA na indústria aeronáutica; Petrobrás na fronteira tecnológica da prospecção e exploração do petróleo em “águas profundas” do pré-sal; Eletrobrás e outras estatais para a matriz energética diversificada, entre outras fontes limpas, a hidroeletricidade e o biocombustível. As instituições financeiras desenvolvimentistas também demonstraram ser imprescindíveis ao desenvolvimento econômico-social: BNDES no financiamento da infra-estrutura e logística; Banco do Brasil no crédito agrícola; Caixa Econômica Federal no desenvolvimento urbano. (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 35)

Tais exemplos mostram como, para o conjunto dos autores da Rede D, durante os anos 1990, a ação do Estado na economia nacional perdeu o caráter desenvolvimentista, primeiro pela crise da dívida externa, e, segundo, à política fiscal trazida pelas reformas neoliberais. Para o controle da inflação, o Plano Real utilizou como principal ferramenta o *déficit* público, bem como, em nome da estabilidade, alterou o regime fiscal do país,

encaminhando um conjunto de reformas no âmbito fiscal que tiveram o objetivo de garantir as condições de sustentabilidade da dívida pública e de servir de âncora às principais variáveis macroeconômicas (câmbio e juros). Ou seja, a política fiscal deixou

de ter como meta atuar como instrumento de gestão da demanda agregada e passou a cumprir, fundamentalmente, a função de fiadora do espaço de valorização do capital. (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 29)

Estes autores frisam o ano de 2006 como chave para retomada de uma ideia de Estado como indutor do crescimento. Além da busca pela expansão do PIB, porém, levantam uma importante ressalva, que se tornaria um obstáculo importante para esse fim: a manutenção do uso do câmbio flutuante, bem como o estabelecimento de metas de inflação, com uma política fiscal que prioriza o atendimento da dívida pública.

Estes seriam alguns exemplos de como, a partir do governo Lula, o Estado brasileiro teria se mostrado preparado para utilizar suas instituições como ferramentas de apoio ao capital privado e como instrumento para impulsionar a expansão da demanda agregada. Assim, se, com estas características, o governo PT assumia “caráter keynesiano”, ao mesmo tempo que mantinha o regime fiscal mantido o desenho do regime fiscal dos governos FHC. Dentre as ações tomadas no novo governo, destacam-se:

- A retomada de instrumentos de planejamento e de políticas de crescimento, com a criação do PAC e do Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP);
- A defesa de medidas a favor de consórcios privados, associados a empresas e fundos de pensão públicos, com o apoio do financiamento do BNDES, visando impulsionar o investimento em infraestrutura;
- O esforço no sentido de promover alterações na estrutura produtiva e incentivar a internacionalização de empresas brasileiras em busca de aumento de competitividade e ganhos no balanço de pagamentos;
- Alterações na política orçamentária, com incentivos ao investimento público e redução controlada do superávit primário;
- A política de incentivos e subsídios fiscais com duplo objetivo, de um lado, atender setores afetados com a crise mundial de 2008 e, de outro, incentivar os investimentos em setores específicos;
- A política de fortalecimento dos bancos públicos, ampliando o espaço que ocupam na oferta de crédito e no financiamento à atividade produtiva;
- A política de valorização das empresas públicas, visando ampliar o poder de atuarem como agentes catalisadores de novos

investimentos.

- A expansão da política social, com a valorização do salário mínimo e o aumento das transferências de renda, via Bolsa Família e Previdência Social. (REDE DESENVOLVIMENTISTA, 2012, p. 29-30)

Para Diniz (2011), a chegada do PT ao governo federal causa uma mudança profunda na forma de se governar; a ênfase das políticas de governo passam a estar centradas no crescimento econômico, em conjunto com políticas de geração de emprego, assim, “persiste a defesa de uma política firme de estabilização, porém como âncora de um programa de desenvolvimento mais equitativo, abrindo espaço para políticas de combate à desigualdade e à exclusão social.” (DINIZ, 2011, p. 510).

Nesse sentido, complementa a autora,

Observa-se gradualmente a formação de uma nova coalizão política e de um novo consenso em torno do imperativo de uma inflexão na política macroeconômica, tendo em vista a inclusão de novas prioridades na agenda pública: crescimento econômico e geração de emprego, associados à formulação de uma nova estratégia de inserção internacional, metas crescentemente percebidas como interdependentes de acordo com as novas diretrizes. Nesse contexto, a vitória de Lula nas eleições de 2002 expressou a insatisfação e as aspirações por mudanças por parte da maioria da população brasileira. (DINIZ, 2011, p. 510)

Diniz e Bresser-Pereira registram, então, mais uma forte crítica ao governo PSDB, principalmente no que tange às possibilidades de participação do empresariado nacional nas decisões políticas do país¹¹. Para os autores, o governo PT, apesar de chegar ao poder com grande desconfiança, por conta do seu passado junto aos movimentos sociais,

11 Tal avaliação é endossada por Belluzzo que afirma que “As classes conservadoras e conversadoras não aprendem (...). Diante da plethora de dólares, passaram a salivar com intensidade e patrocinar as visões mais grotescas a respeito das relações entre política fiscal e monetária. Aproveitaram a abundância de dólares para matar a inflação, mas permitiram a valorização do câmbio, sob o pretexto de que a liberalização do comércio e dos fluxos financeiros promoveria a alocação eficiente dos recursos, tanto do ponto de vista estático quanto da perspectiva de acumulação de capital. (...) Mas, na vida real, a *abertura comercial com câmbio valorizado e juros altos* suscitou o desaparecimento de elos das cadeias produtivas na indústria de transformação, com perda de valor agregado gerado no país, decorrente da elevação dos coeficientes de importação em cada uma das cadeias de produção.” (BELLUZZO, 2013, p. 104)

provou, na prática, que podia ser permeado pelos interesses de uma burguesia interna brasileira:

Em suma, nos anos de 1990, o empresariado nacional industrial perdeu seu papel político na definição da estratégia nacional de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se estreitou o círculo de poder burocrático e se aprofundou o confinamento tecnocrático das decisões. Sob a égide das novas diretrizes neoliberais, é a lógica concentradora das grandes corporações transnacionais que comanda a nova ordem econômica, cuja prioridade é a inserção-integração das economias nacionais numa estrutura de poder de escopo transnacional marcada por fortes assimetrias econômicas e políticas. Somente uma fração muito restrita do empresariado local, em geral associada aos grandes conglomerados, tem condições de aceder e participar desta estrutura. Os demais segmentos operam sob condições altamente desfavoráveis, no limite da sobrevivência. Grande parte pereceu; os que garantiram sua sobrevivência pela fusão, associação ou parceria com empresas internacionais tiveram sua sorte atrelada ao sucesso da estratégia dominante. Neste modelo, deslegitimou-se a clivagem empresa nacional *versus* empresa estrangeira, que era central na fase desenvolvimentista. E adotou-se um conceito de "empresa brasileira" caracterizada por ser aquela que se instala no país, investe no país, nele produz e nele cria empregos. Em consonância com essa mesma lógica, perdia visibilidade a clivagem centro *versus* periferia, e os países hegemônicos passam a ser vistos como colaboradores do desenvolvimento econômico brasileiro em vez de seus concorrentes: não se fala mais em imperialismo e nacionalismo, mas em integração a uma rede transnacional de interesses diferenciados. (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 89)

E complementam:

Nas entrevistas que fizemos com empresários tornou-se claro que o retorno dos empresários industriais à política - a um papel mais expressivo na interlocução com o governo em torno da definição das políticas econômicas do país - ganhou um novo impulso com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do país no final de 2003. Excetuados alguns grandes nomes como Eugênio Staub, na indústria, e Abílio Diniz, no comércio interno, durante a campanha eleitoral, os empresários brasileiros haviam se oposto

fortemente ao candidato do PT. Entretanto, quando se tornou claro que o novo presidente não adotaria algumas políticas radicais que seu partido defendera no passado, como, por exemplo, o descumprimento de acordos internacionais, o não pagamento da dívida externa, ao mesmo tempo em que revelava um interesse muito maior do que o governo anterior por uma ativa política industrial e de defesa da empresa nacional, os empresários industriais passaram a apoiar o governo. E - mais do que isto - na medida em que voltavam a ser ouvidos, tornaram-se mais motivados em participar do debate nacional. A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o convite a um número substancial de empresários para integrar o novo órgão deram-lhes e ao Ministério do Desenvolvimento e do Comércio Exterior (importante instância de negociação com os interesses empresariais) um papel mais relevante do que vinham tendo desde o colapso do Plano Cruzado e da coalizão democrática desenvolvimentista que presidiu à transição democrática. (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 92)

Para Cepêda, parece bastante claro que o grande salto às políticas novo desenvolvimentistas se iniciam a partir do governo Partido dos Trabalhadores, ao argumentar que, “A questão nacional que cimenta o novo desenvolvimentismo, presente nas políticas públicas federais da última década e em seu projeto de sustentação (PAC I e PAC II), apoia-se no diagnóstico da exclusão social como eixo do problema atual” (CEPÊDA, 2012, p. 10). Para a autora, o foco nas políticas sociais já seria um direito dos cidadãos brasileiros, e estas medidas representariam a efetivação do que é determinado pela Constituição de 1988¹².

*

12 E, neste sentido, lança uma defesa constitucional do governo federal do Partido dos Trabalhadores, ao registrar a CF/88, que afirma, em seu “3º artigo da Constituição de 1988 de “I - *construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*”, o tema da inclusão e da equidade ganharam destaque no conjunto dos documentos e cartas de intenção do governo federal em suas ações recentes, incluindo o atual slogan do governo: “Brasil – país rico é país sem pobreza”.” (CEPÊDA, 2012, p. 10)

A-II. Pontos de Divergência

Além destes pontos em comum, de convergência para os autores e estudiosos do novo desenvolvimentismo, há, também, pontos de divergência apresentados pelos diferentes estudos. Pesquisadores já tentaram dividir e classificar estas correntes do pensamento neodesenvolvimentista, e, neste ponto do texto, será buscado trazer algumas destas sistematizações.

Como primeira contribuição a ser destacada aqui, será citado o trabalho de Gonçalves, que, ao pensar nas distintas correntes do novo desenvolvimentismo, compreende que tais grupos podem ser separados em duas diretrizes principais. A primeira delas “deriva do fato de que o conceito foi apropriado politicamente para destacar a (falsa) inflexão no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, as (pretensas) mudanças estruturais e o desempenho econômico do país durante o governo Lula. O intuito desta apropriação (indevida) é diferenciar o governo Lula da experiência neoliberal e do desempenho do governo FHC.” (GONÇALVES, 2012, p. 638) Nesta primeira linha, destacam-se dois subgrupos: (i) Os que defendem que, a partir do governo Lula, há, no Brasil, *grandes transformações*. E (ii) os que defendem que os governos PT marcam a *reversão de tendências estruturais*.

No subgrupo (i), que trata das mudanças ocorridas no Brasil pós-chegada dos governos PT como sendo um momento de *grandes transformações*, Gonçalves destaca, entre outros autores, Emir Sader. Para Sader, o quadro do país é bastante claro: “O Brasil mudou – e para melhor – nesses dez anos [de governo PT], e recordar com precisão o que era o país antes de janeiro de 2003 é um exercício necessário.” (SADER, 2013 a, p. 3). E complementa:

A década que teve fim em 2002 combinou várias formas de retrocesso. Entre elas, a prioridade do ajuste fiscal, as correspondentes quebras da economia e as cartas de intenção do FMI, que desembocaram na profunda e prolongada recessão que o governo Lula herdou. Na estrutura social, o desemprego, a precarização das relações de trabalho, a exclusão social e o aumento

da desigualdade deram a tônica. Já a política foi reduzida a complemento da ditadura da economia, assim como o Estado foi reduzido a Estado mínimo, com a centralidade do mercado. No plano internacional, viu-se a subordinação absoluta dos desígnios da política externa dos Estados Unidos. Na cultura o Estado renunciou ao seu fomento e promoveu a mercantilização.” (SADER, 2013 a, p. 3)

Para Sader, os governos Lula e Dilma podem ser chamados de governo *pós-neoliberais*, pelas mudanças de agenda política propostas, bem como seu surgimento num contexto regional de questionamento do receituário neoliberal. Explica o autor que

Os governos Lula e Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC – e pelos elementos que têm em comum com outros governos da região, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador.

Esses governos representam uma reação antineoliberal no marco das grandes recessões que abalaram o continente, nas últimas décadas do século passado (...). Os traços que esses governos têm em comum, que permite agrupá-los na mesma categoria, são:

- a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal;
- b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos;
- c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado. (SADER, 2013 b, p. 138)

O segundo subgrupo, referente à *reversão das tendências estruturais*, o autor em destaque é Aloísio Mercadante Oliva. Para Gonçalves, este grupo argumenta a existência de uma linha predominantemente desenvolvimentista a partir de 2005, relacionando, conforme Gonçalves, “de forma muito simplificada”, crescimento e distribuição de renda como sendo o novo desenvolvimentismo. O trabalho que melhor relacionaria o novo desenvolvimentismo ao desempenho da economia brasileira seria a tese de doutorado de Aloísio Mercadante Oliva, “As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula”, de 2010. Em resumo, para Oliva,

A sociedade brasileira se desenvolveu sob o signo da concentração da terra e do poder político e da exclusão social. Essa matriz originária, embora tenha assumido expressões distintas, em função de mudanças no sistema de produção e nas formas de organização política do Estado, praticamente não se modificou ao longo do tempo, mesmo quando, em algumas fases, a expansão acelerada da economia atenuou as manifestações mais agudas da pobreza e da desigualdade. (...) Neste texto defende-se a tese de que evolução recente da economia brasileira representa uma **inflexão histórica** nessas tendências estruturais. (...) Com efeito, o social passou a se constituir num dos **eixos estruturantes** do novo processo de desenvolvimento brasileiro. Tal característica representa uma profunda ruptura com as políticas do período em que predominava a hegemonia do paradigma neoliberal no Brasil e na América Latina. Mas não apenas isso. Ela representa também o início de uma ruptura com o padrão histórico de desenvolvimento do país, caracterizado pela concentração e pela exclusão social.” (grifos do autor, OLIVA, 2010, p. 25-6).

Sobre a segunda diretriz, destaca Gonçalves (2012), que a “segunda agenda é constituída por alguns trabalhos acadêmicos em que o conceito é usado para expressar formulações teóricas de projetos de desenvolvimento econômico e para diferenciá-las daquelas próprias ao antigo nacionaldesenvolvimentismo, ao neoliberalismo e à ortodoxia convencional. Neste grupo há também aqueles que se apropriam do termo novo desenvolvimentismo para combinar propostas de mix de políticas econômicas com export-led growth (modelo de crescimento liderado pelas exportações).” (Gonçalves 2012, p. 638) Nesse campo, a estratégia do eixo do desenvolvimentismo é o social, na centralidade do mercado via ampliação do consumo.

Em relação aos autores selecionados por Gonçalves – como Bresser-Pereira, João Sicsú, Luiz Fernando de Paula, Renaut Michel – , que compõem este segundo grupo, há alguns traços comuns, dentre os quais podem ser destacados: a questão do “crescimento sustentado com equidade social”, da subordinação das políticas macroeconômicas às políticas de desenvolvimento, bem como a importância da participação do Estado – com as devidas moderações, destacadas acima. Para o autor, as principais teses dessa corrente são:

(i) o novo desenvolvimentismo, como projeto político e ideológico, é muito distinto da concepção nacional-desenvolvimentista, seja a original formulada e implementada em países como Estados Unidos e Alemanha, seja a cópia infiel latino-americana (desarrollismo); (ii) o novo desenvolvimentismo tem convergências com o Consenso de Washington e o Pós-Consenso de Washington; e (iii) o novo desenvolvimentismo é apresentado como um “programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal”, contudo ele incorpora elementos que estão presentes na concepção liberal de desenvolvimento. (GONÇALVES, 2012, p. 639)

Lauro Mattei (2011) faz uma classificação, sobre as diferentes correntes neodesenvolvimentistas, próxima a este segundo grupo, descrito por Gonçalves. Na classificação adotada por Mattei (2011), os autores do novo desenvolvimento podem ser divididos em três grupos principais: grupos: Os “paulistas”; o grupo do Rio de Janeiro; e o IPEA.

O primeiro grupo, “paulistas”, encontra-se na Escola de Economia da FGV, sob liderança de Bresser-Pereira. As atividades acadêmicas deste grupo teriam sido iniciadas na interpretação da política econômica a partir do Plano Real, sob o qual afirmam que, após atingir a estabilização econômica, os anos do governo de Fernando Henrique Cardoso teriam sido de frustração econômica, pois, com o foco das ações de governo sobre a inflação, foi deixada de lado a questão do desequilíbrio externo.

Para Bresser-Pereira, a explicação para tal opção política se dá a partir de dois elementos centrais: primeiro, o Brasil teria seguido, de modo acrítico, as orientações “subdesenvolvimento do Segundo Consenso Washington [a dimensão internacional do Consenso de Washington]” (MATTEI, 2011, p. 3); e, além disso, considera como parte fundamental da explicação a situação das elites brasileiras, que, por um estado de alienação, reproduzem os padrões de consumo e as ideias das elites dos países centrais.

Sobre o debate do Consenso de Washington, Mattei (2011) explica que, para esta corrente de pensamento, a orientação dada a países altamente endividados, como o Brasil, corria no sentido de que estes acabassem buscando endividamento ainda maior, de modo a realizar ajustes estruturais nas economias, girando o centro das suas decisões

políticas para a atenção das necessidades do mercado; dentro de tais ajustes, destacam-se os marcantes ajustes fiscais, a abertura comercial, a abertura do sistema financeiro, o profundo processo de privatização das empresas estatais etc.

Sobre a segunda característica levantada por esta corrente, é novamente trazida à tona a questão da “aculturação das elites locais” (nas palavras de Furtado), uma vez que as elites do Brasil estariam focadas na reprodução dos padrões de consumo das elites dos países do centro do sistema capitalista, e, assim, estariam cegas para defenderem um projeto que atenderia a um possível interesse nacional, uma vez que estas elites não se identificariam com a própria nação.

Para o grupo “paulista”, a política econômica exercida durante os governos do PSDB, entre os anos 1995-2002, revelou-se como uma “perigosa armadilha, a da taxa de juros e da taxa de cambio.” (MATTEI, 2011, p.4).

Taxas de juros elevadas resultam no aumento da dívida pública de um Estado, que, como no caso brasileiro, ordinariamente já é marcado por acentuado endividamento. Em resumo, “Esses mecanismos de política econômica (altas taxas de juros e elevado endividamento público) promovem uma brutal transferência monetária para os setores rentistas, além de impedir o pleno emprego e inviabilizar a retomada do desenvolvimento.” (MATTEI, 2011, p. 4)

Após as elaborações acerca do Plano Real, o grupo liderado por Bresser-Pereira passou a elaborar estratégias de desenvolvimento para o Brasil. O desenvolvimento, para esse grupo, deve ser atingido a partir da relação entre Estado e mercado fortes. A concepção de “Estado forte” significa que a organização estatal deve ser capaz de e realizar políticas públicas, como uma efetiva política industrial, tecnológica, creditícia, de emprego, reforma agrária etc.; bem como as políticas que dizem respeito a proteção social, fundamental para a redução das desigualdades econômicas. Ao mesmo tempo, seria também responsabilidade do poder público a realização de ações que criem condições para o melhor funcionamento do mercado.

Uma política desenvolvimentista, como a acima descrita, em termos bastante gerais, sofreria, no Brasil, um grave obstáculo. Os “paulistas” registram que, enquanto

ainda houver a “armadilha da taxa real de juros e do cambio”, tais políticas estarão impossibilitadas; isto porque uma política econômica que se funda na poupança externa e na abertura da conta capital faz com que o país não tenha controle sobre sua taxa de cambio, o principal instrumento macroeconômico. A solução para a retomada do desenvolvimento, bem como suas ações políticas correspondentes, passariam, necessariamente, para este grupo, pelo enfrentamento aos interesses de setores rentistas e do mercado financeiro, que se beneficiam com tal política econômica, apoiada na ortodoxia convencional.

Assim, para o grupo dirigido por Bresser-Pereira, o novo desenvolvimento, conforme defendido nos traços descritos acima, é um modelo que atua contra as ideias “dos mais poderosos” – que se fundam num conceito de desenvolvimento por meio de poupança externa e abertura da conta capital, o que culmina no fortalecimento do mercado e no enfraquecimento do Estado, a partir de um pensamento que prega que, se as instituições garantirem o bom funcionamento do mercado, estaria garantido o desenvolvimento.

Dessa forma, esta corrente dos novo-desenvolvimentistas diverge da política econômica ortodoxa, avaliando, por exemplo, que uma política econômica correta está para além da garantia de superávits primários, bem como as funções do Banco Central, que devem extravasar o controle da inflação via correção da taxa de juros. Tal diferença traz, de fundo, uma mudança na concepção de “estabilidade macroeconômica”, destinando outras funções às instituições e às políticas econômicas, retomando alguns elementos do velho desenvolvimentismo, com acréscimos.

O segundo grupo, a partir de Mattei (2011), encontra-se, principalmente, no Rio de Janeiro, com os integrantes do Instituto de Economia da UFRJ, especificamente os participantes do grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistemas Financeiros. Junto a estes pesquisadores, somam-se contribuições de pesquisadores da UERJ, UFRGS, UNB, os quais, para Mattei, são unificados pelas orientações teóricas keynesianas e pós-keynesianas. Dentre diferentes autores, Mattei destaca como principais nomes João Sicsú, José L. Oreiro e Luiz Fernando de Paula. Este grupo parte também das análises da política econômica dos

governos FHC, sob ótica da fragilidade econômica do Brasil, que enfrentou uma série de crises econômicas entre os anos 1990 e 2002.

De modo similar ao primeiro grupo, Mattei afirma que, na avaliação do período descrito, “Por um lado, mencionavam-se os problemas decorrentes da vulnerabilidade externa, especialmente os desequilíbrios no balanço de pagamentos e, por outro, destacava-se a estratégia de adoção de taxas de juros elevadas, a qual provocava aumentos da dívida pública e estagnação das atividades econômicas.” (MATTEI, 2011, p. 6)

Avaliando a transição entre os governos PSDB e PT, os autores avaliam que a chegada do governo Lula não mostrou profundas rupturas com a política econômica ortodoxa, marca dos governos anteriores. Mais que isso, o governo PT não teria tratado com a energia necessária o problema das transações correntes; isto é: com a continuidade dessa política econômica, o Brasil seguiu dependente, para o equilíbrio da balança de pagamentos, do financiamento externo. Tal característica se soma a uma falta de atenção à questão da volatilidade da taxa de câmbio, o que inviabiliza maiores controles sobre as movimentações de capitais a curto prazo.

Frente a tais questões, este grupo propõe, de acordo com Mattei (2011), medidas keynesianas para fazer frente às políticas neoliberais. Tal referencial teria sido modificado a partir de 2005, sob a temática do “novo desenvolvimentismo”, que mesclariam, para o autor, as alternativas keynesianas e pós-keynesianas às concepções neoestruturalistas cepalinas. O resultado seria, então, uma receita que coloca no centro de um projeto de desenvolvimento as relações entre Estado e mercado, a partir do debate presente entre o crescimento econômico junto a uma distribuição equitativa do que for produzido.

A efetivação de uma política econômica que atenda aos pré-requisitos acima citados deve seguir algumas teses, descritas por Mattei como: 1) a existência de um Estado forte e de um mercado forte também; 2) a implementação de políticas macroeconômicas que fortaleçam essas duas instituições; 3) a adoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social; e 4) a manutenção de taxas de crescimento em patamares elevados para reduzir as desigualdades

sociais” (MATTEI, 2011, p. 7)

Os autores deste segundo grupo afirmam ter muitos pontos em concordância com a corrente anterior, dos “paulistas”. Apresentam, porém, diferenças ao discutirem que, entre os “paulistas”, as propostas do novo desenvolvimentismo passam fundamentalmente pela estabilidade macroeconômica, de modo a não dar a devida atenção a outros pontos que também são necessários numa discussão que permeia propostas de desenvolvimento. Entre estes pontos, o autor destaca “as relações entre as esferas pública-privada; as relações entre economia e a vida social; e as relações entre as dimensões nacional e internacional, considerando-se que propostas específicas em diversas áreas faziam parte do conjunto da obra.” (MATTEI, 2011, p. 7)

Pode-se notar que, entre estas duas correntes do projeto neodesenvolvimentista, há, apesar das diferenças apresentadas, algumas características em comum. Para Mattei (2011), estas duas leituras, acima descritas, buscam a construção de um “terceiro discurso”, que, para o autor, seria um meio termo entre “a ortodoxia neoliberal e o populismo” (MATTEI, 2011, p. 7), em um esforço de formulação e implementação de reformas institucionais e de políticas econômicas, cujo fim seria a do fortalecimento do Estado, bem como do mercado, para, assim, aumentar a competitividade do Brasil internacionalmente.

Para Diniz (2011), este grupo buscará caracterizar o novo projeto como “uma estratégia nacional de desenvolvimento, alternativa ao projeto neoliberal, que compatibilize crescimento sustentado com equidade social”. Seu arcabouço teórico passa por várias escolas e autores: Keynes, Polanyi, autores keynesianos contemporâneos (no que tange a complementaridade entre Estado e mercado), os neoestruturalistas cepalinos (na ênfase da necessidade da associação entre crescimento econômico e distribuição de renda).

Segundo Diniz (2011), este grupo, porém, diferentemente do grupo de Bresser-Pereira, coloca maior ênfase na dimensão social, frisando o papel estatal na redistribuição de renda, o que significa, em propostas concretas, por exemplo, a necessidade da implementação de um sistema tributário progressivo, medida que possibilitaria reduzir a extrema concentração de renda.

A terceira corrente, descrita por Mattei (2011), dos “Novo

Desenvolvimentistas”, está ligada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sob direção do professor Marcio Pochmann. Este instituto é "uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República"¹³; assim, como instituição formuladora de políticas do Estado, tem participação ativa nos debates econômicos, políticos e sociais do Brasil: "Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros"¹⁴, e tem, como finalidade, "Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas"¹⁵. Assim, com uma localização política estratégica – sendo um dos componentes do Estado – este grupo passou a participar mais ativamente, com pesquisas, livros e textos, do processo de discussão do Novo Desenvolvimentismo a partir de 2006/7.

Para este grupo, diferentemente das demais correntes descritas até agora, o período de políticas neoliberais, predominantes no país nos anos 1980-90, teria acabado, ainda que, de fato, houvesse no Brasil medidas que davam atenção ao controle da inflação e do orçamento. Passa a existir, a partir dos esforços do governo federal, medidas que visam tanto o crescimento econômico quanto a melhoria da condição de vida da população, bem como o estabelecimento de disputas no terreno da proteção ambiental e social etc. Assim, realoca-se “o papel do Estado no centro das discussões sobre os rumos do desenvolvimento, tanto na esfera global como nacional, isto porque o Estado, sendo parte constituinte do sistema social e econômico das nações, é ator decisivo na definição e condução de estratégias de desenvolvimento.” (MATTEI, 2011, p. 8)

Assim, afirma Mattei,

o IPEA conduziu nos últimos anos um grande projeto de estudo envolvendo suas equipes técnicas e pesquisadores de diversas universidades denominado de “Perspectivas do desenvolvimento Brasileiro”. Nestes estudos, procurou-se estruturar as propostas de um projeto de desenvolvimento para o país a partir de sete eixos

13 Ver: www.ipea.gov.br

14 Idem.

15 Idem.

básicos: 1) Inserção internacional soberana; 2) Macroeconomia para o pleno emprego; 3) Infraestrutura econômica, social e urbana; 4) Estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; 5) Sustentabilidade ambiental; 6) Proteção social, direitos e oportunidades; 7) Fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia. (MATTEI, 2011, p.8)

Diniz (2011) traz uma divisão que se aproxima da feita por Mattei, ao classificar que dentre os autores que discutem o novo desenvolvimentismo, acrescentando, aos grupos destacados, as contribuições dos economistas do escritório brasileiro da Cepal, com maior referência a Ricardo Bielschowsky. Para Diniz, este grupo apresenta similaridades com os demais grupos descritos, como “a noção de que, no terceiro milênio, abre-se uma nova fase, que exige por parte dos países latino-americanos em geral e do Brasil em particular a busca de um caminho alternativo em relação tanto ao nacional-desenvolvimentismo, quanto ao neoliberalismo” (DINIZ, 2011, p. 514). Assim, estaria mantida a ideia de que o Estado é agente fundamental na determinação do funcionamento da economia, sem diminuir a função daquele no estabelecimento da relação entre crescimento econômico e distribuição de renda.

Por outro lado, Bielschowsky dá centralidade na importância, para o estabelecimento das metas estabelecidas acima, do aproveitamento do potencial do mercado interno do país; assim, “os ganhos de escala e produtividade de uma produção de consumo de massas resultem em maiores salários, gerando um ciclo virtuoso de crescimento” (DINIZ, 2011, p. 515).

Outra questão de destaque, para Bielschowsky, está na necessidade do *planejamento* para a execução das políticas, isto é, no gasto de forças para pensar a articulação de interesses públicos e privados, com a finalidade de redução da pobreza e desigualdades sociais, bem como as desigualdades regionais. Tal articulação também possibilitaria a efetivação da redistribuição de renda, redução de desemprego e aumento do investimento público e privado. Assim, “observa-se, enfim, a ênfase numa estratégia calcada na expansão das exportações (*commodities* e bens industriais), ao lado da criação de um mercado interno de consumo de massas para romper com a articulação destrutiva

entre estabilização, rigidez fiscal, juros altos e estagnação.” (DINIZ, 2011, p. 515).

*

B. Análises que destacam as relações entre classes sociais

Serão trazidos para a discussão, nesta parte do texto, algumas das principais correntes que, no debate do neodesenvolvimentismo, consideram como fundamental para a caracterização dos governos pós-2003 como neodesenvolvimentistas a influência das relações entre as classes sociais, entre estas e os governos, destacando as diferenças presentes entre os períodos PSDB e PT. Os grupos aqui debatidos serão: o dirigido pelo Professor Armando Boito Jr., professor titular do Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (B-I); e o dirigido pelo Professor Giovanni Alves, da Unesp-Marília, livre-docente em Sociologia do Trabalho, coordenador-geral da Rede de Estudos do Trabalho (B-II).

B-I. Armando Boito Jr.

Mais que a abordagem essencialmente econômica, alguns autores buscaram compreender os fenômenos que caracterizam como *neodesenvolvimentismo* com foco importante nas transformações sociais iniciadas a partir de 2003. Dentre as abordagens analisadas, é interessante perceber como alguns autores trazem a relação entre as classes sociais e frações de classe na determinação das políticas elaboradas nacionalmente, bem como cada setor atua no *bloco de poder* que compõe, relação dinâmica que teria ganhado novas feições a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Assim, serão discutidos aqui alguns traços gerais do grupo referenciado em Armando Boito Júnior. Para ele, a chamada *frente neodesenvolvimentista* seria o desenvolvimento possível nos marcos de um país capitalista periférico. A mudança na

localização das *frações de classe* no *bloco no poder* trariam mudanças na própria ordem neoliberal - que tinha, no Brasil, na década de 1990, como fração de classe hegemônica, o grande capital financeiro. Porém, a partir dos governos PT, iniciados em 2003, percebe-se uma mudança, de modo que a grande burguesia interna nacional passa a ganhar hegemonia.¹⁶

A diferenciação entre o *neodesenvolvimentismo* e o neoliberalismo, hegemônico nos anos de governo PSDB, seria mais acentuada a partir de 2005. As análises econômicas do primeiro mandato de Lula enfocavam seus traços de continuidade com o período neoliberal, principalmente por conta da manutenção “do tripé econômico (superávit primário, juros altos e câmbio valorizado) e criticava-se a reforma da previdência dos servidores públicos e o assistencialismo das políticas sociais, em especial o Programa Fome Zero e o Bolsa Família.” (BERRINGER, 2013, p. 409). No segundo mandato do governo Lula, as políticas neodesenvolvimentistas ficariam mais nítidas, como, por exemplo, a política de formação das “campeãs nacionais”¹⁷ com o auxílio do BNDES, bem como o aumento da participação das empresas estatais no oferecimento de serviços públicos.

Dessa maneira, o governo Lula haveria tomado uma série de medidas para chamar a burguesia brasileira a assumir postura ativa. Esta burguesia

(a burguesia interna) é uma fração que reúne diversos setores como grupos industriais, agronegócio, construção civil, minerações e outros. Através do apoio e do financiamento do BNDES, o governo fortaleceu esta fração no interior do bloco no poder em

16 Destaca o autor que tal configuração da disputa política nacional se dá por conta de um contexto bastante específico da luta de classes no país, que, para Boito Jr, estaria assim configurada: “estou falando em luta distributiva entre classes e frações de classe. Não existe no Brasil atual uma luta de classes no sentido em que a sociedade estaria dividida entre dois campos: um campo operário e socialista lutando para ultrapassar o capitalismo e um campo burguês e capitalista lutando para preservar a propriedade privada dos meios de produção e todo o sistema atual. Isso não ocorre no Brasil. Mas ocorre sim um conflito acirrado entre as classes e frações pela apropriação da riqueza e é esse conflito que tem movido o processo político nacional.” (ALVES FILHO, 2013, p. 6)

17 “As “campeãs nacionais” foram as empresas que receberam aportes do BNDES e dos fundos de pensão (Previ, Pretos, etc) para aquisição de novas empresas ou fusão com as concorrentes do ramo, com o objetivo de se tornarem líderes globais no seu segmento; por isso, a maioria destas empresas passou a atuar em outros territórios e passou a monopolizar o mercado interno no seu segmento.” (BERRINGER, 2013, p. 410)

contraposição ao capital financeiro. (BERRINGER, 2013, p. 409)

Esta seria a fração que dirige a *frente neodesenvolvimentista*. Para Boito Jr, esta fração não seria a única componente da frente, que também contaria com os movimentos popular e sindical. A pressão destes movimentos, inclusive, seriam fundamentais na determinação dos rumos da política da *frente neodesenvolvimentista*, influenciando os rumos e resultados desta, que, como destaca o autor, está limitada pelo capitalismo neoliberal, de modo que se pode afirmar que o *neodesenvolvimentismo* atende, ainda que de modo desigual, a todas as forças que o constroem.

Durante esses governos [Lula e Dilma] houve uma mudança no interior do bloco no poder: a grande burguesia interna brasileira ascendeu politicamente e passou a apoiar-se em uma ampla frente política que abarca, inclusive, classes populares. Denominamos “neodesenvolvimentismo” o programa político dessa frente – a política de desenvolvimento possível nos marcos do capitalismo neoliberal. Os governos Lula e Dilma não romperam com esse modelo de capitalismo, mas introduziram, em decorrência das classes sociais que representam e nas quais se apoiam, mudanças importantes na economia, na política e na atuação internacional do Estado brasileiro. (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 31)

Estes seriam indícios que representariam que, com a eleição do PT, em 2003, a política brasileira passaria por profundas mudanças. A ascensão da burguesia interna brasileira, efetivada nestes governos, foi possibilitada porque a frente política neodesenvolvimentista possui laços profundos com os principais movimentos sociais brasileiros, permitindo, dentro de limites muito bem delimitados, alguma oposição ao capital financeiro internacional, cujo bloco era hegemônico nos governos Collor, Itamar e FHC.

A grande burguesia interna brasileira, fração da classe capitalista que mantém uma base própria de acumulação de capital e disputa posições com o capital financeiro internacional, ascendeu politicamente em prejuízo dos interesses desse capital internacional e de seus aliados internos. Em segundo lugar, essa mudança esteve e está vinculada a uma mudança mais ampla na política nacional. Isso porque a ascensão da grande burguesia interna só foi possível

graças à constituição de uma frente política que reúne, além dessa fração burguesa, os principais setores das classes populares. O grande capital financeiro internacional e seus aliados internos, cujos interesses tinham guiado a ação do Estado brasileiro nos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram deslocados da situação de hegemonia incontestada que usufruíram na década de 1990 e passaram para o terreno da oposição ao governo. Essas mudanças políticas repercutiram na política econômica, na política social e na política externa do Estado brasileiro. (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 31)

A unidade da *frente neodesenvolvimentista*, entre setores populares e burguesia interna, não se daria sem contradições. O próprio autor afirma que este *frente* possui uma série de contradições, uma vez que a força dirigente da frente seria a *grande burguesia interna brasileira*; mas agrega, também, “a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana do século passado denominou “massa marginal”.” (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 31).

Sobre as classes e frações de classes componentes do novo cenário da política brasileira, é importante trazer, aqui, alguns dos recortes destacados pelos autores. Os componentes da *grande burguesia interna* seriam agentes de diferentes setores econômicos (“indústria, mineração, construção pesada e a cúspide do agronegócio que são as empresas exportadoras de produtos agropecuários” (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 32)), que se unificam ao redor da bandeira de exigências de maior defesa, por parte do Estado, a estas empresas no processo de competição no mercado com o capital estrangeiro. Os interesses deste setor foram privilegiados nos governos Lula e Dilma, como a batalha dos governos pelo alcance do superávit fiscal, fundamental aos setores exportadores de recursos naturais (agronegócio, mineração etc.). Outro exemplo citado é a utilização do BNDES como ferramenta fundamental à política de financiamento; o orçamento deste banco foi

multiplicado em relação ao que se tinha nos anos 1990, priorizando em suas ações, porém, um número reduzido de empresas “predominantemente” nacionais, que se beneficiaram com os programas de juros subsidiados. Outro exemplo levantado é o da política externa brasileira, que priorizaria os interesses dessa grande burguesia interna.

Sobre os setores populares, Boito Jr afirma que, com participação organizada no projeto *neodesenvolvimentista*, destacam-se o *proletariado urbano* e a *baixa classe média* – pelos sindicatos e pelo próprio Partido dos Trabalhadores, instrumento partidário da *frente neodesenvolvimentista* que tem suas origens nestes setores. O Partido dos Trabalhadores, afirmam os autores, foi, progressivamente, atraído pela *grande burguesia interna*, que criticava, moderadamente, o neoliberalismo dos anos 1990¹⁸. Assim, somando a origem social à insatisfação da burguesia, o PT torna-se o instrumento partidário do *neodesenvolvimentismo*. Estes setores populares, o *proletariado urbano* e a *baixa classe média* ainda ocupam o PT, mas não se constituem em sua direção. Afirmam os autores que, com o *neodesenvolvimentismo*, estes setores também têm benefícios, com as políticas de crescimento do emprego e do valor real do salário mínimo; as novas – e melhores – condições políticas e econômicas teriam facilitado a organização sindical destes trabalhadores, que somaram conquistas salariais muito superiores às dos anos 1990. Estas condições teriam diversos resultados, inclusive com a unidade entre centrais sindicais e empresários em momentos de pressão por demandas comuns contra o governo:

Os sindicatos de trabalhadores têm representantes seus, ao lado dos representantes do grande empresariado, em inúmeros organismos consultivos do governo. Tem sido frequente, também, as campanhas conjuntas organizadas por associações de grandes empresários da indústria e pelas centrais sindicais para pressionar o governo para dar proteção alfandegária para a indústria local e para baixar a taxa

18 A aliança entre o Partido dos Trabalhadores e a burguesia interna brasileira foi um processo construído principalmente na década de 1990, de modo que, como afirma Boito Jr, “A grande burguesia interna brasileira, que é parte do capital monopolista de base nacional, foi acumulando, ao longo da década de 1990, contradições com a política econômica neoliberal, que era a política da hegemonia do grande capital financeiro internacional, e, nesse processo, foi se aproximando do Partido dos Trabalhadores. Esse último, por sua vez, colocado na defensiva diante da onda neoliberal, foi rebaixando o seu programa. (...) Abandonou a proposta, elaborada nos anos 80, de implantação de um Estado de bem-estar no Brasil, e a substituiu por um programa neodesenvolvimentista.” (ALVES FILHO, 2013, p. 6)

básica de juro da economia. Nos últimos meses, e como resultado dessa pressão conjugada, é que o governo Dilma vem mudando a política de juro e cambial. (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 33)

Outro setor que atuaria de forma organizada na *frente neodesenvolvimentista* seria o *campesinato*. Uma das principais diferenças analisadas pelos autores entre os governos Lula e FHC, ao que tange ao campo, é que, em Lula, os *camponeses* teriam o direito à manifestação reconhecido, ao contrário do que haveria sido o processo de perseguição dos governo FHC. Outras demandas dos movimentos pela terra, que têm sido atendidas pelos governos *neodesenvolvimentistas*, dizem respeito ao financiamento da agricultura familiar, com assistência técnica, financiamento da produção, mercado para os produtos etc. Há, porém, uma camada de *camponeses* que não usufrui tanto do *neodesenvolvimentismo*, como os *camponeses pobres* (sem-terra ou com pouca terra), que reivindicam desapropriações, pela importância do agronegócio para a *frente neodesenvolvimentista*.

A “massa marginal” de *trabalhadores desempregados, subempregados, com trabalho precário, autônomos* mantém, de acordo com os autores, uma relação bastante peculiar com a *frente neodesenvolvimentista*. Estão localizados nas periferias dos grandes centros urbanos e no interior da região Nordeste, e são divididos em dois grupos: os *organizados em movimentos sociais*; e os *sem organização em movimentos sociais*.

Os primeiros estão organizados nos chamados “movimentos de urgência”, ou seja, movimentos sociais como os de desempregados, sem-teto, sem-terra etc.. São movimentos variados, que atuam sob diversas diretrizes e concepções políticas, e que têm como vitória a conquista de suas demandas imediatas, como moradia. Sobre os movimentos que lutam por moradia, os autores destacam que seu efeito mais importante foi a alteração da política habitacional do Estado brasileiro, que,

Durante a década de 1990, o Estado central abandonou a política de construção de moradia popular. No final do segundo governo Lula, foi criado o programa habitacional de grande amplitude denominado *Minha Casa, Minha Vida* que rompeu com a omissão do Estado central nessa área. Esse programa continua sendo

implementado pelo governo Dilma. (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 34)¹⁹

O segundo grupo, dos setores *desorganizados*, foi incluído na *frente neodesnevolvementista* pelas políticas chamadas pelos autores como de “transferência de renda” dos governos Lula e Dilma. Este grupo não intervém, organizadamente, na *frente neodesenvolvimentista*, ao contrário, para os autores, os governos *neodesenvolvimentistas* destinaram renda a este setor sem, porém, preocuparem-se com sua organização. Assim, sua participação no processo político se dá de modo passivo, enquanto uma massa convocada para atuar com o voto na *frente neodesenvolvimentista*.

Esta grande *frente*, repleta de contradições pelos próprios agentes que a compõem, estabelece um enfrentamento contra um polo de diretriz conservadora, cujo norte político e econômico é a ortodoxia neoliberal, que, enquanto representação partidária, tem a maior referência no PSDB. Este setor agrega “o grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira plenamente integrada a esse capital, a maior parte dos grandes proprietários de terra e a alta classe média do setor público e do setor privado.” (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 31), cujas principais demandas podem ser sintetizadas, como afirma Boito Jr, em “mais abertura comercial, câmbio apreciado, desregulamentação financeira, elevação da taxa de juro básica da economia, corte dos investimentos em infraestrutura e no campo social com vistas a que se possa remunerar

19 Um exemplo, descrito por Boito Jr, de como funcionaria a relação entre as demandas dos movimentos de urgência e os interesses da grande burguesia interna brasileira, é o Programa Minha Casa Minha Vida: “Esse programa une os interesses do setor da construção civil com os interesses de setores populares. No capitalismo, a maioria das políticas sociais sempre beneficia, direta ou indiretamente, um ou outro setor do empresariado. Porém, a correlação de forças entre os interesses dos trabalhadores e os do empresariado do setor varia muito. No caso do Minha Casa, Minha Vida, os interesses do empresariado levam larga vantagem. Na era FHC a construção de moradia popular foi abandonada pelo governo federal. Desde o segundo mandato Lula, o neodesenvolvimentismo assumiu o compromisso de construção de moradias populares. A luta dos sem-teto estava em ascensão. Dezenas de milhares de famílias ocupavam edifícios e terrenos ociosos nas grandes e médias cidades brasileiras. Ocorre que os terrenos onde as moradias estão sendo construídas ficam muito distantes das áreas urbanas providas de serviços e de postos de trabalho. O Minha casa, Minha Vida vai agravar o problema da precariedade do transporte público e por isso terá impactos negativos sobre a qualidade de vida dos trabalhadores por ele beneficiados. Mas é, sem dúvida, muito lucrativo para os empresários da construção civil.” (ALVES FILHO, 2013, p. 6-7)

bem os títulos da dívida pública e rolar de modo seguro essa dívida.” (ALVES FILHO, 2013, p. 6)

Sobre o termo *neodesenvolvimentismo*, os autores também procuram deixar algumas explicações.

O recurso ao “desenvolvimentismo” vem, segundo os autores, da busca pelo crescimento econômico brasileiro, sem, contudo, romper com os limites do capitalismo neoliberal. Para a compreensão da utilização desta terminologia, é interessante registrar alguns paralelos estabelecidos pelos autores em relação aos governos PT x PSDB, como:

(i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo;

(ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais;

(iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais;

(iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. Mais recentemente, o governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o spread bancário e intervindo para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo e encarecer os produtos importados. Devido a esses elementos, e apesar de eles não romperem com o modelo econômico neoliberal herdado da década de 1990, optamos por utilizar a expressão (neo) desenvolvimentista para denominar esse programa. (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 32)

Enquanto desenvolvimento *possível* no neoliberalismo, o *neodesenvolvimentismo* apresentaria visíveis diferenças com o desenvolvimentismo dos anos 1930-80. Assim, o *neo* se justifica por alguns motivos descritos pelos autores, como: em relação ao antigo desenvolvimentismo, as taxas de crescimento econômico atingidas pelo *neodesenvolvimentismo* são menores – ainda que, é importante frisar, sejam maiores que as atingidas nos anos 1990 –; o mercado interno teria, para o *neodesenvolvimentismo*,

importância menor que no antigo desenvolvimentismo; também não é central, no *neodesenvolvimentismo*, o florescimento de um parque industrial local; no *neodesenvolvimentismo*, ao contrário do antigo, o país acaba por aceitar a divisão internacional do trabalho, fazendo com que, no caso brasileiro, isto resulte numa retomada da economia primário-exportadora; as possibilidades do *neodesenvolvimentismo* de distribuir renda são menores; a fração burguesa dirigente do *neodesenvolvimentismo* não age de modo anti-imperialista. (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 32)

Assim, como projeto político, o *neodesenvolvimentismo* seria mais “recuado” que o antigo desenvolvimentismo, pois:

As taxas menores de crescimento do PIB são as taxas possíveis para um Estado que aceita abrir mão do investimento para poder rolar a dívida pública; o papel de menor importância conferido ao mercado interno é decorrente da manutenção da abertura comercial; a reativação da função primário-exportadora é a opção de crescimento possível para uma política econômica que não pretende revogar a ofensiva que o imperialismo realizou contra o parque industrial brasileiro; e todas essas características impedem ou desestimulam uma política mais forte de distribuição de rendas. (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 32)

B-II. Giovanni Alves

Ainda tratando de autores que afirmam a existência de um *neodesenvolvimentismo* no Brasil, serão discutidas, brevemente, algumas considerações que o grupo protagonizado por Giovanni Alves, professor da Unesp-Marília, faz acerca da temática. Sua rigorosa análise, que não ignora as limitações econômicas impostas ao país por conta de sua localização mundial, foge do economicismo, buscando compreender as transformações presentes nas classes sociais no Brasil desde a década neoliberal – os anos 1990 –, bem como as transformações nas classes – intra e entre classes – iniciadas no período *neodesenvolvimentista* brasileiro. Nestas relações, procura mostrar como as políticas dos governos *pós-neoliberais* do PT apresentam continuidades com o período

neoliberal, mas, ao mesmo tempo, como, a partir de sua estratégia política, se diferenciariam deste período, com medidas que seriam causa da mudança na conformação das classes sociais brasileiras.

O *neodesenvolvimentismo* brasileiro, para o autor, nasce da crise do neoliberalismo no país, principalmente no começo dos anos 2000. Porém, mesmo surgindo na crise do modelo neoliberal, uma das marcas iniciais do *neodesenvolvimentismo* é a incapacidade de

romper o bloco histórico do capitalismo neoliberal que deu origem a nova forma de Estado político do capital (Estado neoliberal), desenvolvida nos últimos trinta anos, tanto no centro quanto na periferia capitalista desenvolvida. Nesse caso, o neodesenvolvimentismo no Brasil é uma variante do desenvolvimento capitalista possível na periferia capitalista inserida na macroestrutura do sistema do capital no plano mundial. (ALVES, 2013b)

Ou seja, o *neodesenvolvimentismo* se localiza enquanto uma das formas adotadas pelo capitalismo, enquanto sistema econômico e político mundial, em países periféricos, conservando as principais características do Estado das últimas três décadas – que, é importante destacar, representaram, para o Brasil, o período de hegemonização das diretrizes econômicas e políticas do ideário neoliberal.

Assim, o *neodesenvolvimentismo* é uma reorganização do Estado iniciada em 2003; uma organização, porém, nos moldes do modelo estatal construído na década de 1990. Isto pode ser explicado pelo fato de, no início da década de 1990, como resultado das eleições diretas para a Presidência da República, saiu vitoriosa o que o autor caracteriza como *frente política do neoliberalismo*, primeiro com Fernando Collor de Mello, e, em 1993, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Estes governos foram fundamentais na adequação do Estado brasileiro à ordem burguesa global, “constituindo os pilares do Estado neoliberal no Brasil, o Estado político do capital adequado à nova temporalidade histórica do capitalismo global ou bloco histórico da acumulação flexível de cariz predominantemente financeirizado”. (ALVES, 2013b)

A década de 1990, por sua vez, além de servir para a reestruturação do

capitalismo brasileiro, ainda foi marco do desmonte da “mobilização social” da década anterior – as quais criaram grandes movimentos de massas, como a CUT, o PT e o MST. Este novo referencial, aumentou seu destaque com a ideologia da globalização e a ofensiva ideológica mundial do capitalismo, que, a partir da queda do Muro de Berlim, e com o fim da União Soviética, colocou a inevitabilidade do fim das ideias socialistas e da criação de um outro mundo, preenchendo, então estas sociedades com os valores do individualismo e consumismo. (ALVES, 2013c)

Afirma Alves que, nesta década, o próprio perfil das classes capitalistas foi alterado. A burguesia brasileira, enfim, atrela seus interesses aos do capital financeiro global – movimento intensificado na década de 1990, mas que tem suas origens nos anos 1960. Este atrelamento tem consequências também na transformação política dos partidos, dentre os quais se destaca o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que, de um eixo nacional-desenvolvimentista, mudou, a partir da década neoliberal, e “amesquinhou-se ideologicamente, tornando-se o maior partido fisiológico das oligarquias regionais, tornando-se mero partido de barganha da governabilidade da ordem burguesa hipertardia.” (ALVES, 2013c)

O desemprego e a informalização do trabalho são resultados desta inserção neoliberal, que minou os ideais do coletivismo, da ação em sindicatos etc. Em especial as classes subalternas, principalmente o subproletariado pobre, mostrava graus crescentes de insatisfação social²⁰.

A eleição de Lula representaria, para o autor, uma reação ao modelo neoliberal. Alves conclui que as eleições de 2002, com a vitória de Lula, não “era expressão das lutas sindicais e movimentos sociais, mas da inércia do jogo eleitoral nas condições da crise radical do modelo neoliberal da década passada. Apesar do debacle do modelo de desenvolvimento neoliberal, a cultura neoliberal, com seus valores conformistas e individualistas impregnava a sociedade civil.” (ALVES, 2013c). O governo iniciado em

20 “Alterou-se o padrão de sociabilidade das metrópoles brasileiros com o aumento exasperante da violência social. A degradação da sociabilidade devido o desemprego e a informalidade criou um caldo de irracionalidade social nas metrópoles brasileiras.” (ALVES, 2013c)

2003, do Partido dos Trabalhadores, representante político-partidário da *frente política do neodesenvolvimentismo*, foi incapaz de alterar as formas do Estado neoliberal, de modo que organizou o novo governo a partir da estrutura estatal construída anteriormente, no momento de predomínio do neoliberalismo.

Para Alves, é importante destacar que há diferenças entre *bloco de poder* e *frente política*. Esta, para o autor, é a articulação de classes, camadas e frações de classe que apoiam um governo e sua estratégia política. *Bloco de poder* é o bloco das classes dominantes – com suas camadas, frações e categorias –, que, no caso do *bloco de poder neoliberal*, mantém o poder do capital nas mãos do capitalismo global (Alves, 2013b). O *bloco de poder neoliberal* organizou a *frente política do neoliberalismo*, que, entre 1994-2002, governou o país, principalmente com os partidos PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PFL (Partido da Frente Liberal)²¹. Caracteriza o autor que

A espinha dorsal do novo bloco de poder no Brasil constituído na década neoliberal é constituída pelo capital financeiro que possui vínculos orgânicos, por exemplo, com o agronegócio, empreiteiras, grandes corporações industriais, grandes empresas de distribuição e serviços de telecomunicações, inclusive fundos de pensões sob gestão estatal. Deste modo, o bloco de poder neoliberal constitui uma “oligarquia financeira” que encontra no aparato do Estado neoliberal, um veículo privilegiado de articulação sistêmica (a frente política do neodesenvolvimentismo, que é governo, não conseguiu romper com o poder dos grandes grupos financeiros). (ALVES, 2013b)

O *bloco no poder* passou, porém, por uma reorganização com a entrada do PT no governo federal. Antes de especificar em que consistiria este novo *bloco no poder*, é importante, para a compreensão da explicação de Alves, destacar sua explicação de *governo*. Este seria composto de uma

uma *frente política* que articula tanto camadas, frações e categorias da classe dominante, que compõem parcelas do bloco de poder e garantem a sustentação do governo no interior do Estado político do capital; e camadas, frações e categorias sociais da classe dominada

21 Partido refundado em 2007, com o nome de Democratas (DEM)

e classes intermediárias que, no caso do Estado político do capital, atuam como classe-apoio. (ALVES, 2013b)

Dessa forma, uma *frente política* não se resumiria à base de apoio do governo no Congresso nacional, mas também

por apoios (hegemonia) no poder judiciário, meios de comunicação de massa, forças armadas e sociedade civil organizada enquanto instancias compositivas do bloco de poder do capital. É a composição com parcelas do bloco de poder e o apoio e interpelação de outras classes e camadas sociais – inclusive classes subalternas – que dá o *tônus da governabilidade* e hegemonia política na sociedade burguesa. (ALVES, 2013b)

Ou seja, a *governabilidade* se constitui da presença e influência de uma série de atores sociais, sendo composta não simplesmente de representantes do Poder Legislativo, incluindo, também, agentes privados de grande influência na formação da chamada *opinião pública*. Como se pode perceber, esta avaliação foge de uma determinação política estritamente economicista, levando em consideração um complexo conjunto de atores sociais que acabam delimitando os limites da *governabilidade*.

Dessa forma, o rompimento com determinado *bloco no poder* seria um profundo processo. Trocar o *bloco no poder* implica na busca de uma *frente política* ligada a outro *bloco de poder*; isto é, para abandonar o *bloco de poder burguês* seria necessário mais que apoios no Congresso Nacional, mas bases firmes na *sociedade civil organizada*. Tendo em vista, na avaliação de Alves, a impossibilidade de conformação de um *bloco de poder popular* no Brasil²², e, assim, considerando as *reais* possibilidades políticas do país, qualquer *frente política* que vise reformas sociais, por conta da *governabilidade*, necessita da articulação com setores sociais ligados ao *bloco de poder burguês*. Assim, pode-se compreender o porquê, para o autor, o *neodesenvolvimentismo* é colocado como o

22 A frente política seria tão-somente a cristalização do processo de hegemonia política e cultural da classe do trabalho organizado nas cidades e no campo. Este bloco de poder popular implicaria a democratização radical da sociedade, com a constituição de conselhos sociais e populares, implodindo, deste modo, por dentro, o Estado político centralizado e burocrático do capital. Estamos no plano radical da utopia social, tendo em vista que não existem – nem de longe – possibilidades de um bloco de poder popular no Brasil. (ALVES, 2013b)

desenvolvimento possível na periferia do capitalismo.

Dessa forma, para o autor, o neodesenvolvimentismo aparece, então, como um

modo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil operado por um determinada frente política inspirada por um estratégia de governo (o lulismo). A frente política do neodesenvolvimentismo visa operar um capitalismo periférico com pretensões social-democrata capaz de redistribuir renda e reduzir a desigualdade social no país. Esta frente política, embora tenha vínculos orgânicos com camadas, frações e categoriais sociais do bloco de poder neoliberal (burguesia produtiva interna e fundos de pensões articulados com o capital financeiro), se distingue efetivamente da frente política do neoliberalismo, lideradas pelo PSDB-PFL, vinculada organicamente com a burguesia parasitária-especulativa. (ALVES, 2013b)

Assim, com as dificuldades apresentadas para o rompimento completo com um *bloco de poder*, para o autor, o *lulismo* trouxe rupturas com as políticas neoliberais dos anos 1990, em um processo de “contradição não-antagônica” do capitalismo brasileiro. Isto é, em um Estado formado nas décadas de domínio neoliberal, com o mercado mundial funcionando a partir do regime de acumulação financeirizado, a *frente política neodesenvolvimentista* reproduz a construção macroeconômica do Estado neoliberal, do *tripé* – superávit primário, câmbio flexível e metas de inflação. Explica o autor que nos governos “pós-neoliberais” pode-se perceber a expansão dos valores de mercado, bem como o estímulo à cultura do individualismo:

Por exemplo, a lógica da gestão toyotista impregnou a organização do trabalho não apenas das empresas privadas, mas também da administração pública. O espírito do toyotismo disseminou-se na totalidade social, contribuindo para a "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. Instaurou-se o que identificamos no livro "O novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil" como sendo o toyotismo sistêmico. Enfim, a disseminação dos valores-fetiches neoliberais prosseguiu na década de 2000 no bojo da dinâmica política dos governos pós-neoliberais. (ALVES, 2013c)

Nesse sentido, a política de aumento de créditos à população, bem como do incentivo ao consumo de veículos tem efeito drástico na consciência de um povo que,

historicamente, sempre foi órfão de modernização²³. Da mesma forma, os governos “pós-neoliberais” não desmontaram o Estado neoliberal, o que significa, além da continuidade dos traços econômicos neoliberais, da morfologia social e ideológica desta sociedade, isto é, “persistiu não apenas a sociedade política oligárquico-burguesa herdada da ditadura civil-militar e da miséria do neoliberalismo, mas persistiu a sociedade civil neoliberal com suas trincheiras ideológicas que impedem o avanço ideológico das massas.” (ALVES, 2013c)

Porém, para Alves, não é correto afirmar que os governos PT, “pós-neoliberais”, não apresentam diferenças em relação ao período anterior. Para o autor, é constante a atenção dada à composição social que serve de base de apoio aos governos *neodesenvolvimentistas* brasileiros; o

neodesenvolvimentismo – diz respeito a um padrão de desenvolvimento da ordem capitalista no País, operada por um frente política baseada em camadas, frações e categoriais do bloco de poder do capital (a burguesia interna das grandes empresas, agronegócio, empreiteiras e fundos de pensão) com apoio de camadas, frações e categorias sociais do proletariado brasileiro (com destaque para a multidão do subproletariado pobre e proletariado de baixa renda, embora tenha apoio em parcelas organizadas do proletariado industrial do campo e da cidade).

23 O autor busca explicar, inclusive, a ideologia do capital torna-se o norte ideológico de toda uma população, que, regida pelo toyotismo, sofre um esvaziamento espiritual, explicando o crescimento das igrejas neopentecostais e dos programas sensacionalistas: “O poder da ideologia do capital assumiu proporções ampliadas na vida cotidiana do Brasil neodesenvolvimentista. Diante da incapacidade do partido de governo (o PT) formar opinião pública e auto-constituir-se como polo protagônico na luta ideológica, ampliou-se principalmente entre a nova geração (a geração Y), expectativas, sonhos e valores-fetiches de mercado disseminados pela indústria cultural - o que é próprio do "espírito do toyotismo" (vide o livro "Trabalho e Subjetividade"). Na verdade, o aprofundamento do estranhamento social, traço histórico compositivo da modernização periférica brasileira, oriunda de um capitalismo hipertardio dependente de extração colonial-escravista e cariz prussiano, onde o historicamente novo sempre pagou um tributo ao historicamente velho, contribuiu para um novo salto na expansão do esvaziamento espiritual das massas urbanas expressos no crescimento na era do neodesenvolvimentismo das igrejas neopentecostais e ideologias da nova era e de auto-ajuda. Na verdade, a miséria espiritual tornou-se expressão do esvaziamento da pessoa humana nas condições do capitalismo de modernização catastrófica. Por exemplo, não deixa de ser sintomático que o Brasil tornou-se um dos maiores exportadores de igrejas evangélicas do mundo, sendo, deste modo, expressão do "americanismo periférico" em fase catastrófica. É importante salientar a proliferação de programas de TV de apelo popular-sensacionalista de conteúdo imbecilizante, muitos deles de caráter fascista, reforçam a miséria espiritual das multidões imersas na condição de proletariedade.” (ALVES, 2013c)

(ALVES, 2013b)

E, neste processo, é importante compreender o significado e influência do *lulismo* no *neodesenvolvimentismo* brasileiro. O *neodesenvolvimentismo* não é, unicamente, um específico modo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, mas uma *frente política* com uma estratégia política de governo, o *lulismo*. Para o autor, o *lulismo* é resultado da crise do desenvolvimento neoliberal, que deslocou uma fração da burguesia interna brasileira – parte integrante do bloco neoliberal de poder – para uma composição política de PT e aliados de esquerda, com frações do proletariado organizado. Esta grande frente tinha como classe-apoio o *subproletariado*.

O *lulismo* é, para Alves, a estratégia política característica da *frente política* que passa a governar o país em 2003. O autor busca a referência de André Singer para explicar o *lulismo*, que teria três características básicas:

O *lulismo* (...) compõe-se hoje por três elementos básicos, isto é, o *lulismo* é uma estratégia de governo da nova ordem burguesa no Brasil que se caracteriza por (1) interpelar o apoio do *subproletariado pobres e das camadas de baixa renda do proletariado brasileiro*, das cidades e do campo por meio de programas sociais (Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida, por exemplo) e valorização do salário-mínimo – 70%, de 2002 a 2012; (2) por adotar a postura de *não-confrontar o capital como bloco de poder* (o que explica o viés bonapartista de Lula e Dilma, agindo aparentemente acima das classes sociais antagônicas, extirpando, inclusive, do horizonte do discurso político, o léxico do antagonismo de classe e cultivando como *alma mater*, a conciliação social como valor fundamental, com o mote “Lula Paz e Amor” ou ainda “Brasil País de Todos”); (3) e, por fim, por adotar um *reformismo fraco* baseado em políticas de combate a pobreza, incentivo ao consumo visando mercado interno e programas sociais voltados para a redução da desigualdade social. (ALVES, 2013b)

Nesse sentido, Alves coloca algumas importantes reflexões acerca da formação das classes sociais no Brasil a partir da década neoliberal. Com a integração da economia brasileira às ordenações internacionais do anos 1990, o PSDB torna-se o partido representante do centro do *bloco de poder neoliberal*, a burguesia financeira; bem como

passa a representar, também, a “classe média”, de conservadores e rentistas (ALVES, 2013c). Dessa forma, o PSDB assume, progressivamente, “o espírito oligárquico do capitalismo senhorial brasileiro” (ALVES, 2013c). O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, também passa por um deslocamento. Cada vez mais, o PT foi se localizando no interior da ordem burguesa, começando, então, a disputar a “classe média” progressista e a pequeno-burguesa democrática, bem como a burguesia nacional (ALVES, 2013c), antiga base do MDB. Ao mesmo tempo, mantém – não sem desgastes e rupturas – sua influência na classe trabalhadora organizada, incluindo as camadas médias assalariadas.

No *neodesenvolvimentismo*, a base social de apoio do PT passa por alterações. Esta “classe média” assalariada (como o funcionalismo público), que, anteriormente, era base de sustentação do governo, entra em crise com o governo PT logo nos primeiros meses de mandato (vide a Reforma da Previdência de 2003). Porém, foi mantido o apoio na classe operária organizada do setor privado (que se beneficiaria com o aumento da produção e do consumo). Além disso, o governo recebeu apoio do grande contingente populacional beneficiado por programas como o *Bolsa Família* e o *Minha Casa Minha Vida* - que Alves caracteriza como de “transferência de renda” - os setores populares não-organizados, o subproletariado²⁴.

Assim, pode-se afirmar, quanto à *frente política neodesenvolvimentista*,

Portanto, a frente política neodesenvolvimentista articulou setores da burguesia interna com setores dos trabalhadores organizados, principalmente da velha classe operária, e setores da massa popular. A aliança entre burguesia interna e os "pobres" é o cimento político-ideológico do lulismo, estratégia política da governabilidade neodesenvolvimentista que optou, nas condições de crise estrutural do capital e do sociometabolismo da barbárie, em não confrontar os interesses do capital financeiro. (ALVES, 2013c)

Dessa forma, para Alves, os programas sociais do Partido dos Trabalhadores foram, neste sentido, importantes na reformulação da morfologia social no Brasil, pois

24 “(o subproletariado como massa pobre era massa de manobra da direita - a grande arte política do lulismo foi provocar esse deslocamento eleitoral com custos para a identidade histórica do partido)” (ALVES, 2013c)

Por exemplo, como salientamos alhures, a nova conjuntura do lulismo implicou a entrada em cena dos "pobres", interpelados pela frente política do neodesenvolvimentismo, dando, deste modo, base social e política ao novo projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil. Os "pobres" não se tornaram mera massa de manobra eleitoral, como ocorreu no passado, quando foram interpelados pela direita oligárquica, mas tornaram-se efetivamente "sujeitos passivos" de anseios contingentes e sonhos salariais instigados pelas políticas de ampliação do mercado interno. A base social do lulismo é uma base real criada pelos programas de transferência de renda e gasto público que impulsionaram o emprego e o consumo. O contingente popular interpelado pelo lulismo é o subproletariado e o proletariado pobre não-organizado, camada da classe trabalhadora mais susceptível a inflação e ao caos da economia. (ALVES, 2013c)

Houve, também, nos anos neodesenvolvimentistas, uma mobilidade social intraclasse; isto é, parte do *subproletariado* foi beneficiada com os programas sociais, enquanto outra parte deste *subproletariado* ascende à condição de *nova classe trabalhadora* (determinada pela formalização do trabalho e pela valorização do salário mínimo).

Assim, forma-se uma junção complexa e contraditória, entre uma *grande burguesia interna brasileira* – que apoia a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal, apostando no projeto de “crescimento econômico com estabilidade” -, o *subproletariado* e a *nova classe trabalhadora*, bem como, com o crescimento econômico, do nível de emprego e valorização dos salários, também há o apoio de setores amplos da *classe operária organizada e trabalhadores manuais*.

As “classes médias”²⁵, por sua vez, sofrem cisões, à esquerda e à direita. Este foi o setor que menos recebeu benefícios com o projeto *neodesenvolvimentista*. Há uma

25 Como “classe média” no Brasil, o autor traz a seguinte definição: “As “classes medias” brasileiras constituem-se, de um lado, por uma fração rentista de feição conservadora constituída por profissionais liberais e trabalhadores por conta própria de mais alta renda, imbuídas pela ideologia neoliberal; e por outro lado, por uma fração assalariada que auferre rendimentos do Estado e que, nas ultimas décadas, proletarizou-se nas condições de vida e de trabalho; essa fração assalariada é composta também por uma camada social de trabalhadores públicos e privados que, na última década, ascendeu em status e prestígio. É importante salientar que no seio da “classe media” assalariada temos uma camada social que denominamos de “preariado”, composto por jovens de alta escolaridade com inserção salarial precária, verdadeira expressão dos limites estruturais do neodesenvolvimentismo” (ALVES, 2013c)

sutil radicalização nas posições desses setores, seja a classe média tradicional-conservadora, seja a assalariada do setor público, antiga base petista, mas que não apresentam possibilidades de hegemonia política e social; prova disso são os fracassos eleitorais da esquerda radical, por um lado, e, por outro, o também fraco desempenho eleitoral da direita tradicional e rentista. Surge também um fenômeno, no Brasil *neodesenvolvimentista*, chamado *precariado*: camadas médias do proletariado urbano, principalmente jovens que possuem alto nível de escolaridade, mas que se inserem em relações de trabalho e vida precárias.

O *neodesenvolvimentismo*, porém, apresenta limites. A vitória estratégica do lulismo acabou por corroer parte da base política do PSDB. Este PT, ao se firmar inserido na ordem, agregou não somente os setores mais pobres, mas também parte importante da *burguesia interna* com interesse na acumulação de capital e no crescimento econômico. Como esta burguesia, porém, é parte do *bloco de poder neoliberal*, tal traço ajuda a explicar as limitações do neodesenvolvimentismo no combate ao Estado neoliberal. Além disso, o lulismo construiu um arco de governabilidade com o PMDB, já esvaziado ideologicamente, com o interesse na barganha da maioria parlamentar.

Para Alves, estes limites podem ser percebidos na incapacidade de realização de reformas profundas dos governos PT, uma incapacidade política, uma vez que reformas que fossem mais radicais seriam avaliadas negativamente pelo *bloco de poder neoliberal*. A crise do *lulismo* relaciona-se, diretamente, com a crise do *neodesenvolvimentismo*; o próprio *lulismo* precisa passar por transformações, em nome da defesa do gestor do capital no Brasil, atualmente: o PT. Os limites do neodesenvolvimentismo estariam localizados onde o governo, principalmente o de Dilma, tem enfrentado as *camadas médias* e o *precariado*, que exigem mudanças mais substanciais no *reformismo fraco*. Dessa forma, pode-se compreender, para o autor, os motivos das *Jornadas de Junho* de 2013: este conjunto de atos, em centenas de cidades, que reuniram milhões de pessoas, explicitariam os limites do padrão capitalista brasileiro, “implantado no país desde 2002 sob a direção da frente política do neodesenvolvimentismo sob inspiração do lulismo.”(ALVES, 2013b) Tais atos foram resultado do acúmulo das demandas do proletariado urbano e das camadas

médias assalariadas, que, desde 2003, não percebem grandes reformas sociais.

As manifestações sociais expõem uma demanda reprimida de necessidades sociais e carecimentos radicais candentes do proletariado urbano brasileiro – incluso camadas médias assalariadas. Na verdade, o sistema democrático-político da ordem burguesa no Brasil (e nos países capitalistas mais desenvolvidos) está paralisado há tempos em sua capacidade de dar respostas efetivas às demandas coletivas por reformas sociais. (ALVES, 2013b)

Afirma Alves que tais reivindicações, porém, implicam, como já afirmado, no enfrentamento ao *bloco de poder* do capital, ação política que teria um custo altíssimo, no que tange à *governabilidade*. Estes limites apresentam a profundidade das contradições nas quais estes governos estão inseridos:

Os limites do neodesenvolvimentismo são, deste modo, os próprios limites do Estado brasileiro como Estado neoliberal de feição oligárquico-financeira – enfim, um Estado capturado pelo capital especulativo-parasitário. A estratégia política do lulismo – talvez justificada pela correlação de forças desfavorável na sociedade civil e sociedade política – optou pelo caminho de menor resistência do bloco de poder do capital. Por exemplo, mais investimentos sociais na educação, saúde e transporte público com qualidade, são investimentos públicos bastante caros que exigem mais de um Estado brasileiro que tem hoje cerca de 42% do orçamento público comprometido com o pagamento da dívida pública (por exemplo, só em 2014 mais de 1 trilhão serão pagos a este título). (ALVES, 2013b)

Por fim, um bom resumo deste processo, escrito pelo próprio autor, pode ser visto na seguinte citação:

os governos do neodesenvolvimentismo como novo modo de desenvolvimentismo capitalista monopolista no Brasil não são apenas constrangidos pelo Estado neoliberal em sua capacidade de realizar as promessas de bem-estar social e democratização política, mas eles criam a própria estratégia de governabilidade no interior da qual operacionalizam seus programas de governo interpelando

classes e frações de classes com suas representações políticas. O lulismo é a estratégia de governabilidade dos governos neodesenvolvimentistas dos últimos dez anos onde se procurou construir uma engenharia política capaz de promover o desenvolvimento da acumulação capitalista no Brasil e a redistribuição de renda por meio de programas de programas sociais, O combate às desigualdades sociais extremas ocorreu pari passu ao fortalecimento do mercado interno por meio do choque de crédito e valorização do salário-mínimo. Adotou-se uma política de crescimento da economia brasileiro nos marcos constrangedores da crise do capitalismo global e sob o signo da estabilização monetária, controlando a inflação com o tripe macroeconômico herdado da política neoliberal; incentivou-se o investimento privado pari passu o gasto público visando garantir o crescimento da economia como lastro das políticas de redistribuição de renda, privilegiando o combate a pobreza e a pobreza extrema; o lulismo procura conciliar reformismo fraco e preservação dos interesses do grande capital monopolista cuja burguesia interna, parceira do bloco de poder neoliberal, fornece o lastro da governabilidade na República brasileira. Enfim, o Brasil tornou-se com o neodesenvolvimentismo e o lulismo a última fronteira da modernização catastrófica que caracteriza o capitalismo global na fase histórica de crise estrutural do capital. (ALVES, 2013c)

CAPÍTULO II – A QUESTÃO AGRÁRIA E O CONFLITO SOCIAL

“Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo. Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra, não este governo comprometido com as multinacionais, os grileiros e atravessadores.”²⁶
(Lula, 1982)

“Eu continuo com o meu sonho de fazer a reforma agrária neste país.”²⁷
(Lula, FSM de 2003)

“Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais.”²⁸
(Lula, 2007)

Neste capítulo, serão levantadas algumas problemáticas acerca de uma específica abordagem neodesenvolvimentista: a linha protagonizada por Aloizio Mercadante Oliva. Esta opção não significa que o autor seja a maior referência nos estudos do neodesenvolvimento, nem que sua abordagem esteja em consenso com as demais correntes neodesenvolvimentistas, ou mesmo que seja a linha hegemônica entre os neodesenvolvimentistas.

A escolha pela abordagem deste autor se dá por outros motivos. Oliva é um dos grandes quadros políticos criados pelo Partido dos Trabalhadores, e teve presença marcante em todos os governos federais assumidos pelo PT. Oliva é componente da “Construindo um Novo Brasil”²⁹, principal corrente interna do Partido dos Trabalhadores – que inclui importantes militantes do partido, como Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Dulci, Gilberto Carvalho, Ricardo Berzoini, José Dirceu etc. -, durante os governos Lula foi Senador da República por São Paulo, posteriormente, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (entre 1º de janeiro de 2011 a 23 de janeiro de 2012), Ministro da Educação (24 de janeiro de 2012 a 3 de fevereiro de 2014), e, atualmente – janeiro de 2015 –, ocupa o posto de

26 Citação destacada por Andreassy et al. (2014), p. 32.

27 Idem.

28 Idem.

29 Para maiores informações sobre a corrente, ver < <http://www.construindounovobrasil.com.br/>>

Ministro-Chefe da Casa Civil. Além disso, o autor já assumiu diferentes tarefas no Partido dos Trabalhadores, bem como mandatos parlamentares³⁰, de modo que sua trajetória política casa-se com a trajetória do partido que ajuda a construir e que chega à Presidência da República após vencer as eleições em 2003.

Sua localização no processo de construção do Partido dos Trabalhadores, e, posteriormente, nos mandatos presidenciais a partir de 2003 foi notável, reconhecida pelo próprio autor,

Um tempo [afastado da vida acadêmica] em que estive totalmente dedicado à vida pública, ao mandato de Senador da República e à defesa e construção do governo Lula.

Faço parte de uma geração que dedicou mais de trinta anos de militância política para que Luiz Inácio Lula da Silva fosse eleito Presidente da República. Tive o privilégio de ser um dos coordenadores dos programas de governo em todas as suas disputas eleitorais. Fui também candidato a Vice-Presidente da República, em 1994. Finalmente, quando vencemos as eleições presidenciais de 2002, fui eleito Senador por São Paulo e assumi, ao longo de quase todo o mandato de Lula, a condição de líder do governo no Senado ou líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo (...). Minha principal tarefa nesses oito anos foi defender o governo Lula e garantir a aprovação de suas políticas públicas, no âmbito do Senado Federal. Não foi uma tarefa fácil, nada fácil, mas me permitiu estar em um espaço muito privilegiado de observação para participar, acompanhar e analisar o Brasil e as realizações de nosso governo. (OLIVA, 2010, p. xii)

Em sua tese de doutorado, Oliva reúne um vasto conjunto de dados para defender a tese de que o Brasil passa por um momento de *inflexão histórica*, a partir de sua interpretação do Novo Desenvolvimentismo. Utilizar aqui a interpretação deste autor não significa afirmar que sua posição é hegemônica mesmo dentro do Partido dos Trabalhadores, porém, o volume da sua argumentação na defesa de que o Brasil, entre 2003 e 2010, inaugurou um momento do Novo Desenvolvimentismo, é um fator que merece destaque. Partes importantes do seu trabalho refletem as linhas políticas e teóricas

30 Foi Deputado federal por São Paulo entre 1991 e 1994, e 1999 a 2003. Foi também vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Secretário de Relações Internacionais, integrante do Diretório Nacional do PT, integrante da Executiva Nacional do PT.

esboçadas pelo Partido dos Trabalhadores e por outras organizações que foram fundamentais na história desse partido, de sua criação à vitória eleitoral.

Assim, Oliva é um autor de aparição pública, de atuação política ativa, cuja compreensão da realidade influencia outros setores e autores. Debater algumas de suas contribuições significa, neste momento, debater e disputar as compreensões históricas do Brasil contemporâneo.

Neste capítulo, serão discutidas algumas das concepções deste autor, bem como a aplicação, para este, do Novo Desenvolvimentismo, tomando como exemplo sua análise das relações sociais no meio rural brasileiro. A opção pela análise do campo se dá por conta da relevância deste debate na história do Brasil: a principal fonte de produção da economia colonial, a estrutura fundiária e as relações sociais mediadas pela propriedade da terra, a manutenção da influência política e econômica do setor ao longo da história - a ponto de ser considerado por Oliva como um dos maiores responsáveis por, atualmente, gerar recursos que assegurem as políticas sociais dos governos do Partido dos Trabalhadores e aliados.

De acordo com o IBGE, em 2010, 16% da população brasileira vivia na zona rural, totalizando 30.755.000 de pessoas. É uma grande fatia da população que não pode ser desconsiderada, bem como as especificidades de suas demandas e condições de vida. Para autores que se debruçaram para compreender a história brasileira, a análise das relações sociais no campo é fundamental para a compreensão da estrutura social brasileira, bem como a situação do país nacional e internacionalmente. Como afirma Caio Prado Jr.,

Processo esse [de evolução do país] que vem a ser a superação dos remanescentes ainda fortemente presentes e atuantes – não de “feudalismos” ou “pré-capitalismos” - e sim de circunstâncias que resultam de nosso passado e origem colonial, isto é, esquematicamente consideradas, uma estrutura sócio-econômica constituída e organizada nos quadros do capitalismo internacional – de início o capitalismo comercial – para atender a seus interesses dentro das possibilidades que as circunstâncias ofereciam, como um “negócio” sob a gerência de colonizadores (...) apoiados e sustentados por contingentes populacionais incorporados ao sistema pela força na qualidade exclusiva de simples fornecedores de mão-

de-obra. (...)

E daí resultariam estes remanescentes que ainda hoje subsistem a embaraçar o real desenvolvimento, em termos modernos, do país – em particular o acentuado baixo nível, sob todos os aspectos, da massa da população trabalhadora da população, o abismo social que a separa das demais camadas da sociedade e isola em situação de marcada inferioridade e submissão. (...)

O nosso real desenvolvimento, para ter sentido em profundidade, consistirá em outra coisa, a saber, na superação das atuais situações sócio-econômicas, herdadas do passado, e sobretudo e em particular, as estruturas agrárias que mantêm uma parte considerável da população (...) em miseráveis condições de vida, materiais, culturais, sociais – humanas em suma, podemos dizer. (PRADO Jr., 1987, p. 12-3)

Na concepção de Oliva, os recursos gerados pelo setor mais dinâmico economicamente do campo – o agronegócio – podem ser utilizados para a garantia dos interesses do conjunto da população, a partir da destinação que o governo federal atribui a estes recursos. Esta concepção será debatida, neste capítulo, a partir de outros autores que fazem a análise econômica, política e social do campo brasileiro; nesse sentido, também será introduzido o debate que trata das possibilidades de autonomização de uma economia como a brasileira, que possui como uma das bases de sustentação a produção agropecuária para exportação.

Na visão de Oliva, o setor *agropecuário* englobaria os diferentes agentes sociais do campo: da agricultura familiar à produção para exportação, diferentes partes de um mesmo projeto nacional.

Com fins expositivos, o capítulo será dividido da seguinte forma:

1. Apresentação do quadro político e econômico no campo a partir da análise de Aloizio Mercadante Oliva
2. Outras abordagens sobre a questão do campo no Brasil do Século XXI
3. O conflito e a integração social
4. O neodesenvolvimentismo e a manutenção da situação de dependência

*

1. A apresentação do quadro político e econômico no campo a partir da análise de Aloizio Mercadante Oliva.

Sob a ótica dos autores desenvolvimentistas que seguem as linhas elaboradas por Oliva, principalmente a partir de 2003, o governo brasileiro tem centrado esforços em canalizar os saldos econômicos positivos gerados pelo setor agropecuário exportador para diversas finalidades de interesse público, como o equilíbrio das contas externas do país, a efetivação de programas sociais, bem como o investimento produtivo no setor.

Para Oliva, o setor primário, no que tange à agropecuária, foi essencial para a efetivação das políticas sociais e econômicas planejadas pelo governo federal. Se, para alguns autores – que serão tratados a seguir –, no caso brasileiro parece paradoxal conciliar avanços na distribuição de renda e no setor exportador agropecuário – em decorrência do significado da manutenção da estrutura fundiária e da conformação das relações de poder e da dinâmica de classes no país –, para Oliva, “A agricultura é uma atividade extremamente importante para a economia brasileira e foi fundamental na implementação das políticas de estabilização econômica, crescimento e distribuição de renda do Governo Lula.” (Oliva, 2010, p. 229). Neste mesmo sentido, afirma Pochmann que

Nós estamos diante da construção de um modelo que recupera, a partir do Estado, a ação econômica através dos bancos públicos³¹, da recuperação dos investimentos em estrutura e energia. Isso não está descolado, pelo menos até o momento, do acompanhamento de recursos ampliados para os ramos sociais, como é o caso da previdência, da saúde, da educação. É importante o país produzir e exportar commodities, mas isso, por si só, não parece suficiente para permitir o salto em termos de desenvolvimento, uma vez que é fundamental uma maior ampliação da base de produção de bens com maior valor agregado, com maior conteúdo tecnológico, uma vez que são esses os segmentos que permitem a geração de postos de trabalho de maior qualificação, e que relacionam justamente a elevação de escolaridade com maior remuneração³². (POCHMANN

31 Sobre a relação entre a proposta econômica do neodesenvolvimentismo e a utilização dos bancos públicos, ver o Cap. I.

32 Tal avanço está ligado à política de destinação de crédito do governo federal, coerente com o

apud FACHIN, 2014)

Para Oliva, a necessidade de se recorrer aos rendimentos gerados pelo setor agroexportador pode ser explicada a partir das diferenças entre os governos PT e PSDB. Isto é, coloca o autor que o governo Lula, do PT e aliados, havia herdado uma “herança maldita” dos governos anteriores, do PSDB, e, para resolver os problemas deixados pelas administrações anteriores, os saldos positivos do agronegócio foram peças essenciais. Em números, na argumentação do autor, explica-se a questão assim:

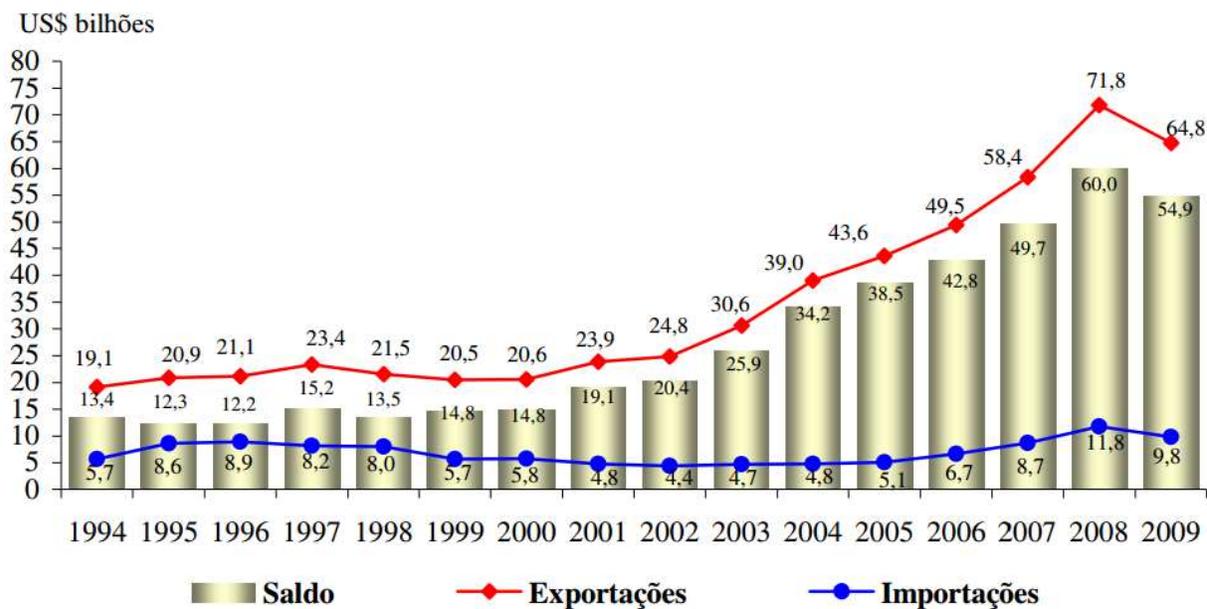
O esforço empreendido, a partir de 2003, para reativar a economia e reverter o processo de desestabilização deixado pelo governo anterior contou com grande participação do complexo agroindustrial brasileiro, principalmente na geração de superávits da balança comercial brasileira. As exportações agrícolas, entendidas em sentido amplo, saltaram de US\$ 24,8 bilhões, em 2002, para US\$ 71,8 bilhões, em 2008, o que representou um aumento de 189%, enquanto que as importações aumentaram de US\$ 4,4 bilhões para US\$ 11,8 bilhões. O saldo positivo e crescente da balança comercial agroindustrial evoluiu de um patamar de US\$ 20,3 bilhões, em 2002, para US\$ 59,9 bilhões, em 2008, sendo o grande responsável pela manutenção do superávit de toda a balança comercial brasileira nos últimos anos e criando condições para que o país pudesse reduzir a vulnerabilidade externa da economia. Em

pensamento de que é necessário que, no Brasil, sejam formadas grandes empresas e corporações que tenham condições de competir internacionalmente frente às demais economias. Em entrevista à revista IHU, Márcio Pochmann faz uma breve descrição desse projeto; na revista, registra-se que “a posição do Estado está relacionada a um fator que surgiu com o predomínio da globalização e a desregulamentação do Estado ao longo dos anos no cenário financeiro: a constituição de grandes corporações transnacionais. Nesse circuito de hipermonopolização do capital, [Márcio Pochmann] afirma, “os países que não tiverem grandes grupos econômicos e não forem capazes de fazer parte desses 500 grandes grupos mundiais, de certa maneira, estarão de fora, aliados da competição de tal forma que passariam a ter um papel passivo e subordinado ao circuito de decisões””. Isto porque “É crescente a presença do Estado em qualquer setor econômico com o objetivo de levar a possibilidade de fazer parte desse seleto grupo de corporações transnacionais, que, cada vez mais, são mistas diante de um espaço tão crescente de recursos públicos”. Para Pochmann, o mundo passa por uma “fase em que não são mais os países que têm empresas, mas empresas que têm países diante da dimensão das corporações com um faturamento, em grande parte das vezes, superior ao PIB dos países nacionais”; e conclui: “Não há outra alternativa, no meu modo de ver, que não seja a construção desses grupos”. Assim, “(...)Nesse circuito de hipermonopolização do capital, os países que não tiverem grandes grupos econômicos e não forem capazes de fazer parte desses 500 grupos, de certa maneira, estarão de fora, aliados da competição de tal forma que passariam a ter um papel passivo e subordinado ao circuito de decisões desses 500 grupos. Então, a opção brasileira é se aproximar da concentração desses gigantes para, de certa maneira, fazer parte desse circuito de poucas, mas grandes empresas.” (ver: POCHMANN apud FACHIN, 2014)

2009, apesar da crise, as exportações se mantiveram estáveis em termos físicos – um recuo de apenas 0,4% –, mas caíram 9,8% em valor devido à redução dos preços internacionais. Ainda assim, o saldo da balança comercial agrícola foi expressivo, atingindo US\$ 54,9 bilhões. (Oliva, 2010, p. 230)

É interessante perceber o desempenho da agroindústria no Brasil, destacado pelo autor, e como sua balança comercial teria apresentado acentuado crescimento a partir de 2003, fazendo do Brasil o segundo maior exportador mundial de alimentos e matérias-primas, atrás somente dos Estados Unidos.

Balança Comercial da Agricultura



Fonte: MAPA Apud Oliva, 2010

Neste aumento da produção, destacam-se as produções agropecuárias com maior avanço tecnológico³³. Pode-se notar a concentração do crescimento em três

33 Para ilustrar o grau atingido pela mecanização de algumas produções, são interessantes os dados da colheita canavieira em São Paulo, ver <http://www.unica.com.br/noticia/6551584920310621254/sao-paulo-fecha-safra-2013-por-cento2F2014-com-colheita-mecanizada-em-83-por-cento-dos-canaviais/>. Acesso em 01/12/2014

produções específicas do agronegócio: soja, carnes e sucroalcooleiro.

Os setores que mais ampliaram sua participação na pauta de exportações foram o do complexo da soja, o da produção de carnes, o sucroalcooleiro e o de cereais, farinhas e preparações, nos quais predominam cadeias produtivas bem estruturadas, tecnologicamente avançadas e que contam com empresas ou grupos de grande porte capazes de disputar o mercado internacional. Os três principais setores – os complexos de soja, carnes e sucroalcooleiro – contribuíram com 75% do aumento das exportações agroindustriais no período 2003/08, refletindo o elevado grau de concentração da pauta de exportações do setor. (...) A consolidação da agricultura brasileira como importante fornecedora de alimentos no mercado mundial pode ser observada em alguns exemplos. O Brasil é o maior exportador mundial de soja, carne bovina, carne de frango, açúcar, suco de laranja e café. É também o primeiro ou segundo maior produtor mundial desses produtos e o terceiro produtor mundial de frutas e milho. (Oliva, 2010, p. 231).

O aumento das lavouras temporárias no governo PT pode ser notado em gráficos e tabelas como a sistematizada pelo DIEESE ³⁴ (2011), confirmando o protagonismo, no setor, das lavouras canavieiras e de soja.

34 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura temporária - Brasil 2001-2009

Produtos da lavoura temporária	Quantidade produzida (1.000 ton)			Produtividade média (ton/ha)		
	2001	2009	Varição 2001/2009 (em %)	2001	2009	Varição 2001/2009 (em %)
Soja (em grão)	37.907	57.345	51,3	2,7	2,6	-2,7
Cana-de-açúcar	344.293	671.395	95,0	69,4	78,9	13,6
Milho (em grão)	41.962	50.746	20,9	3,4	3,7	9,2
Arroz (em casca)	10.184	12.652	24,2	3,2	4,4	35,9
Mandioca	22.580	24.404	8,1	13,5	13,9	2,4
Feijão (em grão)	2.454	3.487	42,1	0,7	0,9	19,6
Fumo (em folha)	569	863	51,8	1,9	2,0	3,8
Algodão herbáceo (em caroço)	2.644	2.898	9,6	3,0	3,6	18,2
Tomate	3.103	4.310	38,9	54,0	63,8	18,1
Batata - inglesa	2.849	3.444	20,9	18,5	24,8	34,2

A partir das leituras destes dados, pode-se perceber a continuidade da importância econômica do setor agropecuário no país. Os saldos deste setor foram, ano após ano, apresentando, economicamente, cifras cada vez mais positivas. O balanço do setor pode ser avaliado no recorte histórico de 12 anos da balança comercial do agronegócio, elaborado também pelo DIEESE (2011),

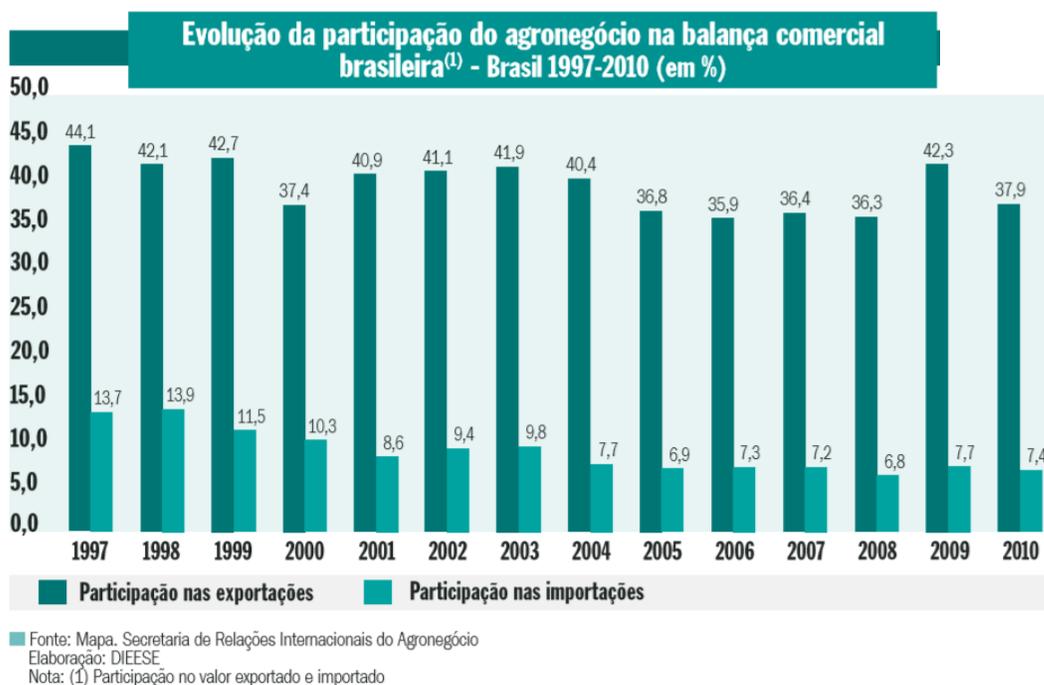
Evolução da balança comercial do agronegócio Brasil 1998-2010 (em US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1998	21.546	8.041	13.505
1999	20.494	5.694	14.800
2000	20.594	5.756	14.838
2001	23.857	4.801	19.056
2002	24.840	4.449	20.391
2003	30.645	4.746	25.899
2004	39.029	4.831	34.198
2005	43.617	5.110	38.507
2006	49.465	6.695	42.769
2007	58.420	8.719	49.701
2008	71.806	11.820	59.987
2009	64.785	9.898	54.887
2010	76.441	13.387	63.054

Fonte: Mapa, Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE

Ainda que os dados acima estejam limitados ao ano de 2010, a força econômica do setor mostra-se presente também nos anos seguintes. Conforme artigo exposto pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), em abril de 2014, só o agronegócio atingia metade das exportações brasileiras³⁵. Fica clara a importância econômica do setor quando é avaliada sua participação nas exportações do país:

35 Ver: “Em abril, agronegócio atinge metade das exportações brasileiras.” Disponível em: <http://www.unica.com.br/convidados/27455300920337887669/em-abril-agronegocio-atinge-metade-das-exportacoes-brasileiras/>



Fonte: Dieese (2011)

A composição do campo no Brasil, porém, não se restringe ao agronegócio, a produção em larga escala de determinados gêneros para a exportação, mas incluem também outros atores, com diferentes formas de propriedade, modalidades de aquisição da terra, relação com o mercado, emprego de mão-de-obra etc., como pequenos proprietários de terra, acampados, assentados, meeiros, posseiros etc.

Assim, junto ao crescimento do produto do setor exportador, Oliva também reserva destaque, em suas reflexões, à questão da reforma agrária. Não é possível, quando se trata do Brasil, fazer a discussão do campo sem considerar, além do histórico setor exportador, a questão fundiária; discutir políticas redistributivas e melhores condições de vida à população brasileira implica retomar este debate, e perceber o movimento da questão da terra no Brasil. Oliva afirma que

A reforma agrária é outra dimensão estratégica do combate à desigualdade social. Isso porque uma das manifestações fundamentais da desigualdade na distribuição da riqueza é a concentração da propriedade da terra. É precisamente no segmento

de produtores sem acesso ou com acesso precário à terra que se concentram os fenômenos de pobreza relativa e absoluta no campo. Agregue-se o fato de que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ao gerar uma concentração da propriedade do capital ainda maior do que a da propriedade da terra, contribuiu para reproduzir e amplificar a concentração da distribuição da renda no setor rural. (OLIVA, 2010, p. 165).

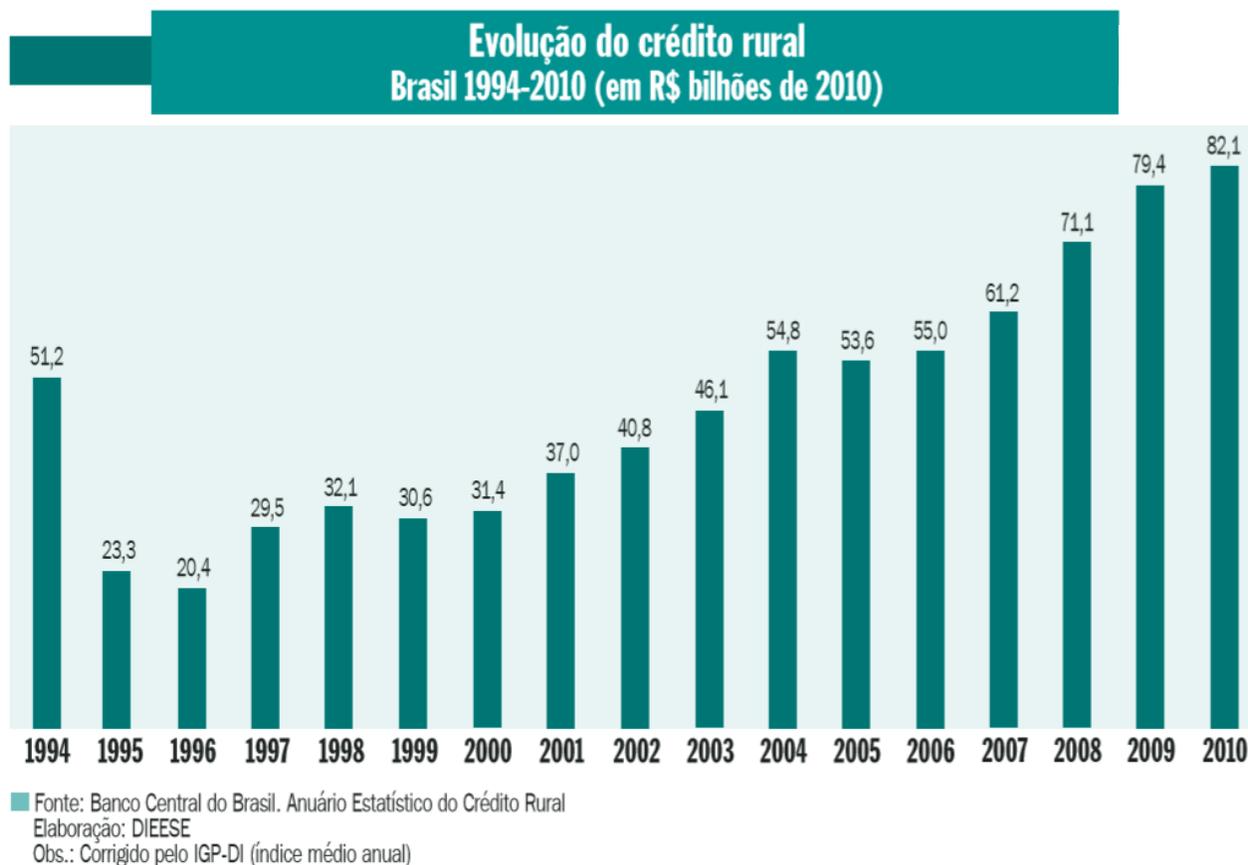
Para mostrar a evolução da reforma agrária nos dois governos Lula, entre 2003-2010, em comparação aos governos anteriores, de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, afirma o autor, “Entre 2003 e 2009, foram criados 3.348 assentamentos, abrangendo uma área de 46,7 milhões de hectares, que beneficiaram um total de 574.609 famílias. Esta cifra é 73% superior ao total de famílias que foram assentadas, até 2002, por todos os governos anteriores.” (Oliva, 2010, p. 165) Isto é, para o autor, desde 2003, o que se percebe é um avanço nos mais diversos setores do rural no Brasil, do agronegócio aos assentamentos.

Nesse sentido, para o autor, a agricultura familiar teve maiores condições de se desenvolver via políticas de crédito, realizadas a partir do governo federal. “A agricultura familiar é um segmento importante do nosso campo, ocupando um terço da área disponível para a produção de alimentos e respondendo por 78,8% dos postos de trabalho no campo e por 40,4% do valor bruto da produção agropecuária, segundo os critérios FAO/INCRA.” (Oliva, 2010, p. 234) Conforme destaca o autor, este segmento é responsável pela produção de uma parte relevante dos produtos alimentícios: “87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite de vaca, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja. No setor de carnes, frequentemente integrada a grandes complexos agroindustriais, a agricultura familiar possui 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% do número de bovinos.” (Oliva, 2010, p. 234)³⁶

Um dado que serve de sustentação à argumentação de Oliva é a quantidade de

36 Para o autor, um dos programas que mais incentivou a produção familiar foi o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -, acrescido, em 2008, de um programa chamado PRONAF Mais Alimentos, que aumentou a produtividade de alimentos da agricultura familiar em 18,5 bilhões de toneladas por ano. Além disso, o autor cita a renegociação da dívida de 825 mil famílias de pequenos produtores.

crédito destinado ao setor rural entre 1994 e 2010, período que abarca o início dos governos PSDB, a transição ao governo PT e aliados, e a consolidação deste;



Fonte: DIEESE, 2011

Em resumo, o autor destaca que, para o conjunto da agricultura e pecuária, o investimento do governo Lula foi muito superior em relação aos governos anteriores: “O governo aumentou a disponibilidade de crédito para a agricultura. A safra 2009/10 conta com um orçamento de R\$ 107,5 bilhões, dos quais R\$ 92,5 bilhões se destinam à agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões à agricultura familiar. Esse montante equivale a mais de quatro vezes o volume total de crédito disponibilizado para o setor agrícola em 2002, que foi da ordem de R\$ 24,7 bilhões.”(Oliva, 2010, p. 235)³⁷

³⁷ Dentre as diferentes formas de financiamento de projetos via bancos públicos, o papel ocupado pelo BNDES é de destaque, como pode ser visto no exemplo a seguir:

Ainda no que diz respeito à agropecuária, o Brasil também se firmaria como ponta de lança mundial no estudo e desenvolvimento da agroenergia, debate fundamental em tempos de crise ambiental, considerando, por um lado, os malefícios e limites da utilização dos combustíveis fósseis, e, por outro, a necessidade da busca por outra fonte de energia, tendo em vista que o petróleo ainda é a principal fonte de energia do planeta, um bem não-renovável.

Com a relevância do debate, Oliva coloca que esta foi uma preocupação central nos governos PT e aliados, que fomentaram a produção desta nova fonte de energia através de uma série de políticas públicas, como “a criação da Embrapa Agroenergia, a formulação do Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011, e a aprovação das Lei nº 11.097/05, que dispõe sobre a introdução dos biocombustíveis na matriz energética nacional e prevê a adição de, no mínimo, 5% em volume de biodiesel no diesel mineral. Atualmente, o país dispõe de 46 usinas de biodiesel e 417 usinas sucroalcooleiras.” (Oliva, 2010, p. 232-3)

E este avanço [de álcool combustível, energia limpa], de acordo com o autor, se deu sem prejudicar a área destinada à produção de alimentos – o que consistiria em um dos principais argumentos contra a concentração na produção canavieira do país:

a expansão da cana-de-açúcar não implicou reduzir a área destinada à produção de alimentos. A área colhida de cana-de-açúcar saltou de 5,1 milhões de hectares (ha), em 2002, para 7,1 milhões de ha, em 2008. A produção teve uma trajetória similar, saltando de 364,4 milhões para 571,4 milhões de toneladas. No mesmo período, a área dedicada à produção de grãos cereais e oleaginosas passou de 43,9 milhões para 47,8 milhões de ha, um incremento comparativamente modesto, mas que foi compensado pelo forte aumento dos rendimentos, da ordem de 39,7%. (OLIVA, 2010, p. 233)

Assim, em resumo, para Oliva, o caminho apontado pelo neodesenvolvimentismo brasileiro mostra que, a partir da coordenação estatal, as vantagens relativas históricas presentes no Brasil para a produção de bens agropecuários para exportação não resultam, necessariamente, num aumento da desigualdade social e da

reprodução da dominação política e econômica do latifúndio; ao contrário, esta coordenação possibilita, ao mesmo tempo, o crescimento da produtividade deste setor, a ampliação da reforma agrária, o aumento do crédito ao agronegócio e à agricultura familiar, bem como a produção de novas técnicas que colocam o Brasil no centro do debate mundial da produção de novas fontes energéticas. Os conflitos históricos, que antes pareciam irreconciliáveis, agora parecem ser fatos ultrapassados, uma vez que a demanda de todos os setores podem ser trazidos, debatidos e atendidos pelo Estado brasileiro.

2. Outras abordagens sobre a questão do campo no Brasil do século XXI

A avaliação de Oliva acerca do neodesenvolvimentismo não é consensual. Dessa forma, a proclamada aliança com os setores do agronegócio como fator fundamental ao novo projeto de desenvolvimento social do Brasil, enquanto um dos principais motores propulsores de um plano que visa beneficiar a todas as classes sociais, também é alvo de polêmica.

Há diferentes frentes através das quais podem se iniciar as polêmicas com a corrente neodesenvolvimentista protagonizada por Oliva. Uma das importantes discussões realizadas nessa temática, que será levantada aqui, diz respeito à terminologia, aos conceitos utilizados para a construção da compreensão do neodesenvolvimentismo e, especificamente, sua atuação no campo. Na linha defendida por Oliva, os diferentes setores da produção agropecuária, da pequena unidade de produção que emprega mão-de-obra familiar até o complexo agro-industrial, podem ser classificados como partes de um mesmo conjunto, como componentes da *agricultura* ou *agropecuária* do país.

Para alguns autores, essa forma de classificação apresenta problemas. Para Bernardo Mançano Fernandes, considerar que todos os produtores rurais são *agricultores*,

como um só grupo, camufla as desigualdades econômicas e políticas das relações entre as classes sociais no campo. Assim, para o autor, classificar de forma homogênea os produtores rurais como partes de um mesmo conjunto significaria considerá-los, na prática, como componentes de um agrupamento que dirige suas práticas a partir das mesmas orientações econômicas, políticas, sociais e ideológicas, em único projeto de classe, voltado aos mesmos interesses acerca da produção rural. Para Fernandes, este pressuposto – o de que os *produtores* são partes de um mesmo conjunto – distorce as reais relações sociais, sendo necessário, então, que se diferenciem os tipos de produtores agrícolas sendo os principais: os *capitalistas* e os *familiares*.

A produção capitalista, atualmente, se concretiza a partir do agronegócio, ou *agrobusiness*. Explica o autor que

O agronegócio deriva do modelo estadunidense denominado *agrobusiness*. John Davis e Ray Goldberg construíram o conceito tomando como referência o agrupamento dos sistemas agrícola, pecuário, industrial e mercantil que se formaram na primeira metade do século XX. Atualmente, tornou-se um complexo que reúne também os sistemas financeiro e tecnológico, além do sistema ideológico que produz a propaganda necessária para convencer o mundo de que é o único modelo de desenvolvimento para a produção de alimentos, fibras e agroenergia. O agronegócio é a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar. (...) O agronegócio agora compreendido pelas corporações nacionais e transnacionais é o império que, com o apoio dos governos, se apropria das terras em diversos países da América Latina, África e Ásia mediante um processo recente denominado de estrangeirização da terra, *land grabbing* ou *acaparimiento*. (FERNANDES, 2013, p. 191-2)

De acordo com Fernandes (2013), a necessidade desta divisão extrapola questões simplesmente econômicas, colocando a diferença entre a agricultura *familiar* e a *capitalista* nos marcos de uma diferenciação paradigmática, de projeto econômico, político e social da utilização da terra. Se estes projetos são, estruturalmente, divergentes entre si – uma vez que representariam projetos de classes distintas e opostas –, uma análise que

engloba todos os atores do meio rural como parte de um mesmo grupo camufla, com uma roupagem ideológica de convivência pacífica, a dimensão da contradição, do conflito social. Seria, para o autor, paradoxal a coexistência destes dois modelos produtivos em um mesmo território; em resumo: o avanço do agronegócio – econômica e politicamente – representaria a decadência da agricultura familiar, e vice-versa.

Nas palavras de Fernandes,

Para as organizações do agronegócio, e para o Mapa [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento], o agronegócio é uma totalidade composta pelos sistemas agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico e por todos os agricultores capitalistas e não-capitalistas, grandes e pequenos, o agronegócio e o “agronegocinho” etc. Também compartilham essa compreensão parte da Contag e da Fetraf. Para a Via Campesina, o agronegócio representa as corporações capitalistas que constituem um conjunto de sistemas para a produção de *commodities*, por meio do monocultivo em grande escala, principalmente para a exportação, enquanto os camponeses organizam sistemas baseados na diversidade, pequena escala e mercado local, formando, portanto, outra lógica. [são] agricultores familiares as pessoas que administram e empregam como mão de obra a própria família nas atividades de seu estabelecimento, que não pode ser maior do que quatro módulos fiscais, compreendidos como unidades territoriais determinadas pelos tipos predominantes de exploração e de renda obtida em escala municipal. *Conceber o agronegócio como totalidade é uma estratégia do paradigma do capitalismo agrário. Definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades e mascara, fundamentalmente, as classes sociais.* (FERNANDES, 2013, p. 199-200, grifos meus)

Assim, para o autor, considerar todos os produtores agrícolas como *agricultores* implica generalizar a produção agrícola sob lógica do grande capital – mesmo quando a comparação se dá somente entre as pequenas unidades de produção. Isto é, mesmo quando se trata da pequena produção, desenvolveu-se a ideia da oposição entre *camponês x agricultor familiar*; esta diferenciação, de acordo com Fernandes, teria surgido durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, que, a partir dos avanços na modernização da

produção agropecuária, criaram uma oposição entre os setores *atrasados* e *modernos*. A partir desta diferenciação, o *agricultor familiar* seria aquele que melhor conseguiria se adaptar aos novos tempos, aliando-se ao capital, modernizando sua produção, de modo que esta modernização seja peça chave na superação das dificuldades presentes à pequena produção. O *camponês*, por sua vez, passou a ser comparado a um sujeito atrasado, anacrônico, mas que ainda tinha uma alternativa: transformar-se num agricultor *moderno*. Assim,

O impacto do agronegócio nas agriculturas camponesas do mundo é devastador, colocando em questão se a agricultura capitalista e a camponesa formam parte de um mesmo modelo de desenvolvimento ou se são modelos distintos que vivem em permanente conflitualidade. Aceitar a ideologia do agronegócio como único modelo possível inviabiliza a reforma agrária. (FERNANDES, 2013, p. 192)

Este é um exemplo, para Fernandes (2013), de compreensão distorcida das relações sociais. Para o autor, uma análise correta das relações sociais não supõe a incompreensão de setores supostamente mais atrasados em absorver as tecnologias avançadas; mas deve compreender a subordinação da produção agrária, em todos os aspectos, à lógica capitalista de reprodução. Assim, no que tange à aparente diferença entre *agricultor familiar* x *camponês*, “(...) esse preconceito foi gerado pelo paradigma do capitalismo agrário ao transferir o motivo da diferenciação, que está nas relações de subordinação, para os próprio sujeitos que sofrem com a diferenciação.”³⁸ (FERNANDES, 2013, p. 192-3).

Assim, nota-se que, a partir do pensamento de Fernandes, a utilização de *agricultor*, ou *produtor rural*, ou qualquer outro termo que considere toda a produção rural enquanto parte de um mesmo conjunto, demonstra uma determinada orientação política. As relações entre as posições teóricas e políticas, serão melhor tratadas a seguir.

38 Este processo de homogeneização, porém, recebe oposição de movimentos sociais ligados à luta das trabalhadoras e trabalhadores no campo, como afirma o autor “Essa ideologia está sendo superada pelas organizações camponesas ao afirmarem que as diferenças são criadas pelos distintos níveis de subalternidade ao capital e não pela oposição camponês-agricultor familiar.” (Fernandes, 2013, p. 192-3).

3. O conflito e a integração social

Há, na abordagem de Oliva, uma compreensão de que os conflitos entre classes sociais antagônicas assume papel secundário frente a outras relações sociais. Para o autor, os diferentes grupos têm funções importantes a cumprir em um projeto comum – de defesa dos interesses nacionais, supostamente geral para todos. As ações nessa direção seriam coordenadas pelo governo brasileiro – Partido dos Trabalhadores e seus aliados. A unificação desses interesses significa não considerá-los como antagônicos. Este indício de conciliação de interesses teria sido fundamental para, em um primeiro momento, estabilizar a economia brasileira, e, posteriormente, assegurar que o Brasil sobrevivesse à crise econômica internacional de 2007/8:

A retomada dos investimentos públicos, a reconstrução do sistema de crédito interno, as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, os estímulos ao setor privado dirigidos à expansão dos investimentos, da produção e das exportações, e as políticas de renda e de inclusão social conseguiram, especialmente a partir de 2004, romper a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais. O país passou a viver, assim, um processo que combina crescimento econômico e distribuição de renda. (OLIVA, 2010, p. 168)

Fernandes (2013), por sua vez, procura demonstrar que há, na verdade, uma unidade *aparente*; esta unidade, se cuidadosamente analisada, expõe a existência de diferentes grupos, com diferentes interesses – econômicos, sociais, políticos –, regidos por lógicas produtivas distintas e, não raro, divergentes, disputando entre si. Análises como a de Oliva, que pensam que todos os setores envolvidos na questão agrária no Brasil podem funcionar de modo coeso e em cooperação, segundo Fernandes (2013), defenderiam, em última instância, os interesses daqueles grupos ligados aos setores de maior poder aquisitivo, de maior influência econômica e política – no caso do campo, o agronegócio. Por trás da aparência de unidade, porém, notar-se-ia a permanência dos conflitos sociais, resultado de divergências de interesses entre as classes sociais.

Outros autores já centraram estudos na questão dos *conflitos sociais*, e em como estes conflitos eram compreendidos nas Ciências Sociais, bem como as implicações destas interpretações. Theodor W. Adorno, em um dos seus últimos trabalhos, “Anotaciones sobre el conflicto social hoy”, de 1968, fornece elementos críticos importantes acerca das diferentes formas pelas quais os pensadores percebiam e interpretavam os *conflitos sociais*. Evidentemente, enquanto um trabalho datado do final da década de 1960, não dialoga com exatidão acerca das problemáticas presentes nas relações sociais das primeiras décadas do século XXI; porém, o debate travado por Adorno acerca das interpretações sociológicas do conflito social, e sua relação com o antagonismo de classes, fornece preciosos elementos para a presente discussão. Neste trabalho Adorno debate com correntes das Ciências Sociais, principalmente a Sociologia norte-americana, que fazia, de acordo com ele, uma análise positivista da luta de classes, compreendendo o *conflito social* como as relações conflitantes entre grupos étnicos exclusivamente, ou como as reformas sociais, sem utilizar na análise conceitos como classe, opressão etc. Mesmo quando se utilizava o termo *conflito social*, este deveria ser compreendido não como resultado de um processo social de produção de classes antagônicas³⁹, mas

39 Assim, Adorno elenca diversos autores contemporâneos que seguiriam esta linha interpretativa, como Dahrendorf, para o qual tais conflitos seriam parte da formação e adequação das estruturas sociais, ou Simmel, que compreendia o *conflito social* como uma forma de socialização, desde que não implicasse na destruição do outro. Para estes autores, o *conflito social* seria uma categoria fundamental, pois, além de reconhecido, seria essencial para a regulação das estruturas sociais, que se adaptariam às necessidades expostas pelas partes envolvidas no conflito. Dessa forma, o *conflito social* teria a função de resolver as situações de atrito que poderiam ser nocivas à integração social “[Para Simmel,] La lucha misma, sin embargo, sería “el movimiento de auxilio contra el dualismo desintegrador”, movimiento que a priori sólo se realizaría en el ámbito de las normas comúnmente reconocidas.” (ADORNO, 2004, p. 166).

Interpretando Dahrendorf, Adorno afirma que, para aquele, há estruturas fundamentais do social, e, dessa forma, a sociedade, que teria caráter antagônico, possui conflitos sociais que gerariam mudanças sociais legítimas, porém contidas, nos limites deste tipo de sociedade. Neste sentido, outros autores, como Coser, pensam o conflito a partir da tese “del efecto creador de unidad del conflicto a las denominadas sociedades pluraristas actuales. Los conflictos de los grupos interdependientes de forma múltiple deben, superándose recíprocamente, tanto fijar el sistema social como impedir su petrificación.” (ADORNO, 2004, p. 168). Ou seja, o conflito social, mesmo como resultado de um antagonismo social, seria fundamental à integração e adaptação do sistema social.

Para Adorno, há, nessas teorias, um impulso aparente à existência do conflito social, uma vez que este teria fundamental papel integrador para o conjunto da sociedade, de modo que, quanto maior o grau da diferenciação presente na sociedade – logo, maior a diversidade de conflitos sociais –, maior a integração deste sistema social. Para Adorno, porém, estas análises não compreendem a fundo as relações sociais,

Los conflictos sociales no habría que considerarlos como disfuncionales y desintegradores para el sistema social, no exclusivamente bajo el aspecto de su anomalía, sino como motores que servirían al “mantenimiento, armonización o adaptación de las relaciones y de las estructuras sociales”. (ADORNO, 2004, p. 166).

O surgimento destas teorias possui uma explicação histórica. Para Adorno, as conquistas da classe trabalhadora de melhores condições de trabalho e vida, realizadas via organização sindical, com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, fizeram com que os trabalhadores fossem, progressivamente, integrados ao sistema capitalista. Assim, com a integração dos trabalhadores, a não-mobilização das massas pelo conflito entre as classes sociais antagônicas traz a base concreta para o surgimento de vertentes teóricas que esvaziam as interpretações dos conflitos sociais do seu conteúdo de classe. Porém, Adorno afirma que o antagonismo fundamental e objetivo da sociedade não desaparece com a integração dos trabalhadores ao capitalismo; os processos sociais que produzem as classes sociais não mudaram, apesar da integração: ainda existiam classes sociais antagônicas. Nesse sentido, o conhecimento sociológico precisaria captar a forma pela qual se manifestam as contradições das classes, objetivamente presentes, mas reprimidas⁴⁰.

servindo para ajustar a sociedade a um pensamento esquemático, no qual

La multiplicidad aparente de las luchas estimuladas oficialmente, cubiertas por así decir por una especie de bóveda, de los conflictos sociales que están previstos por el esquema afinado, parodia una situación siempre desunida por mor del manetimiento de las relaciones existentes. Las teorías al uso del conflicto social (...) aciertan en él solo lo que está articulado y coisificado em roles de instituciones de este lado de la violencia perenne, que se oculta tras la reproducción de la sociedad. Implícitamente se piensa en ello ya el control social de los conflictos que habría que “regular”, “dirigir” y “canalizar” “eficazmente”. (ADORNO, 2004, p. 169)

Assim, o conflito social surgiria, como categoria social, quando esvaziado seu conteúdo de classe. Assim, em Adorno, a compreensão oferecida por estas teorias acerca do *conflito social* se afasta das bases objetivas dos antagonismos sociais, mas “Estes se ven neutralizados convirtiéndose bien em modo de conducta de individuos concretos – por ejemplo de inadaptados a la denominada cultura em la que se encuentran (...)” (ADORNO, 2004, p. 170). Dessa forma, nessa avaliação, os conflitos sociais, em maior ou menor magnitude, acabam sendo entendidos como ações de indivíduos.

40 Para Adorno, no que tange aos conflitos sociais, a estrutura social antagônica de classes pode ser percebida em conflitos que, aparentemente, nada teriam a ver com a contradição entre capital e trabalho; mesmo com conflitos ocorrendo inclusive na esfera privada, há uma estrutura social que pode ser captada

No estudo de Adorno, é importante lembrar, ainda havia diversos exemplos de países regidos sob as diretrizes do chamado Estado de Bem-Estar Social. Se se deseja utilizar partes destas contribuições para a compreensão dos acontecimentos ocorridos, por exemplo, da América Latina, é importante localizar, primeiramente, que, nesta parte do continente, a integração social nunca se aproximou do que foi visto no continente europeu. Assim, utilizando as conclusões de Adorno, a integração social seria muito mais instável nos casos latino-americanos. No caso brasileiro, por exemplo, a fragilidade da integração social seria notável e histórica, ao ponto de se perceberem permanências indícios de continuidade com estruturas sociais coloniais de segregação social; como afirma Florestan Fernandes,

No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas, em cada uma das três fases que marcam a evolução interna do capitalismo. Em nenhuma delas tivemos uma réplica ao desenvolvimento capitalista característico das nações tidas como *centrais* e *hegemônicas* (quanto à irradiação e à difusão do capitalismo no mundo moderno). Ao contrário, nas três situações sucessivas, o desenvolvimento capitalista apresenta traços típicos

pelos fenômenos. Por isso, não se deve deixar escapar as relações entre os fenômenos aparentes e sua ligação com a estrutura social geradora de classes antagonicas, que podem ser captadas através da explosão dos *conflictos sociais*.

Nos países centrais, à época do trabalho de Adorno, o autor registra que a contradição capital-trabalho não era nítida, de modo que os trabalhadores tinham conflitos, porém em “lugar equivocado” (ADORNO, 2004, p. 175). Isto é, os inimigos dos trabalhadores não apareciam localizados na burguesia, mas aqueles “tienen fricciones con capataces, maestros, superiores en una jerarquía arriba interminable. (...) em realidad se trata de fantasmas, de personalizaciones mediante las cuales los dependientes intentan traducir a su experiencia vital lo abstracto e inescrutable de las relaciones.” (ADORNO, 2004, p. 175). A luta de classes se mantinha, porém sem, exatamente, um locus específico; os trabalhadores se mobilizariam a partir de suas necessidades imediatas – de modo que a apatia política, por exemplo, não significaria o fim da exploração, mas que, imediatamente, esta não é a necessidade imediata compreendida pelos indivíduos. Nesse mesmo sentido, o conflito social, pouco perceptível quando analisado em um contexto de integração social, se exteriorizaria em fenômenos periféricos (como em relações pessoais, questões psicológicas etc.), onde a integração social não funcionaria completamente – nem mesmo nos países centrais do capitalismo. Por outro lado, ainda que os fenômenos acabem mostrando a existência de uma estrutura reprodutora de classes sociais antagonicas, para Adorno, não se pode simplesmente desconsiderar a diversidade dos conflitos sociais existentes. Em um exercício de dialética, Adorno procura demonstrar como, se desconsiderados os conflitos microcósmicos, se os considera somente como dissolvidos em um todo aparentemente integrado, não se compreende de fato a profundidade da desintegração social. Inclusive, afirma que “A escala microcósmica el antagonismo se manifiesta a través de la totalidad del cuerpo social en situaciones excéntricas, parodia por así decir de lo que em momento se llamó espontaneidad.” (ADORNO, 2004, p. 176)

que ele teria de assumir nas nações tidas como *periféricas* e *heteronômicas*, fosses ou não de origem colonial. (...) Por isso, considerando em termos das motivações e dos alvos coletivos dos estamentos dominantes (sob regime do trabalho escravo), ou das classes dominantes (sob regime de trabalho livre), em nenhuma das três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor: 1º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2º) a desagregação completa do *antigo regime* e de suas seqüelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante. (FERNANDES, 2006, p. 262)

A reflexão de Oliva, que carrega consigo uma análise de conciliação entre os diferentes setores do campo no Brasil, pode ser debatida a partir da sugestão trazida acima. Não considerar, na análise da sociedade, a existência de projetos sociais distintos e antagônicos implicaria, a elaboração de uma teoria que visa a preservação da estrutura social, das relações sociais, das instituições sociais existentes; os conflitos sociais que aparecem, nesta linha argumentativa, seriam mais contidos, e, apesar de considerados legítimos, teriam a finalidade de ajustar ainda mais esta estrutura social.

Há, em Oliva, registro de conflitos sociais. Mas são conflitos com agentes bastante específicos: de um lado, grupos sociais – ou representantes destes grupos (economistas conservadores, grande mídia - PIG, “Partido da Imprensa Golpista”, como afirmam alguns –, o capital financeiro especulativo etc.) - que têm em comum o norteamento econômico, político e ideológico do neoliberalismo, e que se direcionariam em oposição às diretrizes do governo Lula, com a finalidade de fazer o país “retroceder” às diretrizes políticas e econômicas do período anterior – que beneficiaria mais diretamente a estes setores, especialmente o capital financeiro. De outro lado, há o governo Lula, como principal força política capaz de criar medidas capazes de trazer melhores condições de vida à população, de coordenar as demais atividades políticas e econômicas do Estado brasileiro para torná-lo um Estado de caráter social. Nem sempre o governo conseguiu, em

razão das tensões com seu grupo opositor, ter suas propostas efetivadas, tendo, muitas vezes, que abrir mão de alguns pontos importantes, pautas de reivindicações históricas dos movimentos sociais, assumidos como compromissos. Um exemplo desta difícil relação surgiu, por exemplo, com a Carta ao Povo Brasileiro⁴¹ (vide Anexo I)

Assim, a relação entre os governos pós-2003, do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, e os setores organizados dos trabalhadores seria, na abordagem de Oliva, mais orgânica que a dos períodos anteriores, de marcado enfrentamento. Tendo em vista a proximidade entre movimentos sociais e governo federal, descrita pelo autor, é importante destacar, em sua abordagem, a localização e a postura das classes sociais na dinâmica social entre as classes no Brasil.

Para Oliva,

Estou seguro de que o governo Lula será lembrado como um ponto de inflexão, o início da emergência econômica, social e política do povo brasileiro e da construção de um novo projeto de Nação. De alguma forma, ele foi uma síntese de tudo que a esquerda e os movimentos sociais construíram ao longo de nossa história, e será o início de muito que virá. (OLIVA, 2010, p. ix)

bem como

A constituição do Novo Desenvolvimentismo no Brasil está se dando no contexto do aperfeiçoamento das instituições republicanas, da expansão dos direitos econômicos e sociais da população e, sobretudo, da incorporação de expressivas

41 Para Oliva, “No entanto, a grave fragilidade macroeconômica do país, agravada pela estratégia do medo impulsionada pela candidatura da continuidade do governo FHC e as incertezas geradas pela eventual vitória de um candidato de perfil popular como Lula impulsionaram um poderoso ataque especulativo financeiro contra o Real, crescente ao longo de toda campanha eleitoral de 2002. A fuga de capitais aumentava diariamente, o câmbio se desvalorizava de forma acelerada, praticamente não tínhamos mais reservas cambiais e a pressão inflacionária ameaçava o que restava da precária estabilidade econômica. Foi nesse ambiente e no calor da campanha que lançamos a “Carta ao Povo Brasileiro” (...). Na “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo. Acredito que a opção por uma transição progressiva foi acertada e fundamental para assegurar a governabilidade democrática, administrar politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudessemos avançar em direção ao novo padrão de desenvolvimento.” (OLIVA, 2010, p. 31-2).

reivindicações dos movimentos sociais nas políticas do Estado brasileiro. (OLIVA, 2010, p. 24)

Para o autor, no governo Lula, os principais movimentos sociais brasileiros teriam participação política ativa, tendo em vista que a vitória de Lula nas eleições teria significado uma conclusão histórica de um processo construído pelo conjunto das organizações da esquerda brasileira. Portanto, defender seu governo seria uma obrigação histórica.

As organizações da classe trabalhadora, participando diretamente das instituições do governo⁴², teriam, ao menos aparentemente, maior facilidade de debaterem no Estado suas demandas – um espaço inédito na história do país. Assim, este seria um governo que fomentaria a “participação social”; dessa forma, o conflito social presente seria, então, entre o governo – progressista, que carregaria consigo um conjunto de setores e movimentos sociais, desde parte do empresariado nacional até organizações da classe trabalhadora⁴³ –, contra os setores retrógrados, mencionados acima, que conformariam uma oposição de direita a esse governo, e, assim, também à classe trabalhadora.

Um exemplo dessa concepção de “participação popular” pode ser notada no seguinte trecho:

No entanto, a mais importante iniciativa foi a relativa à decisiva incorporação de reivindicações expressivas dos movimentos sociais organizados nas políticas governamentais. Mediante a incorporação das Centrais Sindicais às mesas de negociação de políticas públicas e a realização de um grande número de conferências nacionais, foram colhidas reivindicações de muitos segmentos organizados da sociedade que tinham enfrentando, anteriormente, grandes

42 Por exemplo, “Luis Marinho, da CUT, é o novo ministro do trabalho”, de 8/7/2005. Disponível em: orriodobrasil.com.br/noticias/politica/luis-marinho-da-cut-e-o-novo-ministro-do-trabalho/91377/. Acesso em 20/01/2015

43 Neste caso, trata-se especificamente dos setores da classe trabalhadora com tradição de lutas organizadas via sindicatos e centrais sindicais, principalmente a Central Única dos Trabalhadores. Como já debatido anteriormente, há uma profunda discussão atualmente acerca da estrutura social do Brasil contemporâneo, temática que não poderá ser longamente discutida aqui, mas que conta com trabalhos fundamentais para o debate e compreensão da conformação das classes sociais brasileiras no século XXI. Pode-se citar, dentre muitos exemplo, SINGER (2012), BOITO JR., GALVÃO (Orgs.) (2012a), ALVES (2013 a), POCHMANN (2012), BRAGA (2012) etc.

dificuldades para serem ouvidos de forma institucional e legítima. (OLIVA, 2010, p. 28)

Sobre a questão da participação da sociedade civil, representantes de outras classes sociais, não só da classe trabalhadora, teriam espaço de participação no governo do Partido dos Trabalhadores e seus aliados. Estes seriam, por exemplo, setores de empresários nacionais, de industriais que, no período anterior, teriam sido deixados em segundo plano pelo governo Fernando Henrique Cardoso⁴⁴.

Dessa forma, pode-se perceber que, segundo este autor, o principal sujeito na participação e regulação de conflitos é o governo brasileiro. Isto é, Oliva não nega a existência do conflito social, ao contrário, afirma sua existência; porém, coloca como a principal disputa a divergência entre os projetos do governo federal e os dos setores de *direita* - entre um projeto progressista e um retrógrado, trazendo ao protagonismo dessa disputa o próprio governo. Internamente, nos setores que compõem o governo, bem como quanto ao governo federal e seus aliados, haveria também divergências; por exemplo, as organizações da classe trabalhadora, como os sindicatos, tensionariam, institucionalmente, as instâncias públicas para as conquistas de suas demandas. É importante frisar que, mesmo com essa disputa na esfera do governo, nos momentos de polarização deste com os setores da *direita*, o posicionamento esperado das organizações de esquerda seria o apoio ao governo federal⁴⁵.

Assim, pode-se perceber que na análise de Oliva, os antagonismos sociais não dizem respeito aos antagonismos entre classes sociais - estes estariam secundarizados,

44 Ver Cap. I, p. 40.

45 E, de fato, nas últimas eleições presidenciais, a polarização eleitoral levou uma série de organizações localizadas politicamente à esquerda a se posicionarem em defesa do “mal menor”, como foi chamado o PT frente ao concorrente PSDB. Dentre tantos exemplos, pode-se citar: “Movimentos expressam linha política para o segundo turno da eleição presidencial”, de 7/10/2014, disponível em < <http://www.mst.org.br/2014/10/07/movimentos-expressam-linha-politica-para-o-segundo-turno-da-eleicao-presidencial.html>>; “Movimentos Sociais de Agroecologia lançam carta aberta em apoio à Dilma Rousseff”, de 14/10/2014; “Nota da Consulta Popular na Paraíba sobre o segundo turno das Eleições 2014”, de 22/10/2014, disponível em < <http://www.consultapopular.org.br/noticia/nota-da-consulta-popular-na-para%C3%ADba-sobre-o-segundo-turno-das-elei%C3%A7%C3%B5es-2014>>

tendo em vista os êxitos da estratégia política, econômica e social do aparelho governamental na construção do “Brasil: um país de todos”. Tal concepção tem consequências, uma vez que as políticas públicas são determinadas segundo a análise e caracterização que se faz do movimento conjunto da sociedade.

A partir dos pontos demonstrados no trabalho de Fernandes, ao menos no que tange às relações sociais no campo, pode-se levantar questões relevantes acerca da linha argumentativa de Oliva. Se, como afirma Adorno, o antagonismo social, quando não visível nas relações de trabalho, torna-se evidente em fenômenos periféricos – em um momento histórico de Estado de Bem Estar Social –, no subdesenvolvimento (ou nos países “em desenvolvimento”, ou no “Novo Desenvolvimento”), onde a integração social não atingiu níveis de países centrais do capitalismo, as contradições são nítidas, e, assim, a integração social menos estável. Alguns dados permitem perceber que, além dos atritos nas relações de trabalho, as desigualdades sociais permanecem, e se manifestam de diferentes maneiras.

Um dos dados que permite perceber a manutenção das desigualdades sociais no campo, é o que diz respeito à manutenção da concentração de terras no país, e a destinação das verbas públicas para a produção. É interessante comparar os montantes destinados nos programas de fomento à produção às diferentes culturas e unidades produtivas. É bastante notável a diferença presente entre os valores apresentados à agricultura familiar frente ao agronegócio. Conforme explicado por Fernandes,

o agronegócio controla 85% dos recursos destinados ao crédito agrícola, 76% da área cultivável, produzindo 62% do valor bruto e empregando cerca de 26% das pessoas (...). [E, retomando o Censo Agropecuário de 2006, há, no país] 5.175.489 estabelecimentos, dos quais 84,4% (4.367.902) são unidades familiares e 15,6% (805.587) são capitalistas. A área total das unidades familiares era de 80.250.453 hectares e a área total dos estabelecimentos capitalistas era de 249.690.940 hectares. Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi de 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total (...). (...) mesmo utilizando apenas 24% da área agrícola, a agricultura camponesa reúne 74% do pessoal ocupado ou 12.32.225 pessoas, ao

passo que o agronegócio emprega em torno de 26% ou 4.245.319 pessoas. (FERNANDES, 2013, p. 201)

A partir dos dados destacados acima, pode-se perceber como uma grande fatia da verba destinada à produção rural é destinada ao agronegócio, que, concomitantemente, possui a menor quantidade de propriedades e a maior extensão de terras. A prioridade das políticas de financiamento fica nítida quando se leva em consideração, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, o montante destinado às diferentes unidades produtivas:

Tabela 1.4.2 - Valor dos financiamentos obtidos pelos estabelecimentos, por agente financeiro responsável pelo financiamento, segundo as variáveis selecionadas - Brasil - 2006

(continua)

Variáveis selecionadas	Financiamentos obtidos pelos estabelecimentos							
	Total		Agente financeiro responsável pelo financiamento					
			Bancos		Cooperativas de crédito		Comerciantes de matéria-prima	
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	919 116	21 393 992	837 062	16 729 863	64 174	1 026 089	1 749	232 891
Condição do produtor em relação às terras								
Proprietário	732 773	18 395 102	666 217	14 177 963	54 450	906 504	1 368	198 435
Assentado sem titulação definitiva	34 176	260 055	31 795	236 641	1 784	12 687	50	1 705
Arrendatário	44 913	2 218 791	39 818	1 875 335	3 469	77 414	229	30 242
Parceiro	22 865	246 715	20 827	206 630	1 200	15 830	40	2 141
Ocupante	57 914	211 717	53 687	178 675	2 476	11 562	44	325
Produtor sem área	26 475	61 611	24 718	54 619	795	2 092	18	43
Grupos da atividade econômica								
Produção de lavouras temporárias	395 712	13 918 757	354 630	10 275 799	31 338	610 491	1 163	202 086
Horticultura e floricultura	25 120	240 312	22 968	213 596	1 182	10 533	44	556
Produção de lavouras permanentes	89 271	1 770 685	82 037	1 499 642	6 339	149 474	141	4 061
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	689	62 461	594	52 546	82	2 520	2	x
Pecuária e criação de outros animais	384 934	4 923 570	354 924	4 247 720	24 321	245 332	363	25 090
Produção florestal - florestas plantadas	8 354	388 460	7 717	361 811	447	5 467	15	81
Produção florestal - florestas nativas	12 227	44 699	11 656	38 280	326	1 178	14	57
Pesca	1 299	4 824	1 182	3 487	51	209	2	x
Aqüicultura	1 510	40 224	1 354	36 981	88	886	5	289
Recursos provenientes de programas governamentais de crédito								
Não	140 013	9 117 877	107 690	5 702 603	10 929	429 343	1 086	161 658
Sim	779 103	12 276 115	729 372	11 027 260	53 245	596 746	663	71 233
Programas governamentais (1)								
PRONAF	615 592	3 978 201	575 749	3 564 168	41 437	261 071	377	2 035
Outro programa (Federal, Estadual ou Municipal)	153 732	8 027 725	144 232	7 230 578	10 269	313 890	251	68 727
PRONAF e outro programa (Federal, Estadual ou Municipal)	9 777	270 133	9 389	232 457	1 539	21 785	35	471
Grupos de área total (ha)								
Maior de 0 a menos de 0,1	8 521	14 918	7 919	13 581	267	572	11	33
De 0,1 a menos de 0,2	4 094	8 292	3 798	7 355	115	357	2	x
De 0,2 a menos de 0,5	13 929	30 163	13 105	28 135	387	667	10	22
De 0,5 a menos de 1	29 491	56 567	27 804	50 954	719	1 475	19	56
De 1 a menos de 2	51 877	126 656	48 634	114 345	1 471	3 600	44	75
De 2 a menos de 3	42 441	127 500	39 220	110 020	1 629	6 076	27	110
De 3 a menos de 4	39 681	155 763	36 638	121 813	1 616	6 423	50	171
De 4 a menos de 5	35 697	161 567	32 413	137 744	2 015	7 922	59	154
De 5 a menos de 10	129 500	721 812	116 921	589 938	9 117	50 350	157	1 308
De 10 a menos de 20	188 670	1 354 982	168 962	1 113 258	17 027	104 956	243	1 329
De 20 a menos de 50	195 986	2 194 918	177 599	1 863 122	16 628	179 911	337	3 262
De 50 a menos de 100	73 489	1 451 140	67 362	1 258 610	5 696	127 147	158	4 338
De 100 a menos de 200	36 378	1 457 884	33 275	1 258 024	3 092	125 377	142	6 121
De 200 a menos de 500	24 940	2 208 248	22 567	1 862 792	2 288	176 246	179	15 369
De 500 a menos de 1 000	9 503	1 826 364	8 579	1 419 556	782	102 616	121	31 238
De 1 000 a menos de 2 500	5 854	4 323 782	5 236	2 814 301	422	85 453	105	39 358
De 2 500 e mais	2 590	5 111 823	2 312	3 911 696	108	44 849	67	129 896
Produtor sem área	26 475	61 611	24 718	54 619	795	2 092	18	43

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

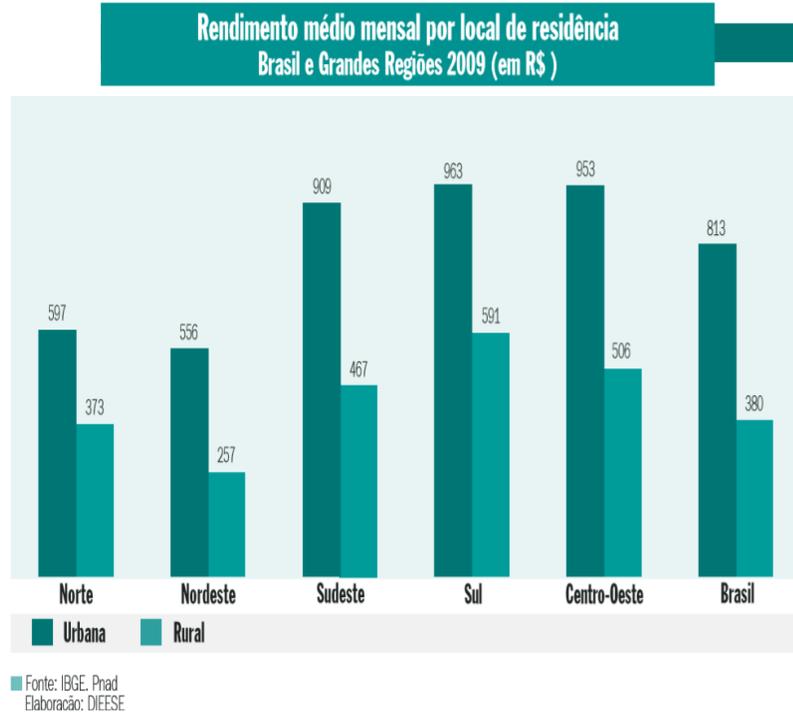
De acordo com o Censo Agropecuário 2006, 919.116 estabelecimentos obtiveram alguma forma de financiamento (bancos, cooperativas de crédito, comerciantes de matéria-prima – com larga vantagem dos bancos), totalizando um total de R\$ 21.393.992.000,00 (sendo os bancos responsáveis por R\$ 16.729.863,00 deste total). Destes 919.116, 779.103 estabelecimentos conseguiram o crédito via programas governamentais de crédito. As contradições começam a partir dos primeiros dados destacados sobre os programas. O Pronaf, pensado para atingir famílias de menor poder aquisitivo, e que atinge a maior parte dos estabelecimentos que tiveram acesso a crédito via programa governamental (615.592 estabelecimentos), liberou R\$ 3.978.201.000,00, enquanto “outros programas” atingiram 153.732 estabelecimentos, liberando, porém, R\$ 8.027.725000,000.

Ou seja, o maior acesso a crédito rural, no país, se dá, prioritariamente, a uma minoria de estabelecimentos rurais, produtores de lavouras temporárias e pecuária – produtos protagonistas no setor exportador. A concentração da terra, no país, por sua vez, segue sendo uma marca característica da produção agropecuária. A tabela abaixo, também do Censo Agropecuário de 2006, mostra a grande extensão de terras ocupadas por um número bastante reduzido de propriedades – o que permite a conexão entre os saldos positivos registrados na exportação, porém desde que com a manutenção da concentração de terras.

Grupos de área total (ha)		
Maior de 0 a menos de 0,1	101 291	3 749
De 0,1 a menos de 0,2	50 206	7 039
De 0,2 a menos de 0,5	165 435	55 028
De 0,5 a menos de 1	289 905	199 013
De 1 a menos de 2	442 163	563 899
De 2 a menos de 3	319 671	711 147
De 3 a menos de 4	256 148	826 226
De 4 a menos de 5	215 988	947 784
De 5 a menos de 10	636 344	4 484 892
De 10 a menos de 20	736 798	10 289 758
De 20 a menos de 50	843 920	26 120 877
De 50 a menos de 100	390 882	26 483 343
De 100 a menos de 200	219 432	29 218 870
De 200 a menos de 500	150 698	46 384 925
De 500 a menos de 1 000	54 158	37 240 391
De 1 000 a menos de 2 500	32 242	48 640 082
De 2 500 e mais	15 336	101 503 014
Produtor sem área	255 019	0

Além da concentração fundiária persistente no Brasil, há outras desigualdades sociais presentes que merecem atenção e estudo – mas que, infelizmente, pelas limitações deste trabalho, não poderão ser devidamente aprofundadas. Na discussão realizada em Adorno, em diferentes momentos se questionou a capacidade do capitalismo para integrar todo o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras. Porém, a falta de integração social pode ser mais profundamente percebida se se considera também as desigualdades sociais presentes intraclasse.

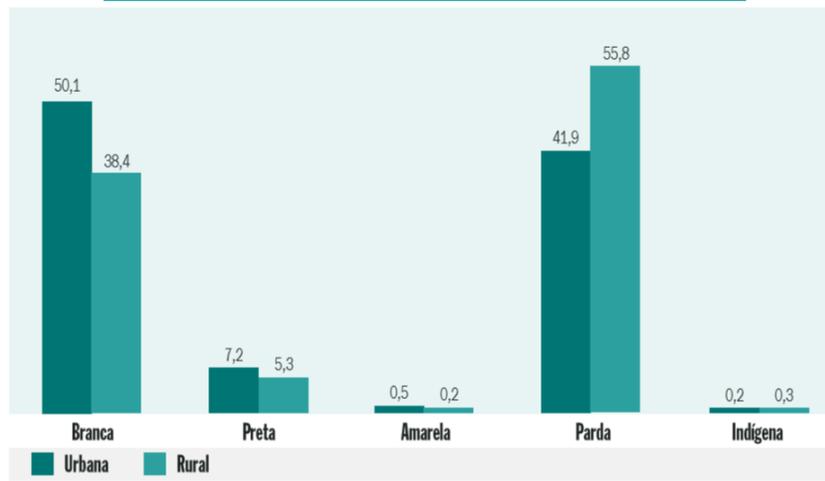
De acordo com os dados do DIEESE, pode-se afirmar um velho lugar comum sobre os estudos do campo: a população rural enfrenta piores condições de vida, como, por exemplo, pode-se perceber na comparação dos rendimentos de trabalhadores rurais e urbanos;



Considerando o salário-mínimo estipulado pelo DIEESE, em setembro de 2009, data de elaboração dos dados, a remuneração mínima que um trabalhador deveria receber, no Brasil, seria de R\$2.065,47 . Nota-se, primeiramente, que a média em nenhuma das regiões atinge metade do rendimento previsto pelo salário-mínimo estipulado pelo DIEESE. Em segundo, é importante destacar que é visível a acentuada diferença de rendimentos entre os meios rurais e urbanos, em todo o país, como no caso do Nordeste, onde o rendimento do domicílio em meio rural não atinge a metade do domicílio urbano, que, por sua vez, não atinge um terço do salário-mínimo do DIEESE.

Há que se acrescentar também outra questão interessante para análise da realidade da população brasileira: o campo, sendo o local onde, em média, a população enfrenta piores condições de vida, possui, proporcionalmente, maior população negra (não branca)

**Distribuição da população por cor/raça, segundo local de residência
Brasil 2009 (em %)**



Fonte: IBGE, Phad
Elaboração: DIEESE

Outro dado de grande importância: conforme tabela abaixo, é grande a porcentagem de mulheres que, no campo, não possui rendimento (possivelmente pelo fato destas, na divisão do trabalho familiar, acabarem sendo restringidas ao trabalho doméstico, liberando a outra parte da mão-de-obra familiar); e, quando recebem, este rendimento é surpreendentemente menor que o dos homens. Aqui, então, mais uma vez se confere a avaliação afirmada por Silva⁴⁶, Madsen, e outros pesquisadores: a exploração do trabalho

46 É necessário o destaque aqui às formas pela qual a exploração do trabalho se tornam mais intensas em determinados setores da classe trabalhadora. Um clássico da sociologia rural brasileira, *Errantes do Fim do Século*, possui, dentre tantos outros méritos, a qualidade de perceber como, no processo de “expropriação, exploração-dominação, e exclusão de milhares de mulheres e homens, produzidos no bojo da *modernização trágica* implantada na década de 1960, cujos efeitos, além do maciço êxodo rural, foram traduzidos por um violento processo de proletarização.” (SILVA, 1999, p. 15),

Para compreender o processo de exploração do trabalhador migrante a autora se centra na compreensão do eixo da exploração-dominação por meio de três organizações sociais que se misturam e marcam as vidas: classe, gênero e étnico/racial. Ou seja, por trás dos trajés e da fuligem do corte, vê-se o negro, a negra, o migrante, o homem, a mulher – a dominação está para além da economia, influenciada por significados de gêneros e étnicos/raciais.

A autora não coloca a dominação somente no campo político e a exploração no campo econômico; ao invés de oposições dualistas, estas representam uma relação simbiótica, faces do mesmo fenômeno. Não há uma hierarquia e preponderância entre as organizações de classe, gênero e étnica; de acordo com o momento, cada uma delas pode ser ou não mais influente que as outras. Além disso, há a atuação das organizações de gênero e raça/etnia, que aprofundaram diferenciações, levando ao agravamento da exploração e dominação. Ao se analisar o processo de expropriação, é possível se compreender as diferenças sociais. Não é a

aumenta conforme o grau de opressão social acumulado no indivíduo (isto é, as piores condições de vida são enfrentadas pela população negra e pelas mulheres, opressões que, quando concentradas em um indivíduo, se somam, rebaixando ainda mais desde a remuneração do trabalho até o acesso a serviços básicos)⁴⁷.

expropriação que causa as diferenças, mas as desigualdades sociais, que nascem nas organizações de gênero e étnico-raciais, vão se perpetuar enquanto tais relações sociais existirem (por exemplo, um migrante é percebido enquanto negro, baiano, diferente de alguém do lugar). Ou seja, o processo de expropriação que desnuda o trabalhador não é independente do processo de exploração-dominação que vem em seguida. Mesmo os trabalhadores estando no mesmo lugar, do “Os antigos coronéis e fazendeiros foram substituídos pelos usineiros e fazendeiros via novos mediadores, sob a égide do Estado e dos aparatos jurídicos.” (SILVA, 1999, p. 19) ponto de vista da classe social, eles se diferenciarão pelas categorias de gênero e étnico-racial. Frente às outras classes sociais, o “bóia-fria” percebe-se e é percebido como **negado**. São representações de classe e raciais, somadas ao gênero, que contribuem para a construção da realidade de dominação-exploração.

Partindo da discussão foucaultiana, a autora coloca que “a disciplina é um dispositivo cujo objetivo é o *corpo* e seu lugar de construção, as instituições, tais como: quartéis, hospitais, asilos, escolas, prisões e fábricas. (...) No entanto, por detrás desta aparência, não existe um vazio social. As práticas sociais dos responsáveis pelo controle revelam seus conteúdos semióticos, originários das organizações de classe, gênero e raça/etnia. As relações que se estabelecem são mediadas pelas representações destas três organizações sociais.” (SILVA, 1999, p. 164). Os indivíduos explorados são abstratos, mas historicamente determinados, afinal, temos quatrocentos anos de escravidão, peonagem, escravidão hoje, ou seja, fatos que justificam a utilização de palavras como “eito” e “feitor”, além do não-cumprimento dos direitos trabalhistas e da utilização das listas negras.

47 É fundamental destacar, aqui, a existência de outras formas de opressão sobre as quais nem sempre é possível encontrar dados acerca para a discussão. No caso presente, deve-se recordar que, além das mulheres e da população negra, também sofrem violenta opressão homossexuais, bissexuais, travestis, transsexuais, população sobre a qual, neste caso, não há dados nítido que explicitem a situação concreta enfrentada todos os dias.

Rendimento médio mensal, segundo local de residência e sexo Brasil e Grandes Regiões 2009

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)	Homens	Mulheres	Proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)
Norte	764	443	58,0	503	221	43,9
Nordeste	701	429	61,2	305	205	67,2
Sudeste	1.190	656	55,2	613	311	50,8
Sul	1.259	695	55,2	817	347	42,5
Centro-Oeste	1.253	680	54,3	718	262	36,4
BRASIL	1.057	593	56,1	495	255	51,4

Fonte: IBGE, Pnad

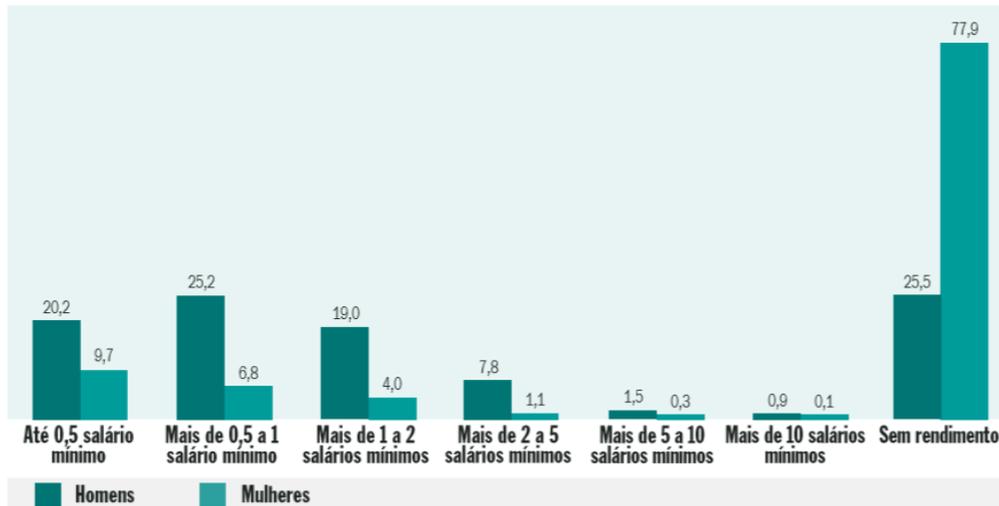
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Foram excluídas as pessoas sem declaração de rendimento

b) Rendimento de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais

c) Valores em R\$ de setembro de 2009

Distribuição dos ocupados na agropecuária por faixa de rendimento, segundo sexo - Brasil 2009 (em%)



Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Obs.: a) A categoria sem rendimento inclui pessoas que receberam somente benefícios
b) Foram excluídos os ocupados sem declaração de rendimento

Ao elencar contribuições acerca da situação concreta da população brasileira, e, no caso, da que vive no campo, há pontos importantes a se considerar. Primeiro, ainda que não se tratem de opressões necessariamente ligadas diretamente à contradição capital-trabalho – ainda que, de fato, a reprodução destas opressões impacte consideravelmente, por exemplo, na remuneração do trabalho, bem como seja fator fundamental nas relações sociais –, permanecem as desigualdades sociais presentes entre brancos e negros, bem como entre mulheres e homens, de modo que, quanto mais o indivíduo faça parte de setores oprimidos (negros, e, mais ainda, mulheres negras)⁴⁸, piores são suas condições de vida. Segundo, permanecem também as enormes desigualdades entre a grande e a pequena unidade produtiva, no que tange tanto à concentração de terra, à produção e à destinação de verbas públicas para a produção.

Estes são exemplos, dentre tantos outros que podem ser longamente trabalhados

48 Aqui aplica-se, também, a mesma questão acerca das opressões ligadas à sexualidade.

acerca da existência de conflitos sociais que se reproduzem, inclusive ao longo dos governos do PT e seus aliados, estando no locus “exato” ou não da luta de classes – ainda mais ao se considerar da América Latina, onde a integração econômico-social nunca se deu por completa.

Não há espaço, neste trabalho, para uma análise aprofundada de cada um destes exemplos. Porém, em um sentido geral, pode-se perceber a manutenção de abismos sociais e econômicos no Brasil. Aceitar como verdadeira a explicação de Oliva, que localiza os conflitos sociais não entre as classes sociais – controladas pelas diretrizes políticas do governo federal -, mas entre o governos e seus opositores de direita acaba significando não compreender a profundidade destas desigualdades, e, assim, a gravidade da desintegração social. Política e teoricamente, a partir dos escritos de Adorno, tal abordagem acaba advogando em defesa manutenção das estruturas e instituições sociais, que, como visto acima, apesar do discurso teórico-político que sugere conciliação, oferece estes e outros tantos exemplos de manutenção do abismo social entre classes e da continuidade da opressão a setores já historicamente oprimidos.

4. O neodesenvolvimentismo e a manutenção da situação de dependência

Podem-se perceber, também em Sampaio Jr., críticas levantadas ao pensamento neodesenvolvimentista que podem ser relacionadas aos elementos trazidos aqui a partir dos estudos de Fernandes. No que tange a discussão dos conflitos sociais e das possibilidades de ação do Estado brasileiro, o autor acrescenta um importante elemento: a questão internacional⁴⁹.

A análise de Sampaio Jr. problematiza as reais possibilidades de ação autônoma – ainda que relativa – do Estado brasileiro; isto é, acerca das possibilidades do governo

49 Não há espaço, neste texto, para aprofundar discussões importantes acerca da situação internacional brasileira, como a discussão do subimperialismo (FONTES, 2010)

federal acionar medidas - políticas, econômicas e sociais - de modo consideravelmente autônomo, como se a questão do desenvolvimento, no neodesenvolvimento, pudesse ser resolvida a partir de “vontade política”, como se a resolução de contradições históricas da sociedade brasileira dependesse, principalmente, de um conjunto de ações do governo federal. Em outras palavras, como se o poder público fosse capaz de internalizar o centro de decisões políticas e econômicas do país – mesmo sem a mudança das bases fundamentais da economia brasileira e com manutenção da segregação social. Esta é uma questão fundamental, uma vez que, ao se abstrair os condicionantes estruturais do funcionamento da economia brasileira, não se atribui a centralidade necessária aos interesses estratégicos, internos e externos, acerca da continuidade da dependência do país.

Assim, para Sampaio Jr., é necessário considerar, ao se estudar a realidade brasileira, a profundidade da manutenção – ou do rompimento – dos laços de dependência do país com o exterior, bem como a grave desigualdade social, fatores fundamentais na definição dos limites de ação de uma economia dependente. Para esse autor as interpretações neodesenvolvimentistas, em geral, não dariam a devida atenção àquilo que classifica, com referência a Florestan Fernandes, como *dupla articulação* – dependência externa e segregação social – que garantiria a situação de subdesenvolvimento do país, de modo que,

Não se questiona os obstáculos ao desenvolvimento gerados pela situação de dependência e pelas estruturas responsáveis pela extrema desigualdade social(...) Em suma, o neodesenvolvimentismo procura desvendar a quadratura do círculo, imaginando a possibilidade de uma política econômica ideal capaz de conciliar crescimento e equidade. Ao identificar a realidade da economia brasileira contemporânea com o desenvolvimento capitalista virtuoso, o novo desenvolvimentista revela-se tal qual é - uma apologia do poder. Não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial.” (SAMPAIO Jr., 2012, p. 672)

Ainda que, em sua tese, Oliva trate da política externa brasileira (Parte IV);

bem como recorde que o país teve, por toda sua história, uma estrutura social de segregação, fazendo uma retomada da economia brasileira colonial e pós-independência; além de destacar como o fator externo foi determinante na implementação e predomínio das políticas neoliberais no Brasil nos anos 1990 (Parte I, capítulos 1 e 2); o autor não desenvolve uma reflexão acerca da problemática das relações de dependência no mesmo sentido de Sampaio Jr. Isto se explica porque, para Oliva, o Estado brasileiro, via governos do PT e aliados, além de, na última década, adquirir caráter social – inédito na história –, aumentou sua presença e influência política internacional.

O Estado brasileiro, nesta análise, não teria sofrido os efeitos da profunda crise econômica internacional. Assim, os governos pós-2003 seriam responsáveis por *transformações estruturais*, de ruptura com o passado colonial (mesmo que cedendo, conforme visto anteriormente, em alguns momentos, pontos para os setores opositores).

Para Sampaio Jr., dentre outros autores, a história do debate do desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina permite perceber que o rompimento com a situação de dependência de uma economia periférica, como a brasileira, está relacionada a fatores que estão além das decisões políticas que dizem respeito às questões internas do país, mas liga-se aos acontecimentos de âmbito internacional. Por exemplo, no momento de avanço do capital monopolista, “o controle político e econômico da periferia capitalista passava a ser tarefa vital (...), à medida que aquela se constituía enquanto o último espaço disponível para a irradiação deste padrão de organização da vida e da sociedade.” (Fernandes, 2006, p.297).

Isto é, as relações econômicas entre os planos interno e externo ultrapassam, obviamente, questões que se restrinjam a números e contabilidade, mas carregam consigo relações de dominação política. Furtado (1980) chamou a atenção sobre a necessidade de compreensão histórica para o entendimento das relações de dependência, e diferentes formas assumidas pela exploração capitalista nestas relações;

Impõe-se, portanto, uma visão global do sistema capitalista que tenha em conta o que é invariante em suas estruturas e o que surge da História e está em permanente transformação. (...) Que o sistema capitalista se haja estruturado na polaridade centro-periferia,

desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação-dependência é essencialmente um fato histórico, que a ninguém ocorreria de considerar como uma “necessidade”, consequência inelutável da expansão do modo capitalista de produção. Mas esse fato histórico iria condicionar a evolução subsequente das estruturas do sistema. Graças a ele, a acumulação no centro seria ainda mais rápida, aprofundando-se o hiato que o distingue da periferia. Daí que as estruturas sociais hajam sido cada vez mais diversificadas. Dada a forma histórica que assumiu a expansão do capitalismo industrial, já não seria possível defini-lo com base exclusivamente na idéia de generalização da forma mercantil de apropriação do excedente. E também inerente à sua morfologia atual um sistema de divisão internacional do trabalho, que reflete e reforça relações de dominação-dependência. (FURTADO, 1980, p. 82-3)

Conforme já discutido anteriormente, conceitos carregam consigo concepções teóricas e têm carga histórica. O mesmo ocorre com o termo *desenvolvimento*. Na discussão de Sampaio Jr.⁵⁰, no pensamento desenvolvimentista das décadas de 1950-60, a discussão do *desenvolvimento*, mais que uma discussão econômica, referia-se a um complexo momento de polarização internacional.

O desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional. (SAMPAIO Jr., 2012, p. 673-4)

50 Para mais elementos aos debate de desenvolvimento, ver Furtado (1980), Diniz (2011), Vargas (2009) etc.

Neste desenvolvimentismo, está presente uma perspectiva utópica de capitalismo nacional autodeterminado, capaz de internalizar os centros de decisão política e econômica no país, sobrepondo interesses nacionais aos interesses externos. Há que se recordar que este pensamento se deu em contexto mundial de Guerra Fria; assim, o ato de propor, teoricamente, um modelo de desenvolvimento autodeterminado por um país periférico implicava, necessariamente, um posicionamento de confrontação política e ideológica. Para o pensamento desenvolvimentista, o capitalismo na América Latina trazia consigo a marca da perpetuação da articulação das relações de dependência: dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais (Vargas, 2009). Tal articulação comprometeria o controle da sociedade nacional sobre os fins e meios do desenvolvimento, perpetuando, assim, sua condição de subdesenvolvimento.

A subordinação da vida econômica nacional à lógica ultra-especulativa do capital internacional e à reprodução de estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes - molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial. (SAMPAIO Jr., 2012, p. 674)

De acordo com Sampaio Jr., para a superação do subdesenvolvimento, os desenvolvimentistas pensavam ser fundamental a destruição das relações estruturais de dependência. Isto incluía, como, por exemplo, o enfrentamento ao imperialismo e às bases objetivas e subjetivas do regime de segregação social, como o “latifúndio e os privilégios aberrantes de burguesias dependentes, cuja força se alimenta na pobreza e na miséria de expressivos contingentes da população.” (SAMPAIO Jr., 2012, p. 674). Isto porque, de acordo com Furtado,

Na América Latina, o desenvolvimento induzido pela revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos foi suficiente para

transformar parte dos sistemas economicos herdados da época colonial, mas totalmente insuficiente para criar sistemas autonomos, capacitados para autogerar o crescimento. Dessa forma, a América Latina permaneceu como simples “periferia” das economias industriais desenvolvidas numa fase avançada, quando os mercados de produtos primários haviam perdido o seu vigor de expansão inicial e estavam longe de poder gerar o impulso de que necessitava. (FURTADO, 1968, p. 38)

Esta forma de inserção, das economias periféricas, no capitalismo internacional, seria parte componente da manutenção da sua estrutura de subdesenvolvimento, pois, ao se inserir de modo submisso, sujeito aos interesses externos, diminuía as possibilidades de coordenação entre a economia e os interesses internos do país⁵¹;

a considerável dificuldade de coordenação de suas economias no plano interno, em razão da forma como se estão articulando com a economia internacional no quadro das grandes empresas (...). Frequentemente esse aparelho [o Estado] é controlado de fora do país, mas por toda parte ele está sujeito a ser empolgado por grupos surgidos do processo político interno, o qual varia de lugar para lugar e, com as circunstâncias, dentro de um país, mas em toda parte está marcado pelo sentimento de impotência que resulta da dependência em que se encontram as atividades econômicas fundamentais de decisão externas ao país. (FURTADO, 1974, p. 61-2)⁵²

Ocorreu, porém, um importante conjunto de acontecimentos que alterou a rota do pensamento desenvolvimentista. Sampaio Jr. localiza o intervalo entre os anos de 1964 e

51 Como afirma Furtado, “Cabendo-lhes grande parte das decisões básicas com respeito à orientação dos investimentos, à localização das atividades econômicas, à orientação da tecnologia, ao financiamento da pesquisa e ao grau de integração das economias nacionais, é perfeitamente claro que os centros de decisão representados pelos atuais estados nacionais passarão a plano cada vez mais secundário.” (FURTADO, 1968, p. 44).

52 Dessa forma, diferente de assegurar o cumprimento das necessidades internas do país, o Estado teria uma função importantíssima, no sentido da manutenção da ordem local para a reprodução do capital; “Essa debilidade do Estado, como instrumento de direção e coordenação das atividades econômicas, em função de algo que se possa definir como o interesse da coletividade local, passa a ser um fator significativo do processo evolutivo. Impotente em coisas fundamentais, o Estado tem, contudo, grandes responsabilidades na construção e operação de serviços básicos, na garantia de uma ordem jurídica, na imposição de disciplina às massas trabalhadoras. O crescimento do aparelho estatal é inevitável, e a necessidade de aperfeiçoamento de seus quadros superiores passa a ser uma exigência das grandes empresas que investem no país.” (FURTADO, 1974, p. 61)

1973 - o ciclo de golpes militares na América Latina – como determinantes para os rumos da revolução burguesa neste continente.

Apoiadas pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação - dependência externa e segregação social - como alicerce fundamental da acumulação de capital na região. A contrarrevolução jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas. (...) Acabava a ilusão de um capitalismo civilizado. O brutal desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho tornou-se premissa fundamental do capitalismo no continente. (SAMPAIO Jr., 2012, p. 676-7)⁵³

As consequências desse momento para a teoria desenvolvimentista são profundas. Há uma revisão do estruturalismo desenvolvimentista, fundamentado em Celso Furtado, e o novo conjunto de ideias que se torna dominante é aquele que deixa de perceber a contradição fundamental entre imperialismo e desenvolvimento. De obstáculo, o capital externo passa a ser necessário ao desenvolvimento – o trabalho que emerge como referência da harmonia entre o desenvolvimento e a situação de dependência é o de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Explica Sampaio Jr. que

Logo em seguida, foi diluída a contradição entre pobreza e desenvolvimento capitalista autodeterminado. A integração social deixou de ser vista como obstáculo à incorporação de progresso técnico – pré-requisito do próprio desenvolvimento – para se converter em resíduo colonial sem maiores consequências para o dinamismo capitalista. (SAMPAIO Jr., 2012, p. 677)

53 Sampaio Jr. registra, então, um fato importante: a ascensão e queda do projeto desenvolvimentista está casado com a ascensão e queda da industrialização por substituição de importações. Isto é, “A reflexão sobre o papel estratégico da industrialização como base de um sistema econômico nacional respondia às necessidades concretas de sociedades nacionais que se encontravam na encruzilhada decisiva de sua formação como sociedade nacional. Logo, a construção da indústria nacional, a organização de centros internos de decisão, a formação da *intelligentsia* nacional, a consolidação de projetos nacionais que orientassem a ação da política econômica e o desenvolvimentismo como expressão de uma consciência crítica sobre a natureza dos problemas nacionais faziam parte de um mesmo processo, cujo sentido histórico estava indissolúvelmente relacionado com o desfecho da revolução burguesa no continente nas décadas de 1950 e 1960. A expressão máxima dessa corrente de pensamento, que representava no plano das ideias os sonhos românticos das facções burguesas progressistas, está associada aos trabalhos de Raul Prebisch que estabeleceram as bases da Economia Política da CEPAL. No Brasil, a crítica ao subdesenvolvimento alcançou sua forma mais elaborada nos trabalhos teóricos e nas análises históricas de Celso Furtado.” (Sampaio Jr., 2012, p. 675)

A partir deste movimento teórico, no qual se pode perceber o desaparecimento da contradição entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, “a dinâmica do atraso econômico deveria ser buscada nas fragilidades e potencialidades *internas* do sistema político e social, ao contrário das interpretações que supunham que este atraso era fruto de “condicionantes externos” à nossa economia.” (VARGAS, p. 31, 2009)⁵⁴.

De acordo com Vargas (2009), este período, no qual se destaca a adesão dos países periféricos aos planos do capitalismo dependente, trouxe, a estes países, um modelo de crescimento econômico e um padrão de modernização ligado ao modelo imperialista, que partia dos países centrais do capitalismo.

Como consequência disso, as estruturas econômicas, políticas e sócio-culturais das sociedades periféricas absorveram as transformações do capitalismo monopolista – incorporando seus padrões de produção, organização e consumo -, sem contudo resolver os dilemas de sua integração nacional sob as bases de um desenvolvimento capitalista autônomo⁵⁵. (VARGAS, 2009, p. 10).

Nas economias periféricas, então, passou-se a adotar a *dependência* como possibilidade para a modernização, sem contrariar, então, a influência e dominação imperialista, e sem a necessidade de acabar com as profundas desigualdades sociais entre as classes – demonstrando, assim, o descompromisso da burguesia local com a questão nacional (VARGAS, 2009, FERNANDES, 2006, MARINI, 2000). Dessa forma, junto ao

54 Sobre a questão da manutenção da segregação social, Vargas afirma que, para Cardoso e Faletto, “as questões relacionadas à distribuição de renda de nenhuma forma interferiam no processo de desenvolvimento que aqui se estruturava. Ainda que os profundos problemas sociais fossem entendidos como produtos de um dado padrão de desenvolvimento, estes não pareciam ser uma preocupação de Cardoso, para quem as atenções estavam voltadas ao porte do capitalismo que aqui se constituía. O desenvolvimento, em sua concepção, não poderia ser compreendido senão pelo padrão dinâmico da acumulação capitalista. Em suas palavras: “Qualquer sistema econômico que queira crescer depende, como é óbvio, da capacidade de acumulação de que disponha. A redistribuição de renda, em si mesma, não constitui o pólo de um gradiente que distingue padrões de desenvolvimento (...)” (VARGAS, 2009, p. 39)

55 É interessante perceber como mesmo as discussões técnicas trazem conteúdo político, de modo a se colocar em questão a neutralidade dos agentes envolvidos. Para Furtado, “Desta forma são os técnicos que, a serviço dos interesses de indivíduos e grupo privados, criam problemas cujas soluções requerem decisões de natureza política. Como as decisões políticas envolvem tomadas de posição com respeito a juízos de valor, isto é, estão no plano da racionalidade substantiva, não é de se surpreender que nos países latino-americanos o processo político gere fortes tensões que comprometem permanentemente a estabilidade das estruturas de poder.” (FURTADO, 1968, p. 13)

movimento internacional de manutenção da situação de dependência, há, também, um sentido interno dessa relação, de modo que “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa *a partir de dentro* e em todos os níveis da ordem social (...)” (CARDOSO & FALETO, 1975, p.18). Nas palavras de Florestan Fernandes,

(...) dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. (FERNANDES, 2006, p. 262)

Estes momentos históricos são fundamentais, e neles ressignifica-se o próprio conceito de *desenvolvimento*; este passa a ser considerado sinônimo de um projeto de industrialização, “deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda resignificação do próprio conceito de desenvolvimento.” (Sampaio Jr., 2012, p. 677). A mudança no significado do *desenvolvimento* traz uma reinterpretação da profundidade do antagonismo entre os interesses das economias centrais e periféricas; se, no desenvolvimentismo estruturalista de Furtado, a contradição presente entre interesses imperialistas e das nações subdesenvolvidas era combustível fundamental na formulação de um projeto de desenvolvimento nacional – que as diversas formas de capitalismo, presentes na periferia do sistema, não se dão por acaso, mas porque fazem parte de um sistema global (FURTADO, 1974), e, por isso, é importante compreender seu movimento internacional, pós-1964 perde centralidade nas análises, fazendo o debate do subdesenvolvimento um debate técnico, aparentemente neutro politicamente – porém, a “neutralidade” esconderia um posicionamento.

Assim, sucessivamente, vai perdendo espaço o debate da criação de um projeto

nacional que fizesse a crítica das relações externas de dependência. O neodesenvolvimentismo, em Oliva, por sua vez, parece caminhar neste sentido; ainda que o autor afirme, em sua tese, que o governo Lula teria “vencido o desafio de Furtado”, ou, mesmo em Bresser-Pereira, assumam-se que a tomada de determinadas medidas neodesenvolvimentistas podem implicar o enfrentamento aos setores “mais poderosos”, não se leva até as últimas consequências a manutenção das relações de poder entre as classes, nacional e internacionalmente. Dessa forma, conclui Sampaio Jr., que, no neodesenvolvimentismo,

Perdem-se os elos inextrincáveis entre presença dominante do capital internacional, vulnerabilidade externa estrutural, desindustrialização e especialização regressiva das forças produtivas. Desaparecem os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, dependência estrutural da exportação de commodities e revitalização do latifúndio e do extrativismo - estruturas típicas da economia colonial. (SAMPAIO Jr., 2012, p. 682)

Por isso, para Sampaio Jr., em geral, o neodesenvolvimentismo acabaria representando uma “apologia do poder”, uma vez que, por um lado, procuraria mostrar as mudanças sociais a partir dos governos brasileiros desde 2003, sinalizando que estes governos assumem, em suas políticas, um caráter de rompimento e transformações históricas – que, aliás, seguiriam em processo. Estas mudanças, porém, não poderiam ser realizadas, por conta de limitações estruturais resultantes da manutenção de uma economia dependente internacionalmente, exportadora de bens primários, junto com a permanência de uma profunda segregação social. Um processo de rompimento profundo, de desenvolvimento autônomo, de transformações sociais, exigiria o enfrentamento direto às estruturas capitalistas que mantêm as relações de dependência. Seria inconciliável, assim, um modelo de crescimento nacional, autônomo, social, porém altamente dependente da produção advinda das grandes propriedades fundiárias e de recursos do capital financeiro. Antes de transformar estruturalmente a realidade deste país, alguns laços de dominação são, ainda, reforçados.

*

Como foi debatido ao longo do texto, diferentes interpretações da realidade possuem consequências políticas diversas. A partir da proposta analítica de Oliva, pode-se compreender que, pensando as relações sociais presentes no meio rural brasileiro, que existe uma convivência harmônica entre a agricultura familiar e o agronegócio, de modo que os excedentes gerados por este, inclusive, viabilizariam aquele. Assim, seriam, no Brasil do século XXI, setores que se complementariam.

No caso de Oliva, ao se debater a localização das classes sociais e suas organizações no Brasil, o antagonismo estrutural entre classes sociais não parece ser uma questão que ainda norteia a conformação da estrutura social do país. Conforme visto, representantes de setores burgueses e dos trabalhadores comporiam instituições do Estado brasileiro, como partes de um projeto de Brasil, “Brasil, um país de todos”.

Teórica e politicamente, não compreender a permanência dos antagonismos estruturais da sociedade, das relações sociais geradoras das classes antagonicas, resulta, partindo das ideias de Adorno, na elaboração de ideias e políticas cujo resultado é a manutenção da ordem social. Isto é, compreender o conflito social não como um antagonismo social, de classe, mas como parte constituinte da sociedade, capaz de assegurar e reajustar as estruturas sociais. Se trouxermos estas reflexões para os processos do campo no Brasil, pode-se refletir sobre constatações interessantes no que tange, por exemplo, o avanço da reforma agrária. Contra uma análise conciliadora acerca das desigualdades da estrutura fundiária rural brasileira, das possibilidades da vida harmônica entre a reforma agrária e uma economia fortemente influenciada pela exportação dos produtos agropecuários, Fernandes parte de uma outra análise acerca dos conflitos sociais no campo – uma vez que, para o autor, se há predominância no incentivo ao setor exportador, a agricultura *camponesa* acaba secundarizada. Explica o autor que

A não superação desse desafio [da reforma agrária] no governo Lula está associada ao fato de não ter enfrentado duas questões

estruturais: a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo, por meio da renda capitalista da terra, e a insuficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa. Nessa condição de sujeição e escassez, é difícil implantar uma política de reforma agrária que destrua o território do capitalismo, ou seja, as propriedades capitalistas, mesmo que não cumpram com sua “função social”, como consta no artigo 184 da Constituição. No entanto, para implementar a reforma agrária é preciso muito mais do que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa (...). *Aceitar a ideologia do agronegócio como único modelo possível inviabiliza a reforma agrária.* (FERNANDES, 2013, p. 191-2, grifos meus)

Assim, para Fernandes, “reforma agrária” é sinônimo de enfrentamento em direção a interesses capitalistas no campo. O desafio da realização da reforma agrária no país, uma reforma que atenda aos interesses dos trabalhadores do campo, e que, ao mesmo tempo, não afete o agronegócio – um setor que compôs a *base aliada* dos governos Lula - é um problema de improvável resolução, ainda que sejam tentadas diferentes soluções, como:

a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas, sim, na regularização fundiária de terras da União. (...) A subordinação da agricultura camponesa ao capitalismo é resultado de políticas de desenvolvimento que determinam essa condição. Mudanças políticas podem romper com os níveis dessa dependência, pois são os governos, na correlação de forças que os apoiam, que definem essas políticas. (FERNANDES, 2013, p. 192).

A timidez na resolução da questão agrária no Brasil pode ser explicada, como visto acima, a partir da falsa relação harmônica entre as classes sociais antagônicas. Isto é, se, aparentemente, todos os setores da sociedade têm benefícios ao se aproximarem do governo federal, estas benesses atingem aos diferentes – e divergentes – setores de modo

muito desigual e questionável⁵⁶; um bom exemplo que ilustra esta relação é a

convivência da hegemonia do capital financeiro com políticas sociais redistributivas estabelecidas no governo Lula. Essa condição permitiu que somente as políticas sociais fossem guiadas pelos critérios da assistência social, como o Bolsa Família. A reforma agrária não é uma política social redistributiva, porque a propriedade fundiária no Brasil sempre esteve concentrada, e tampouco é uma política de assistência social. A reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial. (FERNANDES, 2013, p. 193-4)

Ou seja, também em Fernandes, a coexistência entre capital financeiro – rentista e especulativo –, e agricultura familiar, artificialmente pacífica, impossibilita a realização de uma política efetiva de reforma agrária, uma vez que, mais que uma política de assistência social, a reforma agrária é uma política que atinge um dos principais agentes históricos da economia brasileira, a grande propriedade fundiária. Assim, pode-se perceber como, na aparência de uma relação pacífica, beneficia-se, diretamente, os setores que já se beneficiavam antes nesta estrutura social.⁵⁷

Se trazidos para comparação os planos iniciais elaborados para a realização da reforma agrária no Brasil nos governos PT em relação ao que foi efetivado, pode-se

56 “Questionável” porque, no que tange à reforma agrária, houve, para alguns autores, aumento na concentração fundiária no Brasil entre 2003 e 2010: “Fato é que a concentração de terras nas mãos do agronegócio só se intensificou nesses últimos dez anos. Os imóveis que vão de 50 mil hectares a menos de 100 mil passaram de 32, em 2003, para 135, em 2011. As propriedades com mais de 100 mil hectares passaram de 22, em 2003, para 208, em 2011. Um aumento de quase 1000%.”. Ver: “Concentração agravada”, de 11/01/2013. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/11535>

57 Deste pensamento tira-se uma importante conclusão: o mercado financeiro pode conviver com as chamadas *políticas redistributivas* do governo – inclusive o Banco Mundial teceu elogios ao Bolsa Família, uma vez que com “este tipo de programa, com destinação de recursos equivalentes a “menos de 1,5% ou 1% do PIB” do país em que é implementado, “mostra que se pode fazer verdadeira diferença com programas modestos.”” (“Presidente do Banco Mundial elogia Bolsa-Família no País”, O Estado de São Paulo, 23/04/2009. Ver <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-do-banco-mundial-elogia-o-bolsa-familia-no-pais,359299>) -, não pela preocupação desta entidade com o desenvolvimento socioeconômico da população, mas porque programas como este não ameacem, a fundo, o controle dos setores dominantes da economia. No caso do campo, é preferível aos setores latifundiários e rentistas, por exemplo, a realização de um projeto como o Bolsa Família que a realização de um programa social mais *agressivo*, que possa atacar uma das estruturas do desenvolvimento capitalista no Brasil: a grande propriedade fundiária (Fernandes, 2013). Nos limites desta dissertação, infelizmente, não poderão ser tratadas, com a devida atenção, os programas de governo como o Bolsa Família.

perceber que a diferença é notável. A primeira proposta para realização da reforma agrária no primeiro governo Lula foi elaborada por uma equipe encabeçada por Plínio de Arruda Sampaio, e visava, entre 2004 e 2007, assentar um milhão de famílias.

A proposta contava com a disponibilidade de 120 milhões de hectares de terras suscetíveis à reforma agrária, segundo as estatísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), embora fossem necessários apenas 35 milhões de hectares para assentar 1 milhão de famílias. Considerando que em média a agricultura capitalista controla 70% das propriedades agropecuárias, que representam 300 milhões de hectares, o montante de 35 milhões representava menos de 12% do território capitalista. Não era de fato uma proposta que abalasse tanto as estruturas do poder hegemônico. Mesmo assim, ela não foi aceita pelo governo Lula. (FERNANDES, 2013, p. 194-5)

O Projeto adotado no governo Lula foi o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), que “apresentava como meta assentar 400 mil famílias, financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003 a 2006.” (Fernandes, 2013, p. 195). Isto é, um projeto mais retraído em relação às metas de famílias assentadas que, mesmo assim, não teve metade destas metas atingidas.

A reforma agrária de Lula, em seus dois mandatos, resultou em torno de 37% da meta do II PNRA para o primeiro mandato (...). A regularização fundiária respondeu por 74% da área dos assentamentos, a desapropriação representou 11%, o restante ficou com outras modalidades de obtenção de terras como compra (...). no segundo governo Lula, a reforma agrária perdeu força e os números caíram pela metade. (Fernandes, 2013, p. 195)

Todos estes números permitem a tirada de algumas conclusões. Não se realiza, por exemplo, a reforma agrária no Brasil, bem como qualquer outra medida de efetiva transformação da estrutura social do país, porque medidas como esta trazem, consigo, a inevitabilidade do enfrentamento a interesses diversos: seja dos proprietários nacionais, internacionais, do mercado financeiro etc. - setores que servem, inclusive, como base de sustentação do governo federal, do PT e seus aliados. Assim, a margem de atuação de um governo, mantidas as relações de dependência externa, somadas à existência da

desigualdade social, são muito pequenas frente às aspirações previstas em discursos neodesenvolvimentistas como o de Oliva, que não prevê, por exemplo, a alteração da estrutura fundiária do país, bem como qualquer transformação em relação à aceitação das condições impostas pelo mercado financeiro, como o pagamento dos títulos da dívida pública. Esta avaliação deixa de lado partes centrais da discussão, como os processos sociais estruturais geradores das classes sociais, bem como os processos de dominação imperialista como fatores limitantes a uma economia subdesenvolvida.

Se, no neodesenvolvimentismo de Oliva, não se pretende uma profunda ruptura com setores que, economicamente, estariam ligados à manutenção da situação de dependência do país – como o mercado financeiro e o agronegócio –, a partir da discussão trazida pelos autores desenvolvimentistas e seus críticos, pode-se compreender que a profundidade da independência pretendida neste projeto de desenvolvimento é absolutamente limitada, uma vez que estas relações econômicas refletem, imediatamente, nas possibilidades políticas de um país. Se a discussão tange às possibilidades de ação em um contexto de relações amistosas entre o social, o mercado financeiro e a grande propriedade, pode-se compreender que, estruturalmente, as conclusões a que se chega desaguam na manutenção das relações sociais de dependência do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui se iniciam as conclusões desta dissertação, que se propõe participar de debate contemporâneo, polêmico, e em construção, sobre a temática do neodesenvolvimentismo. Sendo este um tema atual, e destacando as limitações de uma dissertação, as contribuições aqui presentes são também limitadas, tendo em vista a enorme quantidade de autores e assuntos que permeiam esta discussão, e que não foram tratados a fundo, ou sequer foram citados neste texto. São muitas as frentes através das quais se pode iniciar o debate acerca do neodesenvolvimentismo, que passam desde a disputa do significado do conceito até às possibilidades concretas de sua realização, com incontáveis intermediações e discussões que podem ser trazidos à tona, a partir dos agentes envolvidos.

É importante destacar, como feito anteriormente, que este é um debate de interesse público, que envolve autores da Academia, jornalistas, economistas, cientistas sociais – dentre outros agentes cuja posição é importante na formação da chamada “opinião pública” -, além de sujeitos sociais que nem sempre estão próximos das universidades, mas que possuem uma vida política intensa, como sindicalistas, militantes de movimentos sociais, partidos políticos etc. Debater as possibilidades e os limites das propostas neodesenvolvimentistas é, também, participar da discussão sobre a caracterização da situação brasileira nas primeiras décadas do século XXI, e qual o *sentido* (à la Caio Prado Jr) do seu desenvolvimento. Trazendo, para ilustrar a discussão, a comparação proposta por Ianni, quando este discutiu o Brasil entre os anos 1930-70, pensar se o país ainda mantém um *movimento pendular*, isto é,

a história econômica do Brasil, nos anos 1930-70, revela flutuações que lembram um movimento pendular. Em um dos pólos estaria o projeto de criar um capitalismo nacional, ao passo que no outro estaria o projeto de desenvolver um sistema capitalista associado. Em graus variáveis, segundo as condições políticas e econômicas vigentes em cada período, a política econômica governamental tem indicado uma ou outra direção. Mesmo quando as flutuações foram

contraditórias, ou obscuras (quanto ao seu sentido, quanto aos polos possíveis) sempre pareciam estar em jogo os projetos de capitalismo nacional ou capitalismo associado. (IANNI, 1977, p. 288)

Conforme visto no Capítulo I, o conceito de neodesenvolvimentismo está em disputa. Ainda que possam-se perceber traços comuns nas interpretações de diferentes autores e seus respectivos grupos e projetos de pesquisa (ver Cap. I), estas interpretações apresentam variações e divergências sobre, por exemplo, a centralidade da questão social, o protagonismo do mercado, os limites do Estado, o tamanho da determinação deste sobre os mecanismos de mercado (como a lida com as taxas de juros e câmbio etc), dentre outros. E, como um debate contemporâneo, os rumos dessa construção serão determinados a partir do movimento e das contradições explicitadas pela história. Dessa forma, os autores aqui presentes podem, evidentemente, mudar suas posições, reformulando as interpretações do Brasil, bem como poderão surgir outros autores e autoras com diferentes contribuições para a compreensão da realidade brasileira, seja para reforçar a ideia do neodesenvolvimentismo, seja para negá-la, propondo novas teses. Assim, em pouco tempo, é possível que esta dissertação precise ser revista.

Neste trabalho, optou-se por iniciar a discussão do neodesenvolvimentismo a partir da explicação que algumas correntes de autores têm oferecido acerca da temática – lembrando, novamente, que certamente outros autores que debatem a temática ficaram prejudicados nesta discussão. Após este primeiro panorama, no segundo capítulo foram centrados os esforços sobre uma específica abordagem neodesenvolvimentista, a de Aloizio Mercadante Oliva, enquanto quadro político do Partido dos Trabalhadores, membro integrante direto de todos os governos deste partido – e aliados –, e cuja tese de doutorado, *As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula*, oferece uma série de dados e elementos que defendem sua explicação do neodesenvolvimentismo, enquanto um período histórico vivido pelo país desde 2003, de inflexão histórica, de rompimento com o passado colonial.

Mesmo quando se trata de somente uma corrente interpretativa, há diversas possibilidades de diálogos a se estabelecer. Aqui optou-se por debater a forma pela qual

Oliva, em seu trabalho, interpreta as relações sociais antagônicas presentes na estrutura social brasileira, especificamente no campo, ponto central para a compreensão do capitalismo brasileiro e sua estrutura social.

A escolha desta discussão não foi por acaso. Foi utilizada, durante o texto, a abordagem de Adorno, para o qual os conflitos sociais estão diretamente ligados a uma estrutura social geradora de classes antagônicas; e mesmo em sociedades com alto grau de integração dos trabalhadores e trabalhadoras ao capitalismo, ainda existiriam processos sociais geradores destas classes sociais antagônicas. Tal estrutura poderia ser captada em fenômenos que, aparentemente, pouca relação teriam com a contradição capital-trabalho, mas que, se analisados a fundo, mostram a permanência da luta de classes nestas sociedades. Em momentos de grandes crises, os conflitos sociais podem ser compreendidos, com mais facilidade, como conflitos *entre* classes sociais; mas, enquanto estas crises não chegam a tal nível de gravidade, a luta de classes poderia ser captada nestes conflitos sociais que eclodem, como fenômenos. É inconciliável a relação entre capital e trabalho, entre capitalismo e democracia, e diversos autores, mostram que, historicamente, a roupagem de conciliação entre classes antagônicas esconde, um Estado utilizado para a manutenção da ordem social – por qualquer meio, inclusive a violência aberta.

Para citar um exemplo, Furtado (1974), afirma, acerca de um Estado de economia periférica, incapaz de realizar as políticas de *interesse nacional*, que, assim, sofre influência direta de grupos externos,

Essa debilidade do Estado, como instrumento de direção e coordenação das atividades econômicas, em função de algo que se possa definir como o interesse da coletividade local, passa a ser um fator significativo do processo evolutivo. Impotente em coisas fundamentais, o Estado tem, contudo, grandes responsabilidades na construção e operação de serviços básicos, na garantia de uma ordem jurídica, na imposição de disciplina às massas trabalhadoras. O crescimento do aparelho estatal é inevitável, e a necessidade de aperfeiçoamento de seus quadros superiores passa a ser uma exigência das grandes empresas que investem no país. (FURTADO, 1974, p. 61)

Dessa forma, é notável que, neste caso trabalhado por Furtado, a tarefa do Estado passa a ser assegurar, através de suas instituições, a *disciplina* da classe trabalhadora. Mesmo quando se debate a existência de um “Estado mínimo”, como na doutrina neoliberal, a tarefa de garantir a realização do mercado é atribuída ao aparelho estatal, como afirma Harvey⁵⁸,

o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário, pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12)

Nos países periféricos do mundo capitalista, a atuação do Estado na manutenção da ordem e da garantia de realização dos negócios se dá de modo mais explícito. Conforme Ianni (1977), em momentos de crises internacionais, que atingem mais violentamente às economias dependentes diretamente do mercado externo, tornam-se mais evidentes os processos econômicos e os conflitos sociais. E o Estado capitalista precisa responder a estas situações, e o faz da seguinte forma: “Antes de mais nada, o que entra em jogo é a preservação do regime; isto é, das relações e estruturas de dominação e apropriação vigentes.” (IANNI, 1977, p. 304).

Na linha de Oliva, o conflito social não parece devidamente considerado, pois secundariza a relação antagônica presente entre as classes sociais – numa conclusão teórica

58 E, aprofundando as medidas adotadas por um “Estado neoliberal”, Harvey cita um exemplo recente, que mostra o tamanho do poderio que um Estado pode lançar mão: a política externa dos Estados Unidos da América, após 2001 – do ataque ao World Trade Center – demonstrada em relação ao Iraque. “Paul Bremer, chefe da Coalition Provisional Authority, promulgou decretos que incluíam “a total privatização da economia, plenos direitos de propriedade às empresas estrangeiras com negócios iraquianos, o direito de as empresas estrangeiras expatriarem os lucros e a retirada de quase todas as barreiras comerciais”, incluindo serviços públicos, bancos e finanças, meios de comunicação, indústrias manufatureiras, serviços, transportes e construção. Apenas o petróleo foi isentado da taxação (...). O mercado de trabalho, por outro lado, viu-se submetido a uma estreita regulação; o direito de greve foi considerado ilegal e a sindicalização proibida nos setores-chave. Além disso, também se instituiu um “imposto único” altamente regressivo (um plano de reforma fiscal cuja implementação vem sendo há muito tempo defendida pelos conservadores nos Estados Unidos). (...) O pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento vital do pensamento neoliberal e há muito determina a atitude norte-americana no mundo. (...) Em suma, Bremer convidou os iraquianos a cavalgar com seu cavalo da liberdade diretamente para dentro do curral neoliberal.” (HARVEY, 2008, p. 16-7)

e política de que o Estado brasileiro, a partir de 2003, teria assumido caráter social. Assim, o autor localiza o principal conflito social como sendo entre o governo – como representante do conjunto da sociedade – e seus opositores⁵⁹.

Porém, partir das contribuições de Adorno, pode-se afirmar que não considerar, em uma análise, a contradição entre classes sociais não significa que estes conflitos, concretamente, não existam mais, ou que sejam secundários. Significa, por outro lado, compreender a sociedade a partir de uma teoria que, como visto em Adorno, tem uma finalidade política e teórica, de manutenção das estruturas sociais; como se estas se ajustassem aos conflitos sociais existentes, conflitos contidos, que não afetariam profundamente a estrutura social.

Conforme visto, pensando o caso do campo brasileiro, pode-se perceber a manutenção de desigualdades sociais históricas, que vão desde as relações trabalho, pelo salário e propriedade da terra, até outras questões fundamentais, como as relações sociais de opressões – as desigualdades que se aprofundam a partir da cor, do gênero, da sexualidade etc. do indivíduo –, casos que explicitam a fragilidade e parcialidade da integração social brasileira. A estrutura antagônica da sociedade, para Adorno, pode ser mais facilmente captada quanto menor o nível de integração social – historicamente frágil e instável nos casos latinoamericanos, nos quais notam-se casos de integração cuja marca mais característica é a segregação social. Os conflitos sociais, sejam nas relações de trabalho, sejam nos fenômenos periféricos, estariam aí sempre “à flor da pele”.

Uma análise que não compreenda a profundidade de desintegração social também acaba oferecendo uma interpretação distorcida das possibilidades de o Brasil, através de seu governo federal, criar um modelo de crescimento que seja fundamentalmente autônomo. Isto é, afirmar que o Brasil haveria “vencido o desafio de Furtado”, mesmo mantendo, em sua estrutura econômica e social, um modelo econômico que tem como um

59 Na maioria dos autores colocados como neodesenvolvimentistas, ou que reconhecem o momento de novo desenvolvimentismo – dentre os analisados neste trabalho, com exceção à Boito Jr. e Alves –, o conflito social também não é uma categoria fundamental – ainda que estejam explicitadas, para alguns autores, como Bresser-Pereira, a necessidade de confrontação de interesses externos para a implementação de um projeto neodesenvolvimentista (ver Cap. I)

dos principais eixos os recursos da agroexportação, que cumpre, à risca, todos os compromissos assumidos junto ao mercado financeiro, e, como já afirmado acima, continue apresentando traços profundos de segregação social.

Os fatores externos limitantes ao desenvolvimento capitalista do Brasil são estruturais, de modo que sua superação não pode ser realizada se não por via do enfrentamento da dupla articulação do subdesenvolvimento. A conciliação entre o que poderia ser classificado como interesse interno e interesse externo – a partir do exemplo de Fernandes, da *agricultura camponesa* e *agricultura capitalista* – acaba favorecendo os setores com maior poder aquisitivo e influência política, que, aliás, já compunham os grupos que mais se beneficiavam com a situação econômica e social brasileira, interna e externa.

Estes são diversos exemplos que mostram que, neste neodesenvolvimentismo, há questões fundamentais para a caracterização da sociedade brasileira que são, conscientemente ou não, deixadas em segundo plano. Tal interpretação teórica possui consequências políticas, o que permitiu Sampaio Jr. interpretar este movimento como uma “apologia do poder”.

Por fim, é evidente que, neste debate, pode-se incluir o debate que outras correntes neodesenvolvimentistas fazem acerca do *conflito social*, ou as discussões que Oliva faz acerca de outras áreas de atuação do governo brasileiro, para além da questão do campo, dentre outros tantos temas a serem debatidos neste momento histórico tão importante. Porém, estes pontos não têm espaço para serem debatidos aqui, podendo ser tratados posteriormente em outros projetos de pesquisa, ou por outros pesquisadores.

ANEXO I

Carta ao povo brasileiro⁶⁰

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo.

Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença

⁶⁰ Fonte: “Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro”, de 24/06/2002, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> >

soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer.

A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas.

Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional.

O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem

de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão

importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas

e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações.

Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas.

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Anotaciones sobre el conflicto social hoy. In.: *Escritos sociológicos I*. Madrid: Akal, 2004.

ALVES, G. *Neoliberalismo e precarização do trabalho no Brasil*. Blog da Boitempo, set. 2013 a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/tag/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil/>>

_____. *Os limites do neodesenvolvimentismo*. Blog da Boitempo, out. 2013 b. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/10/22/os-limites-do-neodesenvolvimentismo/>>

_____. *Neodesenvolvimentismo e classes sociais no Brasil*. Blog da Boitempo, dez. 2013 c. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/neodesenvolvimentismo-e-classes-sociais-no-brasil/>>

ALVES FILHO, M. Análise crítica de uma década. *Jornal da Unicamp*. Campinas, 21 de outubro de 2013 a 27 de outubro de 2013 – ANO 2013 – Nº 580. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/580/analise-critica-de-uma-decada>>

ANDREASSY, Érika. GODEIRO, Nazareno. ROMERO, Daniel. "Governo do PT se uniu ao agronegócio e abandonou a reforma agrária". In.: *Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT*. São Paulo: ILAESE. 2014.

BELUZZO, L. G. "Os anos do povo". In.: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 b.

BERRINGER, Tatiana. Boito Jr, Armando; Galvão, Andréa (Orgs): *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012. 429p. *Cad. CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, Ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200014&lng=en&nrm=iso>

BERRINGER, T. Boito Jr., Armando; Galvão, Andréa (Orgs): *Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma*. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 21, n. 47, Set. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004&lng=en&nrm=iso>

BOITO Jr, A.; GALVÃO, A. (Orgs). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012a.

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *Fórum Econômico da FGV/São Paulo*. 2012b. Disponível em:

<<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>

BRAGA, Ruy. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. “O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo”. Disponível em: www.bresserpereira.org.br. 2011. Acesso em 18/08/2012.

_____.; DINIZ, E. “Empresariado industrial, democracia e poder político”. *Novos Estudos*. CEBRAP, n° 84, julho/2009, pp. 83-99.

_____.; GALA, P. “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”. In.: *Revista de Economia Política*, vol. 30, n° 4 (120), pp. 663-686, 2010.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E.. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CEPÊDA, Vera. “Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo”. *Estudos Avançados*, vol. 26, n° 75, 2012, pp. 77 a 90.

CHAUÍ, M. “Uma nova classe trabalhadora”. In.: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Estatísticas do meio rural 2010-2011. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

DINIZ, Eli. “O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010)”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 54, nº 4, 2011, pp. 493 a 531.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. “Dívidas soberanas: Limites do receituário keynesiano para uma crise estrutural”. *Crítica e. Sociedade: Revista de Cultura Política*, v.1, n.3, 2011, p.56-72.

FACHIN, P. “Estado brasileiro é ativo e criativo”. *IHU – Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. <
http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3079&secao=322 >. 2010. Acesso em 11 jul. 2014.

FERNANDES, Bernardo M. "A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita." In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso. 2013.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo. 2006

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O ecletismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. *Econ. Soc.* [online]. 2007, vol.16, n.1. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100002&lng=en&nrm=iso>

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/UFRJ Editora, 2010.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento – enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, Reinaldo. “Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil : 1930-1970*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1977.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: < www.ibge.gov.br >

_____. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/> >

MACIEL, David. Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula. *Anais de Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. Niterói, RJ, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/TrabalhosPDF/AMC401F.pdf>. Acesso em 10/03/2012.

_____. “O enigma de Tancredi: governo Lula e reposição da hegemonia neoliberal”. In: *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*, Goiânia, nº. 1, p. 88-108, out. 2005

MADSEN, Nina. Entre a dupla jornada e a discriminação contínua - Um olhar feminista sobre o discurso da “nova classe média”. In.: BARTELT, Dawid Danilo (Org.) *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar. 1972

MANZANO, S. “Crise estrutural e os direitos dos trabalhadores na Europa do Euro”. Uberlândia, In: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, dez. 2011, p. 96-114.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MATTEI, L. “Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro””. In.: *IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. 2011.

OLIVA, A. M. As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula. Unicamp: Instituto de Economia (tese de doutorado). 2010.

OREIRO, José Luis da Costa. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos avançados*. 2012, vol.26, n.75, pp. 29-40.

POCHMANN, M. *Nova classe média?* São Paulo, Boitempo, 2012.

PRADO Jr., Caio Prado. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *História econômica do Brasil*. s/l: Brasiliense, 1963.

REDE DESENVOLVIMENTISTA. “O desenvolvimentismo brasileiro: temas estratégicos”. Disponível em <http://www.reded.net.br/>. 2012.

SADER, E. “Apresentação”. In.: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 a.

_____. “A construção da hegemonia pós-neoliberal”. In.: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013b.

SAMPAIO JR, P. A. *Entre a nação e a barbárie – os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial”, In: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, dez. 2011, pp. 85-96.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso>.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

VARGAS, T. P. *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro – o debate entre Cardoso e Marini*. Monografia em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP, 2009.